



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Doutorado em Psicologia Social

ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira

João Pessoa - PB
Março/2025

**ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO
PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS**

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira, Doutoranda

Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca, Orientadora

João Pessoa - PB
Março/2025

LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA

**ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO
PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, pela discente Lays Brunnyeli Santos de Oliveira, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca

João Pessoa - PB
Março/2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

048a Oliveira, Lays Brunnyeli Santos de.
Abuso sexual baseado em imagem : contribuições do
duplo padrão sexual e dos valores humanos / Lays
Brunnyeli Santos de Oliveira. - João Pessoa, 2025.
145 f.

Orientação: Patricia Nunes da Fonseca.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Valores humanos. 2. Abuso sexual baseado em
imagem. 3. Duplo padrão sexual. 4. Cibercrime. 5.
Gênero. I. Fonseca, Patricia Nunes da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 17.022.1(043)

**ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO
PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS**

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira

Banca Avaliadora:

[REDAÇÃO] _____
Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca (PPGPS/UFPB, *Orientadora*)

[REDAÇÃO] _____
Prof. Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo (PPGPS/UFPB, *Membro Interno*)

[REDAÇÃO] _____
Profa. Dra. Viviany Silva Pessoa (UFPB, *Membro Externo*)

[REDAÇÃO] _____
Profa. Dra. Larissa Teixeira Menezes de Freitas (UFPB, *Membro Externo*)

[REDAÇÃO] _____
Prof. Dr. Luís Augusto Mendes (UNIESP, *Membro Externo*)

*Aos meus pais, Luiz e Kátia;
Aos meus amados avós, José e Josefa;
À Deus e toda minha família.*

*“Eu tô te preparando
Para o novo o tempo que já vai chegar
Pra a linda história que você vai interpretar
Calma, tá chegando
É que eu tô caprichando e você vai ver
Eu tô te preparando
Pra receber tudo o que eu tenho pra entregar
Você não faz ideia, vai impressionar
Estou te ensinando
Você tá aprendendo, é isso aí
Tá quase lá”*

(Estou Te Preparando - Canção de Jessé Aguiar)

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim.

Dez anos. Dez anos de estudo, renúncia, cansaço e entrega. Dez anos de madrugadas insônes, de dúvidas que pesavam no peito, de recomeços silenciosos quando tudo parecia difícil demais. Foram anos de transformação, de crescimento, de redescoberta.

Hoje, ao colocar o ponto final nesta caminhada, carrego em mim um turbilhão de sentimentos. O alívio de quem percorreu todo o caminho. A emoção de quem sabe que cada obstáculo valeu a pena. A gratidão profunda por tudo que vivi.

À Deus, que me sustentou quando minhas forças vacilavam. Que no silêncio dos meus medos, soprou esperança em meu coração e me lembrou, vez após vez, que eu era capaz.

Ao longo dessa jornada, me reinventei inúmeras vezes. Troquei certezas por perguntas, medos por coragem e aprendi que crescer é, antes de tudo, um ato de fé. Fecho este ciclo sabendo que nada foi em vão. Cada lágrima, cada sacrifício, cada instante de exaustão construiu o caminho que hoje me permite chegar aqui. E agora, com o coração transbordando, me despeço dessa etapa. Porque todo fim carrega, em si, o início de algo ainda maior.

À Deus, meu primeiro e maior agradecimento. Em cada instante de dúvida, Ele foi minha fortaleza. Nos dias difíceis, sustentou minha fé. Nos momentos de cansaço, renovou minha esperança. Sem Ele, esta jornada não teria sido possível.

Aos meus pais, Kátia e Luiz, pois se hoje encerro esta jornada, sei que não cheguei até aqui sozinha. Meu caminho foi pavimentado pelo esforço, pela renúncia e pelo amor incondicional de vocês. Vocês abriram mão de luxos, de conforto e, tantas vezes, de seus próprios sonhos para que eu e meu irmão tivéssemos o que há de mais valioso: o conhecimento. Nunca mediram esforços para nos dar as oportunidades que vocês mesmos não tiveram. Escolheram, dia após dia, investir em nosso futuro, mesmo que isso significasse abdicar do presente. Eu vi o cansaço em seus olhos, mas nunca na dedicação. Vi as contas apertadas, mas

nunca a falta de generosidade. Vi as dificuldades, mas nunca a falta de esperança. Vocês nos ensinaram que riqueza não se mede pelo que se tem, mas pelo que se constrói. E vocês construíram em nós a base mais sólida que alguém pode ter: a educação e o caráter. Cada conquista minha carrega o nome de vocês. Cada diploma, cada nova etapa, cada vitória é, antes de tudo, a realização de um sonho que vocês plantaram. Sou grata por tudo que fizeram, por tudo que abriram mão e, acima de tudo, pelo amor que sempre nos sustentou. Este momento não é só meu. É de vocês. É nosso.

Ao meu irmão Luiz Bruno e minha cunhada “Gabi”, vocês sempre estenderam as mãos, abriram caminhos e, muitas vezes, se fizeram de abrigo quando o peso da caminhada parecia grande demais. O amor e o apoio de vocês foram o alicerce sobre o qual pude construir essa conquista. Cada gesto, cada preocupação, cada demonstração de cuidado falava mais do que qualquer discurso. Nada disso teria sido possível sem a generosidade, a força e o amor que sempre me ofereceram. Obrigada. E, aos meus sobrinhos, por iluminarem minha vida e pelos momentos de leveza em meio aos desafios. Que esta trajetória sirva como um lembrete de que a educação e os estudos sempre serão a melhor opção e que o conhecimento os inspire a sonhar alto e a construir um futuro brilhante.

Aos meus amigos, Lucas (more), Andrezza (Estani's) e Jordana (Jojo). Em cada amizade há um propósito, uma energia que ilumina o caminho e com vocês não poderia ser diferente. Durante essa jornada vocês foram muito mais que amigos. Foram pilares, fontes de força e alegria quando o peso da caminhada parecia grande demais. Com vocês compartilhei risos e lágrimas, vitórias, desafios e medos. Cada conversa, cada gesto de apoio, cada momento de distração nos dias de cansaço foram essenciais. Vocês me mostraram o que é a verdadeira amizade: estar presente, acreditar e caminhar junto, mesmo nas horas de silêncio. Cada um com seu jeito único de estar ao meu lado, foi fundamental para que eu pudesse chegar até aqui. Com todo o meu carinho, gratidão e a certeza de que a nossa amizade é um dos maiores presentes da

minha vida. Amo muito vocês!!!

Ao amigo, Greg, a palavra "obrigada" nunca será suficiente para expressar a gratidão que sinto por tudo o que você fez por mim durante essa jornada. Cada conversa, cada artigo, cada livro e cada ideia compartilhada foram sementes que germinaram em meu coração e em minha mente, me desafiando a pensar mais, a questionar mais e a crescer como pessoa e pesquisadora. Você me inspira, não apenas como pesquisadora, mas como ser humano.

Agradeço imensamente a todos que fizeram e fazem parte do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES) ao longo desses 8 anos de intensas aprendizagens e parcerias. Cada momento vivido neste núcleo foi essencial para o meu crescimento pessoal e acadêmico e cada troca de conhecimento, cada discussão enriquecedora, fortaleceu minha jornada acadêmica. A convivência e o trabalho ao lado de pessoas tão competentes e dedicadas foram uma das experiências mais marcantes dessa trajetória. O que aprendi aqui não tem preço e o apoio recebido de todos vocês foi fundamental para que eu seguisse com coragem e confiança. Agradeço por cada colaboração, por cada ensinamento e, acima de tudo, por fazerem parte deste ciclo tão importante da minha vida.

Em especial, agradeço a professora Patrícia, sua confiança em mim foi um presente imensurável. Há quase uma década, a senhora abriu uma porta para mim sem sequer me conhecer. Em 2016, confiou e me deu a oportunidade de fazer parte do seu núcleo de pesquisa, um gesto que mudou o curso da minha trajetória acadêmica e profissional. Desde então, sua presença tem sido um dos pilares mais sólidos da minha caminhada. Foram anos de aprendizado, desafios e conquistas. Cada projeto – PROBEX, PIBIC, PROLICEN, monitoria – foi uma nova oportunidade que a senhora me proporcionou, sempre me incentivando a crescer, a questionar, a buscar mais, a pensar mais. A cada artigo escrito, a cada discussão acadêmica, a cada desafio enfrentado, sua orientação foi mais do que um guia: foi um exemplo de compromisso e seriedade. Agradeço por acreditar no meu potencial, por me desafiar a crescer

e por sempre estar ao meu lado, orientando e apoiando. Sou profundamente grata por cada conselho, por cada palavra de apoio, por cada desafio que me fez crescer, por estar comigo nos momentos bons e ruins. Sua presença nesta jornada é um presente que levarei comigo para sempre. Obrigada, professora, por tudo que fez e continua fazendo. À senhora, reafirmo e reforço minha lealdade, parceria e amizade. Conte sempre comigo. Muito obrigada!

Ao professor Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo que me acompanha desde a jornada do doutorado, agradeço pela atenção, pelo comprometimento e pela seriedade com que analisou minha pesquisa. Suas considerações sempre tão enriquecedoras foram um verdadeiro aprendizado. Sou grata por poder contar com sua expertise neste momento tão importante.

Agradeço a professora Maria Gabriela Costa Ribeiro por ter aceitado participar como leitora desta tese na qualificação, enriquecendo-a com suas valiosas contribuições. Mas, também gostaria de expressar minha gratidão, pois quando eu mais precisei a senhora me estendeu a mão, acreditou em mim e me deu a oportunidade de viver minha primeira experiência como professora, muito obrigada.

À professora Viviany Silva Pessoa. Ter a senhora acompanhando minha evolução, desde a graduação em psicopedagogia até este momento, carrega um significado imenso para mim. Estar aqui, defendendo minha tese e tê-la mais uma vez em minha banca, depois de ter feito parte da minha defesa de TCC, torna este momento ainda mais especial. Obrigada por ser essa pessoa tão querida e por fazer parte de mais uma fase tão importante na minha vida. Sua presença significa mais do que as palavras podem expressar.

À Profa. Larissa Teixeira Menezes de Freitas, minha sincera gratidão por gentilmente ter aceito compor minha banca e por trazer contribuições ao meu trabalho. Agradeço por sua disponibilidade, por seu tempo e, principalmente, por compartilhar seu conhecimento aprimorando esta tese.

Ao Professor Luiz Augusto Mendes, minha sincera gratidão por aceitar o convite para

compor esta banca. Desde já, agradeço por sua disponibilidade e pelas valiosas contribuições que certamente enriquecerão este trabalho. Sua análise cuidadosa e suas considerações serão fundamentais e fico imensamente honrada em contar com sua participação neste momento tão importante da minha trajetória acadêmica. Muito obrigada!

Agradeço também aos participantes desta pesquisa, pela disponibilidade durante a coleta de dados.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, a qual me proporcionou dedicação exclusiva ao doutorado.

RESUMO

A presente tese tem por objetivo conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual. Deste modo, optou-se por realizar os estudos em formato de artigos. O Artigo 1, de natureza teórica e de cunho exploratório, objetivou mapear os estudos empíricos sobre o fenômeno, possibilitando uma contextualização teórica da variável. Realizou-se uma revisão de escopo com busca nas bases de dados eletrônicas: *PubMed*, *Embase*, *Scopus*, *Psycinfo* e *PsycNET* em novembro de 2022, que retornou 1059 artigos. A seleção e triagem dos estudos foi realizada por dois pesquisadores de forma independente. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos 21 artigos. Para finalizar as buscas e após o rastreio dos estudos foi realizada a *backward snowballing* (análise das referências) a partir dos artigos selecionados, e assim, mais cinco artigos foram incluídos, apresentando uma amostra final de 26 artigos empíricos sobre o tema. Portanto, a revisão identificou que não há um consenso quanto aos termos que têm sido utilizados para identificar o abuso sexual baseado em imagem. Observou-se que há a necessidade de instrumentos validados e confiáveis para medir e compreender o construto, posto que, a maioria das pesquisas usou perguntas para medir as formas do abuso sexual baseado em imagem. Também não foram encontrados artigos empíricos no Brasil o que limita a generalização das descobertas para o contexto nacional. Por fim, entende-se que é necessário um consenso sobre a nomenclatura desse comportamento e como medimos com precisão, sendo importante a adaptação e validação de um instrumento que mensure o abuso sexual baseado em imagem para o contexto brasileiro. No Artigo 2, objetivou-se adaptar para o contexto brasileiro a escala *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ) reunindo evidências de validade e precisão. No Estudo 1 ($n = 252$), Paraíba (30,2%), gênero feminino (54,4%) e 5,6% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização. Os participantes responderam a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ) e questionário sociodemográfico. Foi realizada a adaptação da BRPQ e realizada uma análise fatorial exploratória, que apontou uma estrutura trifatorial com adequados índices de ajuste e consistência interna. O Estudo 2 ($n = 210$), São Paulo (17,3%), gênero masculino (60,1%) e 5,3% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização. Os participantes responderam aos instrumentos descritos no Estudo 1 e adicionalmente, à Double Standard Scale. Realizou-se a análise confirmatória e Teoria de Resposta ao Item (TRI). Os resultados apontaram que a versão curta apresentou melhores índices de ajuste e indicaram, através da TRI, boa capacidade de avaliar a porção central do contínuo do abuso sexual baseado em imagem. Além de evidências de validade externa, com a BRPQ correlacionando-se positivamente com o duplo padrão sexual. Conclui-se que a BRPQ apresentou qualidades métricas satisfatórias e pode ser utilizada como uma alternativa para avaliar este tipo de comportamento. Por fim, o artigo 3, Objetivou-se conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino. Participaram 466 pessoas da população geral (idades de 18 a 52 anos, $M_{idade} = 27,29$, $DP = 6,59$). Os participantes eram de diferentes estados brasileiros: São Paulo (17,2%); Paraíba, distribuídos de forma igualitária quanto ao gênero. Responderam a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ), *Double Standard Scale* (DSS), Questionário dos Valores Básicos (QVB) e questionário sociodemográfico. Realizaram-se correlações, seguidas de regressões. Realizaram-se estatísticas descritivas, correlações, regressões e a testagem de modelos de mediação e moderação. Modelos de mediação demonstraram a contribuição das subfunções valorativas, buscando verificar o poder preditivo do duplo padrão sexual, mediado pelos fatores da BRPQ. A moderação pelo gênero indicou que a interação não foi estatisticamente significativa, sugerindo que a força dessas relações não varia de maneira relevante entre homens e mulheres. Entretanto, ao testar os modelos separadamente para cada gênero, observou-se uma

mediação parcial no gênero feminino. Em suma, a internalização de normas de gênero rígidas e a responsabilização da vítima continuam a desempenhar um papel central na manutenção do abuso sexual baseado em imagem, ressaltando a importância de intervenções que promovam uma reflexão crítica sobre essas crenças e seus impactos na desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Abuso sexual baseado em imagem; Duplo padrão sexual; Valores humanos; Cibercrime; Gênero.

Image-Based Sexual Abuse: Contributions of The Double Standard Of Sexuality And Human Values

ABSTRACT

This thesis aims to examine the mediating role of image-based sexual abuse in the relationship between human values and the double sexual standard. To achieve this, the research was organized into a series of articles. Article 1, of a theoretical and exploratory nature, aimed to map empirical studies on the phenomenon, providing a theoretical contextualization of the variable. A scoping review was conducted using electronic databases: PubMed, Embase, Scopus, Psycinfo, and PsycNET in November 2022, which yielded 1,059 articles. The selection and screening of studies were performed independently by two researchers. After applying inclusion and exclusion criteria, 21 articles were selected. To finalize the search and after screening the studies, a backward snowballing approach (reference analysis) was conducted from the selected articles, resulting in the inclusion of an additional five articles, yielding a final sample of 26 empirical studies on the topic. Therefore, the review identified a lack of consensus regarding the terms used to identify image-based sexual abuse. It was observed that there is a need for validated and reliable instruments to measure and understand the construction, as most studies have used questions to assess forms of image-based sexual abuse. Furthermore, no empirical studies were found in Brazil, which limits the generalization of findings to the national context. In conclusion, there is a need for consensus on the terminology for this behavior and how to measure it accurately, emphasizing the importance of adapting and validating an instrument to assess image-based sexual abuse within the Brazilian context. Article 2, The aim of this study was to adapt the Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ) to the Brazilian context, gathering evidence of its validity and reliability. In Study 1 ($n = 252$), Paraíba (30.2%), predominantly female (54.4%), and 5.6% had previously had an intimate photo and/or video shared without their consent. They responded to the BRPQ and a sociodemographic questionnaire. The BRPQ was adapted, and an exploratory factor analysis was conducted, revealing a three-factor structure with adequate fit indices and internal consistency. Study 2 ($n = 210$), São Paulo (17.3%), predominantly male (60.1%), with 5.3% reporting having had an intimate photo and/or video shared without their consent. Participants responded to the same instruments as in Study 1, along with the Double Standard Scale. A confirmatory factor analysis was conducted and item Item Response Theory (IRT). The results indicated that the short version demonstrated better fit indices and, according to IRT, showed good ability to assess the central portion of the continuum of image-based sexual abuse. Additionally, external validity evidence was found, with the BRPQ positively correlating with sexual double standards. It is concluded that the BRPQ demonstrated satisfactory psychometric properties and can be used as an alternative instrument to assess this type of offensive behavior.. Finally, in article 3, the objective was to understand the mediating role of image-based sexual abuse in the relationship between human values and the double standard of sexuality, also exploring how this process occurs for individuals of male and female genders. A total of 466 individuals from the general population participated (ages ranging from 18 to 52 years, $M = 27.29$, $SD = 6.59$). Participants were from different Brazilian states: São Paulo (17.2%); Paraíba, with an equal gender distribution. They responded to the Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ), Double Standard Scale (DSS), Basic Values Questionnaire (BVQ), and a sociodemographic questionnaire. Correlations were conducted, followed by regressions. Descriptive statistics, correlations, regressions, and tests for mediation and moderation models were performed. Mediation models demonstrated the contribution of value subfunctions in predicting the double standard of sexuality, mediated by the BRPQ factors. Gender moderation indicated that the interaction was not statistically significant, suggesting that the strength of

these relationships does not vary significantly between men and women. However, when testing the models separately for each gender, a partial mediation effect was observed in the female group. In summary, the internalization of rigid gender norms and victim-blaming continue to play a central role in maintaining image-based sexual abuse, highlighting the importance of interventions that foster a critical reflection on these beliefs and their impact on gender inequality.

Keywords: Image-based sexual abuse; Sexual double standard; Human values; Cybercrime; Gender.

Abuso Sexual Basado En Imágenes: Contribuciones Del Doble Estándar Sexual Y Los Valores Humanos

RESUMEN

La presente tesis tiene como objetivo conocer el papel mediador del abuso sexual basado en imágenes en la relación entre los valores humanos y el doble estándar sexual. Para ello, se optó por realizar los estudios en formato de artículos. El Artículo 1, de naturaleza teórica y carácter exploratorio, tuvo como objetivo mapear los estudios empíricos sobre el fenómeno, permitiendo una contextualización teórica de la variable. Se realizó una revisión de alcance mediante búsquedas en las bases de datos electrónicas: PubMed, Embase, Scopus, Psycinfo y PsycNET en noviembre de 2022, que arrojaron 1059 artículos. La selección y evaluación de los estudios fue realizada por dos investigadores de forma independiente. Tras aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se incluyeron 21 artículos. Para completar las búsquedas, se realizó una estrategia de backward snowballing (análisis de referencias) a partir de los artículos seleccionados, con lo cual se incluyeron cinco artículos más, resultando en una muestra final de 26 estudios empíricos sobre el tema. Así, la revisión identificó que no hay un consenso sobre los términos utilizados para referirse al abuso sexual basado en imágenes. Se observó la necesidad de instrumentos validados y confiables para medir y comprender este constructo, ya que la mayoría de las investigaciones utilizaron preguntas individuales para medir las formas del abuso sexual basado en imágenes. Tampoco se encontraron estudios empíricos en Brasil, lo cual limita la generalización de los hallazgos al contexto nacional. Finalmente, se comprende que es necesario un consenso sobre la nomenclatura de este comportamiento y sobre cómo medirlo con precisión, siendo importante la adaptación y validación de un instrumento que mida el abuso sexual basado en imágenes para el contexto brasileño. En el Artículo 2, se tuvo como objetivo adaptar para el contexto brasileño la escala Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ), reuniendo evidencias de validez y precisión. En el Estudio 1 ($n = 252$), Paraíba (30,2%), género femenino (54,4%) y 5,6% ya habían tenido una foto y/o video íntimo compartido sin autorización. Los participantes respondieron al BRPQ y a un cuestionario sociodemográfico. Se realizó la adaptación de la BRPQ y un análisis factorial exploratorio, que indicó una estructura trifactorial con índices adecuados de ajuste y consistencia interna. En el Estudio 2 ($n = 210$), São Paulo (17,3%), género masculino (60,1%) y 5,3% ya habían tenido una foto y/o video íntimo compartido sin autorización. Los participantes respondieron a los instrumentos del Estudio 1 y, adicionalmente, a la Double Standard Scale. Se realizaron análisis factoriales confirmatorios y análisis basados en la Teoría de Respuesta al Ítem (TRI). Los resultados mostraron que la versión breve presentó mejores índices de ajuste y, según la TRI, buena capacidad para evaluar la porción central del continuo del abuso sexual basado en imágenes. También se obtuvieron evidencias de validez externa, con la BRPQ correlacionándose positivamente con el doble estándar sexual. Se concluye que la BRPQ presentó propiedades métricas satisfactorias y puede utilizarse como una alternativa para evaluar este tipo de comportamiento. Finalmente, el Artículo 3 tuvo como objetivo conocer el papel mediador del abuso sexual basado en imágenes en la relación entre los valores humanos y el doble estándar sexual, explorando también cómo ocurre este proceso entre personas de los géneros masculino y femenino. Participaron 466 personas de la población general (edades de 18 a 52 años, $M = 27,29$, $DE = 6,59$). Los participantes eran de diferentes estados brasileños: São Paulo (17,2%); Paraíba, distribuidos de forma equitativa según el género. Respondieron al BRPQ, a la Double Standard Scale (DSS), al Cuestionario de Valores Básicos (QVB) y al cuestionario sociodemográfico. Se realizaron análisis de correlación, regresiones, estadísticas

descriptivas y pruebas de modelos de mediación y moderación. Los modelos de mediación demostraron la contribución de las subfunciones valorativas, buscando verificar el poder predictivo del doble estándar sexual, mediado por los factores de la BRPQ. La moderación por género indicó que la interacción no fue estadísticamente significativa, lo que sugiere que la fuerza de estas relaciones no varía de forma relevante entre hombres y mujeres. Sin embargo, al probar los modelos por separado para cada género, se observó una mediación parcial en el género femenino. En resumen, la internalización de normas de género rígidas y la culpabilización de la víctima siguen desempeñando un papel central en la perpetuación del abuso sexual basado en imágenes, destacando la importancia de intervenciones que promuevan una reflexión crítica sobre estas creencias y sus impactos en la desigualdad de género.

Palabras clave: Abuso sexual basado en imágenes; Doble estándar sexual; Valores humanos; Ciberdelito; Género.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
Pornografia de Vingança ou Abuso Sexual Baseado em Imagem	21
Duplo Padrão Sexual	23
Valores Humanos	25
Tese: problemas, objetivos e hipóteses	27
ARTIGO 1	30
Abuso Sexual Baseado em Imagem: Uma Revisão De Escopo.....	31
Resumo	32
Abstract	32
Introdução	33
Método	35
Seleção dos estudos	37
Critérios de elegibilidade	37
Extração e síntese dos dados.....	38
Discussão	43
Referências	48
ARTIGO 2.....	53
Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ): Evidências Psicométricas no Contexto Brasileiro.....	54
Resumo	55
Abstract.....	55
Introdução	56
Estudo 1. Adaptação e Estrutura Fatorial Exploratória da <i>Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)</i>	60
Método.....	60
Participantes	60
Instrumentos	60
Procedimento	61
Análise de Dados	62
Resultados.....	62
Estudo 2. Estrutura confirmatória da <i>Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)</i> e validade externa	69
Método.....	69
Participantes	69
Instrumentos	69

Procedimento	69
Análise de dados	69
Resultados.....	70
Discussão	72
Referências	77
ARTIGO 3	81
Abuso Sexual Baseado Em Imagem, Valores Humanos E Duplo Padrão Sexual: um modelo de mediação moderado	82
Resumo	83
Abstract.....	83
Introdução.....	84
Método.....	89
Participantes	90
Instrumentos	90
Procedimento	91
Análise de Dados	92
Resultados.....	93
Discussão	106
Referências	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
Referências	121
ANEXOS	126
ANEXO I. <i>Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)</i>	127
ANEXO II. <i>Double Standard Scale (DSS)</i>	130
ANEXO III - Questionário dos Valores Básicos (QVB).....	131
ANEXO IV. Parecer Consubstanciado Comitê De Ética	132
APÊNDICE	136
APÊNDICE I. Questionário Sociodemográfico	137
APÊNDICE II. Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	139

APRESENTAÇÃO

Há 30 anos, a internet começou a se espalhar pelo mundo e, hoje, tornou-se um elemento fundamental na vida das pessoas. A população é especialmente atraída e influenciada por seus benefícios, pois, através dela, são obtidas respostas rápidas e recompensas instantâneas, além de possuir um modo interativo muito eficaz, capaz de superar as barreiras do espaço e do tempo (Gómez-García et al., 2020). Ademais, surgiram uma grande diversidade de dispositivos que revolucionaram a forma de trabalhar, se relacionar, se divertir e aprender (Moral & Fernandez, 2019).

Atualmente, vivemos em um cenário onde as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desenvolveram novas formas de interação social e estão em constante evolução, destacando-se a rapidez, a acessibilidade, a superação de barreiras e a intercomunicação em tempo real de qualquer lugar do mundo (Sosa et al., 2019). Os celulares, computadores e o uso da internet são características proeminentes na vida da maioria das pessoas e, embora isso traga enormes benefícios para os indivíduos, as comunidades e a sociedade como um todo, também fornece uma plataforma facilmente acessível e aberta ao uso indevido, o que pode ter sérias consequências.

Infelizmente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou formas de comportamento que são contrárias ao comportamento legalmente desejável. No campo das tecnologias digitais, surgem novas infrações penais, classificadas como cibercrimes (Jaishankar, 2018). Cibercrime, ou crime cibernético, refere-se a atividades criminosas realizadas por meio de computadores e redes digitais (Jaishankar, 2018). Isso inclui uma ampla gama de crimes, como: (1) financeiros, que envolvem dinheiro, empréstimos ou outro tipo de bens; (2) dados, onde há roubo de informações e clonagem de dados; (3) extorsão, envolvendo chantagem e ameaças; e (4) sexuais, como casos de nudez, exposição íntima ou golpes românticos.

Com o intuito de auxiliar as vítimas, a Organização Não Governamental (ONG) Safernet reuniu cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito

para defender e promover os direitos humanos na internet. A ONG recebe denúncias online referentes às principais violações para as quais os internautas brasileiros solicitam ajuda, com destaque para problemas com dados pessoais, fraudes, *cyberbullying* e exposição de imagens íntimas.

Com base nos dados disponíveis no site da ONG, no ano de 2014 foram realizados 224 pedidos de ajuda para casos de exposição íntima online. Em 2015, houve um aumento significativo, com 322 denúncias, e, em 2022, foram realizados 515 atendimentos a vítimas de exposição íntima online. Esse aumento significativo na incidência de casos gerou grande preocupação, o que levou muitos países a legislarem leis específicas contra esse tipo de crime. No Brasil, foi publicada, no dia 25 de setembro de 2018, a Lei 13.718/2018 (Art. 218-C), que reconhece a divulgação de fotos, vídeos ou outros registros sem o consentimento da vítima como crime, com pena de reclusão de 1 a 5 anos. Essa medida busca punir a chamada pornografia de vingança e outras formas de violação da privacidade, garantindo maior proteção às vítimas e reforçando a responsabilização dos autores desse tipo de crime.

Pornografia de Vingança ou Abuso Sexual Baseado em Imagem

O cibercrime sexual é um fenômeno que ocorre através do uso de plataformas de mídias sociais (Whatsapp, Instagram) e sites, permitindo que os perpetradores disseminem facilmente material íntimo por motivos de vingança, chantagem ou coerção, diversão, status social e gratificação sexual (Franklin, 2014; Henry et al., 2019; McGlynn et al., 2017; Sherlock, 2016).

Publicar e disseminar imagens com conteúdo íntimo de outras pessoas sem o seu consentimento ou por meio de canais e aplicativos digitais públicos, é popularmente conhecido, como “Pornografia de Vingança”, e cientificamente nomeado como Abuso Sexual Baseado em Imagem (Šepec & Lango, 2020). No entanto, há uma falta de clareza sobre a melhor forma de conceituar esse tipo de crime. O termo pornografia é impreciso, pois sugere que a distribuição

do conteúdo é autorizada e, portanto, falha em capturar as violações de confiança e privacidade que o comportamento incorpora, juntamente com a gravidade do dano causado à vítima, uma vez que o termo dá sentido de escolha e legitimidade e não captura a natureza não consensual da prática (Henry & Powell, 2014; McGlynn et al., 2017).

Igualmente problemático é o termo vingança, que destaca o motivo do perpetrador e ignora razões alternativas para o compartilhamento de imagens. Embora seja uma motivação o termo vingança retrata uma visão incompleta desse tipo de comportamento (Walker & Sleath, 2017). Nem todos os atos são perpetrados por vingança, mas podem ser cometidos como meio de chantagem, coerção ou pelo prazer de causar danos a outras pessoas, em sua maioria, mulheres (Harper et al., 2021, Henry & Powell, 2016). Pode-se, portanto, argumentar que a própria terminologia aumenta ainda mais o mal-entendido do ato sendo facilitado puramente para fins de vingança.

A vingança é apenas uma forma de motivação para esse tipo de abuso. Outras motivações são os ganhos financeiros (incluindo chantagem) ou visibilidade. Notícias sobre hackers e a distribuição de imagens íntimas de celebridades são comuns. Um exemplo familiar foi o da atriz Carolina Dieckmann, que teve seu computador invadido, suas fotos roubadas e a postagem subsequente de suas imagens íntimas, além de sofrer uma tentativa de extorsão.

O caso gerou grande repercussão e evidenciou a necessidade de uma legislação específica para crimes cibernéticos no Brasil. Como resposta, foi sancionada a Lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann que criminaliza a invasão de dispositivos eletrônicos sem autorização para obtenção, adulteração ou destruição de dados. A legislação alterou o Código Penal e prevê penas que variam de três meses a um ano de detenção, além de multa, podendo ser agravadas caso haja prejuízo econômico para a vítima. A lei representa um marco na proteção de dados e privacidade no país, buscando coibir a prática de crimes digitais e responsabilizar aqueles que se aproveitam da vulnerabilidade das informações

pessoais alheias.

Sendo assim, a presente tese adotará o termo Abuso Sexual Baseado em Imagem, pois abrange claramente duas dimensões cruciais: a distribuição intencional e sem autorização do conteúdo e a exposição da vítima. Justificamos o uso do termo abuso sexual baseado em imagem, preferindo-o a outros como pornografia de vingança, pornografia não consensual ou pornografia involuntária, por refletir com mais precisão a natureza, alcance e malefícios desse fenômeno.

Nesta direção, o abuso sexual baseado em imagem é o ato de compartilhar imagens e/ou vídeos íntimos e sexuais de outra pessoa em plataformas *online* públicas (e.g.: *Whatsapp*, *Instagram*) sem o seu consentimento (Burris, 2014; Citron & Franks, 2014). Essas imagens são muitas vezes produzidas de forma não consensual (*hacking*) ou consensualmente pela vítima no contexto de um relacionamento (Citron & Franks, 2014).

Os últimos anos foram marcados por um aumento na disseminação de imagens íntimas, onde taxas mais elevadas de vítimas masculinas podem ser prevalentes, no entanto, ainda é predominantemente perpetrado contra mulheres (Citron & Franks, 2014; Powell et al., 2019; Salter & Crofts, 2015; Walker & Sleath, 2017). Pesquisadores reconheceram que esse tipo de violência reflete questões maiores sobre o status social e interpessoal das mulheres e pode ser vista como uma forma de hostilidade à autonomia feminina (Citron & Franks, 2014) e ao policiamento da sexualidade feminina, com grandes comunidades *online* (de homens em sua maioria) reforçando os limites da feminilidade apropriada por meio do ridículo e do assédio (Salter & Crofts, 2015).

Duplo Padrão Sexual

A desigualdade de gênero ainda é evidente em vários aspectos da sociedade e pode se manifestar em diferentes contextos, e muitas vezes têm raízes profundas nas normas culturais

e estruturais que perpetuam a desigualdade. O grande número de crimes sexuais e o seu aumento nos últimos anos despertou o interesse de alguns pesquisadores (Garrido-Macías et al., 2020; Wilson et al., 2015). Estudos encontraram relação entre a agressão sexual com atitudes sexistas (Álvarez-Muelas et al., 2020; Malonda et al., 2017; Martínez-Gómez et al., 2021).

Nessa linha, destaca-se a atitude do Duplo Padrão Sexual (DPS), que se refere à avaliação do comportamento sexual de forma diferenciada dependendo se é realizado por um homem ou por uma mulher (Emmerink et al., 2016; Zaikman & Marks, 2017). Tradicionalmente espera-se que as mulheres sejam sexualmente submissas, passivas e reativas, por outro lado, espera-se que os homens sejam sexualmente dominantes, ativos e tomem a iniciativa sexual (Sánchez-Fuentes et al., 2020).

Esse conceito revela uma discrepância significativa entre a forma como homens e mulheres são julgados, tratados e socialmente aceitos em relação às suas práticas e expressões性uais (Milhausen & Herold, 2002). A presença de atitudes machistas nos homens constitui um fator de risco para que perpetrem comportamentos violentos contra as mulheres (Echeburúa & Fernández-Montalvo, 1998; Heise, 1998; Pulerwitz & Barker, 2008), enquanto a sua presença nas mulheres as torna vítimas potenciais de abuso por parte de seus parceiros (Sierra, et al., 2009).

De acordo com o DPS, a expressão sexual feminina é restringida, enquanto a masculina é encorajada. Portanto, as mulheres que violam essas expectativas e expressamativamente sua sexualidade podem ser condenadas, enquanto os homens não, e podem até ser valorizados por expressarem a sua sexualidade (Bordini & Sperb, 2013). Por exemplo, em estudos de Handyside e Ringrose (2017) e McGovern et al. (2016), mulheres jovens discutiram como sua atividade online é frequentemente sexualizada e as expressões de sua sexualidade são julgadas negativamente, resultando em vergonha e humilhação, enquanto a mesma atividade por parte

de seus colegas homens foi vista como engraçada, suscitando elogios e respeito.

Sendo assim, o DPS pode se manifestar na forma como as vítimas de abuso sexual baseado em imagem são tratadas e percebidas pela sociedade. Muitas vezes, as mulheres que são vítimas enfrentam um estigma adicional, sendo julgadas pela sua sexualidade ou pelo fato de terem compartilhado imagens íntimas em algum momento. Essa atitude pode levar a um aumento do constrangimento e do sofrimento das vítimas, além de desviar o foco do verdadeiro problema, que é a violação da privacidade e a disseminação não consensual de conteúdo íntimo (Pulerwitz & Barker, 2008).

E embora os homens também possam ser vítimas, eles enfrentam menos julgamento moral e social. Isso pode ser parcialmente atribuído a normas de gênero que muitas vezes minimizam a gravidade dos abusos sofridos por homens ou que perpetuam a ideia de que os homens devem ser menos afetados emocionalmente por tais situações (Milhausen & Herold, 2002). Apesar dos grandes avanços produzidos nas últimas décadas no que diz respeito à valorização da sexualidade feminina, a presença de atitudes sexistas, sobre os papéis dos homens e das mulheres, continua a ser uma realidade na maioria das sociedades. Portanto, é concebível que aqueles que endossam mais fortemente o DPS julguem as mulheres vítimas do abuso sexual baseado em imagens mais severamente.

Valores Humanos

Os valores são as representações mentais dos propósitos importantes e motivações que as pessoas têm e através das quais se comunicam para coordenar seu comportamento (Marques et al., 2017). Sendo assim, os valores humanos são tem sido um conceito relevante nas ciências sociais desde o seu desenvolvimento (Gouveia, 2019).

Considerando as variáveis explanadas anteriormente, sabe-se que os valores humanos têm contribuído para a explicação dos comportamentos humanos, como por exemplo, na

explicação do *bullying* (Monteiro et al., 2017), no âmbito do divórcio (Couto et al., 2021) e crenças no mundo justo (Nascimento, 2015). Nesta direção, a presente tese, terá como base a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH), proposta por Gouveia (1998, 2003, 2013), que concebe os valores como princípios que guiam as ações e condutas humanas (Gouveia, 2019).

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos assume que os valores podem ser divididos em dois eixos principais: o horizontal, relacionado ao tipo de orientação, que guiam as ações humanas; e o vertical, que corresponde ao tipo motivador, que expressa cognitivamente às necessidades humanas. O eixo horizontal subdivide-se em três critérios de orientação: pessoal, central e social. O eixo vertical, por sua vez, é formado por dois tipos de motivadores: materialista ou pragmáticos, e humanitário ou idealista (Gouveia, 2019). A junção dos dois eixos (horizontal e vertical) apontados por Gouveia (2019) resultam em seis subfunções valorativas: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa (Gouveia, 2013).

A subfunção experimentação está relacionada às necessidades fisiológicas de satisfação em sentido amplo, ou seja, indivíduos que priorizam essa subfunção tendem a pensar em curto prazo e buscam satisfazer seus desejos (Gouveia, 2019). Os valores que compõem essa subfunção são: emoção, prazer e sexualidade. A subfunção realização foca em realizações materiais (Gouveia, 2016). É composta pelos valores: êxito, prestígio e poder. A subfunção existência representa as necessidades mais básicas de sobrevivência do homem (biológica e psicológica) e as necessidades de segurança, reunindo valores compatíveis com as orientações social e pessoal (Gouveia, 2019), os valores que compõem essa subfunção são: estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência.

A subfunção suprapessoal representam as necessidades de estética e cognição, além de categorizarem o mundo de forma consistente. Os valores que compõem essa subfunção são:

beleza, conhecimento e maturidade. A subfunção interacional representa as necessidades de pertença, amor e afiliação, tendo maior ênfase em estabelecer e manter as relações entre as pessoas. Geralmente, as pessoas que priorizam essa subfunção são mais jovens (Godoy & Oliveira-Monteiro, 2015). Os valores que compõem essa subfunção são: afetividade, apoio social e convivência. A subfunção normativa tem como principal foco o cumprimento das regras sociais. As pessoas que pontuam mais alto nesses valores tendem a ser muito obedientes, a preservarem a cultura e a valorizarem a ordem acima de tudo. Geralmente, as pessoas que priorizam essa subfunção são mais velhas e apresentam menos comportamentos desviantes (Fonseca et al., 2015). Os valores que compõem essa subfunção são: obediência, religiosidade e tradição.

Para além disso, os valores transmitem o que é importante para as pessoas em suas vidas (e.g.: família, saúde, segurança), guiando as percepções, objetivos, atitudes e comportamentos, agindo como motivadores (Bardi & Goodwin, 2011). E, embora exista uma vasta literatura sobre os perpetradores de atos tradicionais de violência sexual (Matthews et al., 2016), pouco se sabe sobre as características daqueles que endossam e exibem comportamentos como os cibercrimes. Sendo assim, uma compreensão aprofundada desses construtos poderia ajudar psicólogos sociais, educadores, entre outros profissionais, a traçarem métodos preventivos para reduzir a prevalência desse crime, justificando a necessidade de desenvolver tal pesquisa.

Tese: problemas, objetivos e hipóteses

Dante do que foi explanado, questiona-se: Como tem sido estudada a literatura sobre o abuso sexual baseado em imagem no contexto da internet? Quais as propriedades psicométricas da *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire*? Como o abuso sexual baseado em imagem está associado aos valores humanos? O abuso sexual baseado em imagem irá mediar a relação entre valores humanos e duplo padrão sexual? A partir dessas premissas,

a presente tese tem como objetivo geral analisar a relação entre os valores humanos, o abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual.

A partir do exposto, esta tese será dividida em três artigos. O artigo 1, **Abuso Sexual Baseado em Imagem: Uma Revisão De Escopo**, de natureza teórica e de cunho exploratório, objetivou mapear os estudos empíricos sobre o fenômeno, possibilitando uma contextualização teórica da variável.

O artigo 2, ***Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ): Evidências Psicométricas no Contexto Brasileiro***, teve como objetivo adaptar para o contexto brasileiro a escala *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)* reunindo evidências de validade e precisão. Para tanto, foram realizados dois estudos: no Estudo 1, realizou-se uma análise fatorial exploratória com o intuito de fornecer evidências psicométricas de validade fatorial e de consistência interna da BRPQ. No Estudo 2, foi realizada uma análise fatorial confirmatória para avaliar a adequação do modelo e verificar evidências mais robustas da estrutura fatorial da medida.

Por fim, no artigo 3, **Abuso Sexual Baseado Em Imagem, Valores Humanos E Duplo Padrão Sexual: um modelo de mediação moderado**, tem como objetivo conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino.

Diante do exposto, foram elaboradas as seguintes hipóteses com base na literatura:

H1: Espera-se encontrar relação entre o abuso sexual baseado em imagem e duplo padrão sexual (Zvi, 2021);

H2: Espera-se encontrar diferenças de gênero no padrão de interação das variáveis (Powell et al., 2019);

H3: Espera-se encontrar efeito direto entre os valores humanos e o duplo padrão sexual,

mediado pelo abuso sexual baseado em imagem.

ARTIGO 1

Abuso Sexual Baseado em Imagem: Uma Revisão De Escopo¹

Image-Based Sexual Abuse: A Scoping Review

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira

Patrícia Nunes da Fonseca

¹Artigo submetido na Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology (Qualis A3/Fator de impacto - 0.075)

Resumo

O abuso sexual baseado em imagem é uma violência sexual que se refere à criação, distribuição ou ameaça de distribuição não consensual de fotos ou vídeos íntimos de outra pessoa, cujo objetivo é humilhar, excluir e causar dano a vítima. O presente artigo teve como objetivo mapear os estudos empíricos sobre o fenômeno, possibilitando uma contextualização teórica da variável. Realizou-se uma revisão de escopo com busca nas bases de dados eletrônicas: PubMed, Embase, Scopus, Psycinfo e PsycNET, que retornou 1059 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos 21 artigos. Para finalizar as buscas foi realizada a backward snowballing (análise das referências) a partir dos artigos selecionados e, assim, cinco artigos foram incluídos, apresentando uma amostra final de 26 artigos. A revisão permitiu verificar que não há um consenso quanto aos termos utilizados para identificar o abuso sexual baseado em imagem; que há a necessidade de instrumentos validados e confiáveis para medir e compreender o construto. Não foram encontrados artigos empíricos no Brasil limitando a generalização das descobertas para o contexto nacional. Por fim, entende-se que é necessário um consenso sobre a definição desse fenômeno e um instrumento adequado para mensurá-lo, especialmente, para o contexto brasileiro.

Palavras-chave: Abuso sexual baseado em imagem; Violência sexual; Internet

Abstract

Image-Based Sexual Abuse is a form of sexual violence that refers to the creation, distribution, or threat of non-consensual distribution of intimate photos or videos of another person, with the aim of humiliating, excluding, and causing harm to the victim. The present article aimed to map empirical studies on this phenomenon, enabling theoretical contextualization of the variable. A scoping review was conducted using searches in the electronic databases: PubMed, Embase, Scopus, Psycinfo, and PsycNET, which returned 1059 articles. After applying inclusion and exclusion criteria, 21 articles were included. To finalize the searches, backward snowballing (reference analysis) was performed based on the selected articles, leading to the inclusion of five additional articles, resulting in a final sample of 26 articles. The review revealed that there is no consensus on the terms used to identify image-based sexual abuse and highlighted the need for validated and reliable instruments to measure and understand the construction. No empirical studies were found in Brazil, limiting the generalization of findings to the national context. Finally, it is understood that a consensus on the definition of this phenomenon and the development of an adequate instrument to measure it, particularly in the Brazilian context, are necessary.

Keywords: Image-Based Sexual Abuse; Sexual Violence; Internet

Introdução

O abuso sexual baseado em imagem é um tipo de violência sexual online que se apresenta em alguma forma de mídia, seja foto ou vídeo. Refere-se à criação, distribuição ou ameaça de distribuição não consensual de fotos ou vídeos íntimos, sexuais ou nus de outra pessoa, cujo objetivo é humilhar, excluir e causar dano a vítima (Henry et al., 2019; McGlynn & Rackley, 2017; Powell et al., 2019). Geralmente, o conteúdo foi originalmente obtido de forma consensual e posteriormente compartilhado na internet sem consentimento (Henry et al., 2019). Eventualmente, a imagem íntima foi obtida de forma não consensual; por exemplo, por meio de *hacking*, sobreposição do rosto da vítima em uma imagem sexual (*Deepfake*) ou imagens tiradas da vítima inconsciente ou durante uma agressão sexual (Henry et al., 2019; Walker & Sleath, 2017).

Alguns autores (Bond & Tyrrell, 2018; Fido et al., 2019; Pina et al., 2017) utilizam o termo Pornografia de Vingança, o qual inclui uma ampla variedade de danos não consensuais baseados em imagens. McGlynn e Rackley (2017) apontam que nem sempre a distribuição de imagens íntimas acontece após o término de um relacionamento ou tendo a vingança como base, portanto, o uso desse termo se torna problemático (Citron & Franks 2014). Além disso, o termo pornografia tende a incutir um senso de escolha e legitimidade que é inapropriado ao se debater a criação e/ou distribuição de imagens sexuais sem consentimento (McGlynn et al., 2017). Isso não quer dizer que toda pornografia seja abusiva, mas como é entendido atualmente, falha em focar nos danos dessa prática.

Gámez-Guadix et al. (2022), Powell et al. (2019), Said e McNealey, (2022) utilizam o termo abuso sexual baseado em imagem, pois ao examinar e definir esse fenômeno eles sugerem que não são apenas ex-parceiros em busca de vingança, e por isso compartilham sem autorização imagens íntimas, mas uma variedade de outras pessoas fazem isso por diferentes motivos (e.g.: piada, dinheiro ou por nenhum motivo específico). Ao usar esse termo mais

amplo, sugere-se também o reconhecimento do impacto que essa violência tem nas vítimas.

O alcance generalizado, bem como a falta de anonimato, pode fazer com que as vítimas experimentem uma série de consequências adversas, que geralmente são mais graves para as mulheres (Powell et al., 2019). As vítimas experimentam problemas de saúde mental negativos, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, e sofrem consequências sociais e financeiras, incluindo danos a sua reputação, rompimento de relacionamentos e perda de emprego (Citron & Franks, 2014).

Citron e Franks (2014) descobriram que em uma amostra não aleatória de 1.244 vítimas do abuso sexual baseado em imagens, mais de 50% dos nomes completos e links para perfis de mídia social acompanhavam as fotos nuas, e que 20% dos endereços de e-mail e números de telefone foram postados com suas fotos. Destaca-se aqui o dano contínuo e duradouro da vítima a partir do momento em que uma foto, não autorizada, é postada online. Sua remoção total é difícil de ocorrer, uma vez que, em muitos casos, ela já foi compartilhada para outras pessoas pelas redes sociais.

Walker e Sleath (2017) realizaram uma revisão sistemática sobre pornografia de vingança e compartilhamento não consensual de mídia sexualmente explícita, no período de 2009 a 2016. Os autores descobriram que há preocupações significativas com relação à implementação da legislação sobre o abuso sexual baseado em imagem, principalmente nos Estados Unidos. Verificaram que os resultados negativos que surgem especificamente desses comportamentos merecem mais atenção, assim como as motivações. Além disso, os pesquisadores apontam que as taxas de compartilhamento não consensual podem variar consideravelmente a depender da maneira como o comportamento é definido e medido.

Apesar da recente atenção da mídia ao compartilhamento não consensual, poucos estudos acadêmicos enfocam o assunto. Os artigos acadêmicos publicados no Brasil, concentram-se principalmente em seus aspectos jurídicos e teóricos sobre os casos.

Considerando a importância do tema para a Psicologia Social e para o desenvolvimento de intervenções psicossociais, se faz emergente a busca por evidências científicas para embasar e nortear futuros estudos referentes a esta temática, uma vez que as consequências desse cibercrime podem trazer implicações graves à saúde mental dos indivíduos que a vivenciam (Citron & Franks, 2014). Ademais, a falta de consenso dos estudos sobre o fenômeno, sugere que uma revisão criteriosa da literatura seria adequada. Diante do exposto, definiu-se a seguinte questão norteadora: como tem sido estudada a literatura sobre o abuso sexual baseado em imagem no contexto da internet?

Portanto, considerando a importância da revisão de escopo para obtenção de um mapeamento rápido acerca dos principais conceitos que sustentam uma área de pesquisa (Pham et al., 2014), bem como identificar lacunas na literatura e apresentar sugestões para direções futuras, a presente revisão tem como objetivo mapear os estudos empíricos sobre o abuso sexual baseado em imagem. Ressalta-se que foi realizada uma busca preliminar nas bases de dados *International Prospective Register of Systematic Reviews* (PROSPERO), *Joanna Briggs Institute* (JBI) e *The Cochrane Library*, que não revelou a existência de protocolos e revisões sobre o tema.

Método

A presente revisão foi conduzida com base na estrutura metodológica desenvolvida pela JBI (Aromataris & Munn, 2020) e no *checklist Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco et al., 2018). Para fins de avaliações um protocolo desta revisão foi registrado em um projeto dentro da *Open Science Framework* (OSF) com identificação: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/A6ZKP>, e seguiu as seguintes etapas: (1) identificar questões de pesquisa, (2) identificar estudos relevantes, (3) selecionar estudos, (4) extrair dados, (5) apresentação e discussão dos resultados.

Estratégia de busca

A presente revisão buscou responder à seguinte questão: “Como tem sido estudada a literatura sobre o abuso sexual baseado em imagem no contexto da internet?”, que foi elaborada a partir do acrônimo: PCC (P – população; C – conceito; C – contexto). A população consistiu em amostras de adolescentes e/ou adultos, o conceito se trata dos estudos sobre abuso sexual baseado em imagem e o contexto estabelecido foi a internet.

As técnicas de pesquisa foram criadas para funcionar com qualquer banco de dados científico que usassem as palavras-chave fornecidas. Os descriptores (“Revenge porn*” OR “Sexting” OR “Sexual violence” OR “Online sexual victimi*” OR “Self-produced sexual images” OR “Image based sexual abuse” OR “Non-consensual dissemination of intimate images”) AND (internet), foram usados nas técnicas de busca precisas de cada banco de dados.

A Tabela 1 mostra as especificidades da técnica de busca.

Tabela 1. Detalhes da estratégia de busca por bases de dados

Busca nas bases	Estratégia de busca
PubMed	((“Revenge porn*”[Abstract] OR “Sexting”[Abstract] OR “sexual violence”[Abstract] OR “Online sexual victimi*”[Abstract] OR “self-produced sexual images”)[Abstract] OR “image based sexual abuse*”[Abstract] OR “Non-consensual dissemination of intimate images”[Abstract])
Embase	('revenge porn*' OR 'sexting' OR 'sexual violence' OR 'online sexual victimi*' OR 'self-produced sexual images' OR 'image based sexual abuse' OR 'non-consensual dissemination of intimate images*') AND (internet)
Scopus	TITLE-ABS-KEY ((“Revenge porn” OR “Sexting” OR “sexual violence” OR “Online sexual victimi*” OR “self-produced sexual images” OR “image based sexual abuse” OR “non-consensual dissemination of intimate images*”) AND (internet)) AND (LIMIT-TO (PUBYEAR , 2024) OR (LIMIT-TO (PUBYEAR , 2023) OR (LIMIT-TO (PUBYEAR , 2022) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2021) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2020) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2019) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2018) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2017)))
PsycNET	Any Field: (“Revenge porn*” OR “Sexting” OR “sexual violence” OR “Online sexual victimi*” OR “self-produced sexual images” OR “image based sexual abuse” OR “non-consensual dissemination of intimate images*”) AND (internet)

Seleção dos estudos

Inicialmente foram extraídos os metadados no formato ris dos artigos rastreados em cada uma das seguintes bases e seus respectivos motores de busca: PubMed, Embase, Scopus e PsycNET. O acesso a todas as bases foi realizada a partir do Periódicos CAPES.

Os resultados obtidos nas bases foram exportados para o gerenciador de referências Rayyan, desenvolvido pelo *Qatar Computing Research Institute* (QCRI) e as duplicatas foram removidas. A seleção e triagem dos estudos foi realizada por dois pesquisadores de forma independente no qual foram removidos os estudos duplicados e estabelecido um cegamento para avaliação independente dos artigos. Na primeira etapa de avaliação foram excluídos estudos através da leitura dos títulos e resumos, removendo todos aqueles que não estavam dentro do escopo desta revisão. Na segunda etapa, os estudos foram lidos na íntegra de forma a identificar aqueles que estavam totalmente disponíveis e que atendiam aos critérios de inclusão para elegibilidade dos estudos e por fim, após rastreados os estudos foi realizada a estratégia *backward snowballing* (análise das referências), identificando cinco novos estudos.

Critérios de elegibilidade

Para selecionar os artigos, foram definidos os seguintes critérios de inclusão: (1) estudos empíricos sem restrições quanto ao desenho ou método do estudo e (2) os estudos incluídos foram àqueles escritos em inglês, espanhol e português, publicados entre os anos de 2017 e 2023. No entanto, artigos com pelo menos um destes critérios foram excluídos: (1) o título, resumo ou texto completo do artigo não estava relacionado ao abuso sexual baseado em imagem ou pornografia de vingança; (2) artigos não escritos em inglês, espanhol ou português; (3) artigos publicados na forma de resumo, revisões e artigos editoriais, relatórios, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, cartas aos editores e comentários, e; (4) quando o texto completo não estava disponível.

Extração e síntese dos dados

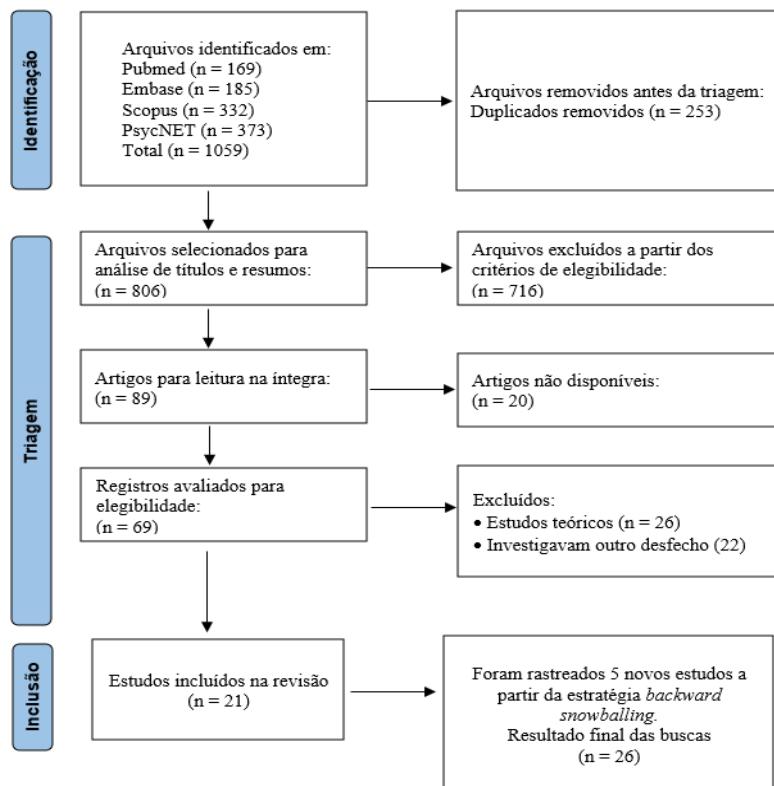
Para todos os estudos, dados sobre a publicação, como o título, autor e ano, termo utilizado, país, amostra, instrumentos utilizados e objetivo do estudo foram extraídos. Os dados referentes às variáveis, às medidas, aos procedimentos e aos resultados serão apresentados em uma síntese qualitativa, adotando uma abordagem descritiva.

Resultados

Na busca inicial das bases de dados científicas, foram recuperados 1059 artigos: PubMed = 169, Embase = 185, Scopus = 332 e PsycNET = 373 artigos. Primeiro, 253 artigos foram excluídos em termos de duplicação. Os artigos foram primeiramente estudados com base no título e resumos. Então, 716 artigos foram descartados por irrelevância. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão durante o processo de triagem, 21 artigos foram incluídos na revisão de escopo. Para finalizar as buscas e após o rastreio dos estudos foi realizada a *backward snowballing* a partir dos artigos selecionados, e assim cinco artigos foram incluídos, apresentando uma amostra final de 26 artigos empíricos sobre o tema (ver Figura 1). Um resumo das especificações gerais para os estudos incluídos é fornecido na Tabela 2.

Figura 1

Fluxograma da seleção dos estudos.



Dos 26 estudos incluídos nesta revisão de escopo, a maioria foi conduzido na Itália (4) e Estados Unidos (3). Dois estudos foram conduzidos no Canadá, Espanha, Austrália e Reino Unido e um estudo foi conduzido na Nova Escócia, Portugal, Egito, Israel, Suíça, Holanda, Inglaterra e Alemanha, além de três estudos multicêntricos.

O ano de publicação dos artigos incluídos na revisão ocorreram entre 2023 e 2017. Sendo o ano de 2022 com o maior número de publicações, totalizando sete artigos, seguidos dos anos 2020 e 2019 com quatro publicações em cada ano, por sua vez, em 2023 foram publicados três artigos e os anos 2021, 2018 e 2017 com duas publicações cada.

Quanto aos termos que têm sido utilizados na literatura, foram encontrados: Violência sexual facilitada pela tecnologia (6), sendo o termo mais utilizado. Seguido do termo Sexting não consensual (5). Os termos, Abuso sexual baseado em imagem e Pornografia de vingança aparecem em quatro publicações, cada e o termo Disseminação não consensual de imagens

íntimas em três publicações. Por sua vez, os termos, Disseminação não consensual de imagens sexuais ou sexting, Compartilhamento não consensual de mídia sexual privada e Sextorsão foram utilizados apenas uma vez.

Tabela 2*Síntese dos artigos*

N	AUTOR E ANO	TERMO UTILIZADO	PAÍS	AMOSTRA	INSTRUMENTOS	OBJETIVO DO ESTUDO
1	Brighi et al., (2023)	Disseminação não consensual de imagens íntimas	Itália	2.047 adultos e jovens adultos com idades entre 18 e os 62 anos	<i>Self-Disclosure Index; Lack of Premeditation subscale from the Italian UPPS-Short; Experiences of Sending and Receiving Sexual Images; Non-consensual distribution of Intimate Images victimization episodes e 13 perguntas sobre Violência por Parceiro Íntimo.</i>	Investigar o papel do sexting e da Violência por Parceiro Íntimo como preditores da vitimização da disseminação não consensual de imagens íntimas entre uma amostra de adultos italianos.
2	Sparks et al., (2023)	Abuso sexual baseado em imagem	Nova Escócia	541 participantes, sendo 365 do gênero feminino com idades entre 18 e 25 anos que já tivessem se envolvido em sexting	Criaram um questionário com itens para avaliar a perpetração e a vitimização para diferentes formas do Abuso sexual baseado em imagem; <i>Illinois Rape Myth Acceptance Scale</i> (IRMA); <i>Paraphilia scale; The Short Dark Triad</i> (SDT-3); <i>Sexual Compulsivity Scale</i> (SCS); <i>Barratt Impulsiveness Scale -Brief</i> (BIS-Brief); <i>Alcohol Use Disorders Identification Test</i> (AUDIT-C).	(1) explorar correlatos de fatores de risco que foram associados a três formas distintas do abuso sexual baseado em imagem; (2) Examinar correlatos de uso de substâncias entre esses grupos.
3	Murça et al., (2023)	Pornografia de vingança	Portugal	274 mulheres com idades entre 18 e os 82 anos	Lista de verificação de vitimização por pornografia de vingança; <i>Rosenberg Self-Esteem Scale</i> (RSES); <i>Humiliation Inventory</i> (HI); <i>Brief Symptoms Inventory</i>	Identificar a prevalência da Pornografia de Vingança (PV) e analisar o seu impacto na autoestima, humilhação, depressão, ansiedade e comparar vítimas e não vítimas

				(BSI) e questionário sociodemográfico.	de PV nestas mesmas variáveis.
4	Champion et al., (2022)	Violência Sexual Facilitada pela Tecnologia (VSFT)	Canadá	337 participantes com idades entre 18 e 67 anos	Versão modificada da <i>The Technology-Facilitated Sexual Violence Victimization Scale (TFSV-V); Technology-Facilitated Sexual Violence Experience Impact Scale;</i> Entrevistas semiestruturadas
5	Said & McNealey (2022)	Disseminação não consensual de imagens íntimas	Estados Unidos	713 participantes com idade média de 20 anos	<i>Voluntary Image Sharing Behaviors; NCDII Victimization and Perpetration; Perceptions and Attitudes Toward NCDII; Attitudes and Experiences with Surveilling Institutions;</i> vinhetas experimentais
6	Finkelhor et al., (2022)	Violência sexual facilitada pela tecnologia	Estados Unidos	2.639 participantes com idades entre 18 e 28 anos	Lista com 11 perguntas sobre o compartilhamento não consensual de imagens
7	Zagloul et al., (2022)	Violência sexual facilitada pela tecnologia	Egito	283 mulheres com idades entre 18 e 60 anos	Lista com perguntas sobre o compartilhamento não consensual de imagens
					Explorar o impacto do VSFT na vítima e examinar criticamente o posicionamento da VSFT como um dano baseado em gênero; ou seja, um dano dirigido principalmente às mulheres.
					Explorar a prevalência de vitimização e perpetração da Disseminação não consensual de imagens íntimas, padrões de compartilhamento consensual de imagens de fotos explícitas e atitudes em relação a instituições tradicionais, como a polícia, entre uma amostra de estudantes universitários de uma importante universidade estadual no meio-oeste dos Estados Unidos.
					Examinar a frequência e as características do abuso sexual online e facilitado pela tecnologia contra crianças e jovens.
					Avaliar a violência sexual facilitada pela tecnologia entre mulheres egípcias

8	Crapolicchio et al., (2022)	Disseminação não consensual de imagens sexuais ou sexting	Itália	351 mulheres com idades entre 18 e 35 anos	Dois itens criados para avaliar a frequência de Sexting; itens da subescala <i>Objectified Relationship with Body</i> ; três itens foram criados para avaliar experiências relacionadas ao compartilhamento não consensual de imagens
9	Gámez-Guadix et al., (2022)	Abuso sexual baseado em imagem	Espanha	1820 adolescentes com idades entre 12 e 17 anos	<i>Image-based sexual abuse scales; Sexting questionnaire; Cyberbullying; Brief Symptom Inventory (BSI)</i>
10	Harper et al., (2022)	Abuso sexual baseado em imagem	Reino Unido, EUA, Canadá e Austrália	511 participantes com idade média de 30 anos	<i>Beliefs about Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ); Toronto Empathy Questionnaire; Belief in a Just World Scale; Short Dark Triad Scale (SD-3); Assessment of Sadistic Personality (ASP); Illinois Rape Myth Acceptance scale (IRMA); Revenge Pornography Proclivity Scale; Revenge Pornography Judgements Scale</i>

trabalhadoras e não trabalhadoras antes e durante COVID 19.

Investigar se a relação entre sexting e experiências de Disseminação não consensual de imagens sexuais em mulheres jovens seria moderada pelo autoobjetificação.

- (1) Desenvolver uma medida de vitimização e perpetração de duas formas frequentes de abuso sexual baseado em imagem, nomeadamente sextortion;
- (2) Analisar a prevalência dessas formas de vitimização e perpetração e examinar sua estabilidade temporal ao longo de um período de 1 ano.

- (1) Entender quais crenças estão associadas ao compartilhamento não consensual de imagens性uais privadas e como podem ser previstas.
- (2) Entender como elas podem prever tanto uma propensão a ofender dessa forma quanto

11 Karasavva et al., (2022)

Disseminação não consensual de imagens íntimas

Canadá

810
participantes,
com idades entre
16 e 60 anos,
sendo a maioria
mulheres (72%)

Sexual image-based abuse myth acceptance (SIAMA); Short Dark Tetrad (SD-4); Revenge Porn Proclivity Scale (RPPS)

julgamentos sociais de tais casos criminais.

12 Bianchi et al., (2021)

Sexting não consensual

Itália

409 adolescentes
com idades entre
14 e 20 anos

The Short Triangular Love Scale (STLS); Sexting Behaviors Questionnaire (SBQ); Conflicts in dating relationship; Sexual orientation

Investigar o papel de três componentes do amor e de conflitos diádicos percebidos na previsão de diferentes comportamentos de sexting em

- (1) avaliar a prevalência de propensão, aprovação e prazer da Disseminação não consensual de imagens íntimas em uma amostra de estudantes de graduação;
- (2) fornecer uma compreensão preliminar das relações correlacionais entre traços de personalidade sombrios e as propensões a aceitar mitos relacionados ao Abuso sexual baseado em imagem e se envolver na perpetração da Disseminação não consensual de imagens íntimas;
- (3) avaliar os preditores da aceitação de mitos relacionados ao abuso sexual baseado em imagem;
- (4) avaliar os preditores da propensão, prazer e aprovação a Disseminação não consensual de imagens íntimas.

13	Gámez-Guadix & Incera (2021)	Violência sexual facilitada pela tecnologia	Espanha	1801 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos	Três itens da versão modificada para adolescentes do <i>Sexting Questionnaire</i> ; <i>Sexual orientation victimization</i> ; <i>Gender-based victimization</i> ; <i>Unwanted sexual attention on the internet</i> ; <i>Sextortion</i> ; <i>Revenge porn</i> ; <i>Brief Symptom Inventory</i>	uma amostra de adolescentes italianos que está ou esteve em um relacionamento.
14	Zhvi (2021)	Disseminação não consensual de imagens íntimas	Israel	560 estudantes, sendo 263 homens e 297 mulheres com idades variando entre 19 e 42 anos	Quatro vinhetas apresentando a disseminação não consensual de imagens íntimas de uma mulher/homem de 30 anos por um ex-parceiro íntimo; Três perguntas para atribuir culpa ao ofensor e à vítima; Três perguntas para determinar a punição; Dois sentimentos empáticos positivos (sentir pena e compaixão pela vítima/agressor) e dois sentimentos negativos (sentir raiva e desprezo pela vítima/agressor) foram observados	Estender o conhecimento atual comparando as percepções em relação às vítimas femininas e masculinas de disseminação não consensual de imagens íntimas, ao mesmo tempo em que manipula o papel da vítima na produção do material íntimo.

15	Barrense-Dias et al., (2020)	Sexting não consensual	Suíça	5.175 jovens adultos com idades entre 24 e 26 anos	Os participantes responderam uma lista com perguntas sobre o compartilhamento não consensual de imagens	Determinar as características e motivos de jovens que compartilharam imagens íntimas recebidas sem consentimento.
16	Zhong et al., (2020)	Violência sexual facilitada pela tecnologia	Austrália	340 participantes com idades entre 18 e 29 anos	Cenários que apresentavam as cinco dimensões do compartilhamento não consensual (assédio sexual online, abuso sexual baseado em imagens, <i>Cyberstalking</i> , Assédio baseado em gênero e sexualidade, Agressão Sexual e/ou Coerção); Online Disinhibition Effect; Sexual Aggression.	Avaliar se a Internet tem o potencial de influenciar indivíduos para perpetrar crimes sexuais como violência sexual facilitada pela tecnologia.
17	Morelli, et al. (2020)	Sexting não consensual	Polônia, EUA, Itália, República Tcheca, Turquia, Bélgica, China, Rússia, Irlanda e Uganda	5.542 participantes com idades entre 13 e 30 anos	<i>Sexual Identity Status; HEXACO Personality Inventory Revised; Sexting Behaviors Questionnaire (SBQ)</i>	Investigar os fundamentos da personalidade de diferentes tipos de comportamentos de sexting entre adolescentes e adultos jovens em todas as culturas, controlando sexo biológico, idade, status de identidade sexual e status de relacionamento de namoro.
18	Oosten & Vandenbosch (2020)	Sexting não consensual	Holanda	2.463 participantes com idades entre 13 e 25 anos	Exposure to Online Pornography; Willingness to Engage in Non-Consensual Forwarding of Sexts; Quatro itens da Instrumental Attitudes Toward Sex	Investigar o uso de pornografia online como um preditor da disposição de adolescentes e adultos emergentes de se envolver em encaminhamento não consensual de sexts em diferentes contextos.
19	Walker et al., (2019)	Compartilhamento não consensual de	Inglaterra	391 participantes com idades entre 18 e 25 anos	Versão adaptada do questionário usado em Sex and tech; Perguntas sobre atitudes, normas subjetivas e	Examinar a prevalência e a natureza do compartilhamento não consensual de mensagens,

	mídia sexual privada		sobre o compartilhamento consensual e não consensual fotos e vídeos sexualmente explícitos e examinar se isso varia de acordo com o gênero e por papel.
20	Festl et al., (2019)	Violência sexual facilitada pela tecnologia	Alemanha 1.033 participantes com idades entre 14 e 20 anos <i>Willingness to engage in sexting; Sexy online self-presentation; Online sexual victimization; três itens da R-UCLA Loneliness Scale; Satisfaction with Life Scale (SWLS); Patient Health Questionnaire for Depression and Anxiety (PHQ-4).</i>
21	Powell et al., (2019)	Abuso sexual baseado em imagem	Austrália 4.053 participantes com idades entre 16 e 49 anos Uma escala sobre o Abuso Sexual Baseado em Imagens (IBSA) foi desenvolvida para o estudo; <i>Sexual Image-Based Abuse Myth Acceptance (SIAMA); Online Dating Behaviors; Sexual Self-Image Behaviors; IBSA Victimization; IBSA Perpetration; Nature of IBSA Perpetration</i>
22	Fido et al., (2019)	Pornografia de vingança	Reino Unido 643 participantes maiores de 18 anos <i>Scale for Intrasexual Competition; Judgments of Revenge Pornography; Inventory of Callous-Unemotional Traits; Questionnaire of Cognitive and Affective Empathy</i>
23	Bianchi et al., (2018)	Sexting não consensual	Itália 171 adolescentes com idades entre 13 e 20 anos <i>Sexting Motivations Questionnaire; Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory.</i>

					violência no namoro entre adolescentes.
24	Bond & Tyrrell (2018)	Pornografia de vingança	Inglaterra e País de Gales	783 membros da força policial	Lista com 17 perguntas e cenários experimentais relacionadas ao conhecimento da Polícia sobre pornografia de vingança
25	Wolak et al., (2017)	Sextorsão	Estados Unidos	1.550 participantes com idades entre 18 e 25 anos	Os participantes responderam uma lista com perguntas sobre o sextortion
26	Pina et al., (2017)	Pornografia de vingança	Reino Unido	100 participantes, sendo 16 homens e 82 mulheres com idades entre 18 e 54 anos	Versão curta da <i>Ambivalent Sexism Inventory (ASI); Short Dark Triad scale; Comprehensive Assessment of Sadistic Tendencies (CAST)</i> ; foi criada para este estudo a Revenge Porn Proclivity Scale

Discussão

A presente revisão de escopo teve como objetivo mapear os estudos empíricos sobre o abuso sexual baseado em imagem. Ao revisar a literatura, constatou-se que os estudos sobre o abuso sexual baseado em imagem estão geralmente focados em adolescentes, jovens adultos e adultos, com ênfase nos jovens adultos. Isso se deve à facilidade de acesso a esse público, além disso, a fase da vida dos jovens adultos é caracterizada por mudanças significativas nas esferas social, emocional e profissional.

Nesse período, os jovens adultos estão mais propensos a buscar aceitação social e almejam alcançar *status*, o que reflete a recente divulgação do tema entre essa população. Todavia, é necessário destacar a importância de desenvolver pesquisas que abarquem diferentes amostras e faixas etárias, incluindo pessoas mais velhas. Desta forma, os pesquisadores poderiam obter uma visão mais abrangente sobre o fenômeno e identificar possíveis variações, fatores influenciadores, bem como traçar intervenções eficazes em função da faixa etária.

Observou-se que não há um consenso quanto aos termos que têm sido utilizados para identificar o abuso sexual baseado em imagem. Isso pode ser explicado pelo uso do termo em inglês para descrever o fenômeno (*Revenge Porn*) e todos os artigos estarem disponíveis nessa língua, no entanto, o idioma não deve limitar a expansão do conhecimento sobre um fenômeno presente em diferentes contextos socioculturais.

A falta de consenso sobre a definição do fenômeno também foi destacada. Poucos dos estudos revisados empregaram uma definição multidimensional. Com base nos artigos revisados, o abuso sexual baseado em imagem foi definido como o compartilhamento não consensual e/ou ameaça de compartilhar imagens sexuais de uma pessoa sem o seu consentimento, cujo objetivo é humilhar, excluir e causar dano a vítima (Gámez-Guadix et al., 2022; Harper et al., 2022; Powell et al., 2019; Sparks et al., 2023). Apesar de alguns estudos da amostra utilizarem denominações diferentes, a descrição do construto permanece semelhante.

Por exemplo, Bond e Tyrrell (2018), Fido et al. (2019), Murça et al., (2023) e Pina et al. (2017), denominam o fenômeno como Pornografia de vingança, descrevendo-o como o compartilhamento não consensual de imagens íntimas privadas com a intenção de prejudicar a reputação social de um ex-parceiro (uma definição similar à anterior). A mesma definição foi apresentada em outros estudos, mas foram utilizados termos diferentes, como: disseminação não consensual de imagens íntimas (Crapolicchio et al., 2022; Said & McNealey, 2022), compartilhamento não consensual de mídia sexual privada (Walker et al., 2019) e sextorsão (Wolak et al., 2017).

Alguns pesquisadores entendem o abuso sexual baseado em imagem como uma consequência do sexting não consensual, ambos com definições similares e termos distintos (Barrense-Dias et al., 2020; Bianchi et al., 2021; Morelli et al., 2020; Oosten & Vandenbosch, 2020). No entanto, alguns pesquisadores o definem como Violência Sexual Facilitada pela Tecnologia (VSFT) (Champion et al., 2022; Festl et al., 2019; Gámez-Guadix & Incera, 2021; Zhong et al., 2020). Porém, VSFT é um termo genérico para atos sexuais agressivos que são perpetrados ou auxiliados por meios eletrônicos. Essas divergências destacam a necessidade de estabelecer uma definição padronizada que permita identificar e diferenciar os termos utilizados, evitando possíveis confusões, e permitindo entender melhor o construto.

Quanto aos instrumentos utilizados para medir o abuso sexual baseado em imagem foi observado o uso de instrumentos *ad hoc*, como a *The Technology-Facilitated Sexual Violence Victimization Scale* (TFSV-V; Powell & Henry, 2016); *Experiences of Non-consensual Dissemination Of Sexual Materials* (NDSM; Crapolicchio et al., 2022); Image-Based Sexual Abuse Scales (IBSAS; Gámez-Guadix et al., 2022). Instrumentos *ad hoc* podem apresentar limitações significativas em relação à validade, confiabilidade e interpretação, tornando-os inadequados para uma análise abrangente do abuso sexual baseado em imagem. Também foi utilizada a *Sexting Behaviors Questionnaire* (del Rey et al., 2021), o instrumento apresenta boas

propriedades psicométricas, no entanto, seu foco está voltado para comportamentos que os adolescentes podem adotar ao fazer *sexting*, bem como o contexto em que isso ocorre.

Em sua maioria, os artigos utilizavam listas com perguntas sobre o compartilhamento não consensual de imagens e sobre a verificação de vitimização por pornografia de vingança, bem como foram criados instrumentos para desenvolver apenas tal estudo. Contudo, cabe ressaltar que foi encontrado um instrumento validado e com bons indicadores, a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (Harper et al., 2022), que tem como objetivo entender quais crenças estão associadas ao compartilhamento não consensual de imagens sexuais e como podem ser previstas.

Além disso, observou-se que há uma discussão em relação ao gênero, os achados apontam a predominância das mulheres como vítimas e dos homens como perpetradores dessa violência. Barrense-Dias et al. (2020) descobriram que os participantes que compartilharam conteúdo íntimo recebido sem consentimento tinham maiores chances de serem homens e as principais motivações relatadas eram para se divertir, se exibir e não perceber o que estava fazendo. No entanto, Walker et al. (2019) apontam que o abuso sexual baseado em imagem foi perpetrado e experimentado por mulheres e homens.

Ademais, dos 26 estudos incluídos e analisados na revisão, não confirmaram a percepção comum de que este é um comportamento perpetrado por homens contra mulheres. Pode-se perceber que também não existe um consenso para vitimização ou perpetração, embora haja uma crença comum de que os homens são mais propensos a serem perpetradores de compartilhamento não consensual e, portanto, as mulheres são as vítimas mais prováveis (Fido et al., 2019; Powell et al., 2019). Portanto, pode-se presumir que é necessário examinar mais detalhadamente a influência do gênero com maior reflexão teórica sobre o tópico, a fim de orientar pesquisas futuras e interpretar os resultados relacionados.

Os resultados mais consistentes que surgiram parecem estar relacionados às implicações

do compartilhamento não consensual. De acordo com os estudos revisados, as vítimas do ASBI sofreram uma ampla gama de efeitos psicológicos, relacionais e sociais negativos. A respeito disso, Champion e colaboradores (2022) descobriram que as vítimas de violência sexual facilitada pela tecnologia experimentaram ansiedade, estresse, depressão, perda de controle, desconfiança, múltiplas vitimizações, mau funcionamento acadêmico/profissional, consumo problemático de álcool, constrangimento e mudanças de comportamento *online*.

Já aqueles que sofreram abuso sexual baseado em imagem relataram maior sofrimento em relação a depressão, ansiedade e funcionamento acadêmico/profissional do que vítimas de outros tipos de VSFT. Na mesma direção, Gámez-Guadix e Incera (2021), Gámez-Guadix et al. (2022) e Festl et al. (2019) também evidenciaram que ser vítima de abuso sexual baseado em imagem gera sintomas de depressão e ansiedade mais elevados. Corroborando com a literatura sobre violência sexual, uma vez que vítimas de agressão sexual também desenvolveram medo e ansiedade, transtorno depressivo maior, abuso de substâncias e suicídio (Rothman et al., 2019). Além disso, altos níveis de perda de controle sobre seu corpo, imagens, sexualidade e o mundo *online* foram relatados por vítimas de distribuição não consensual e ameaça de disseminação de imagens íntimas.

De forma geral, a motivação para esses comportamentos não foi explorada em todos esses estudos. Isso significa que, embora seja possível examinar a prevalência dos tipos de comportamentos associados ao abuso sexual baseado em imagem, na ausência de uma motivação ou justificativa para o compartilhamento, não é possível classificar diretamente essas ações. Isso pode ser explicado pelo fato de que não há uma consistência nas pesquisas em relação às populações examinadas, na terminologia, nas diferenças da definição operacional e na falta de instrumentos validados e confiáveis para mensurar o construto.

Embora o conhecimento do abuso sexual baseado em imagem tenha crescido nos últimos anos, este é um campo relativamente novo que requer o avanço da pesquisa em uma série de

caminhos. Observou-se que há a necessidade de instrumentos validados e confiáveis para medir e compreender o construto. Posto que as informações fornecidas por estudos anteriores sejam de grande valor, a maioria das pesquisas usou perguntas (*ad hoc*) para medir as formas do abuso sexual baseado em imagem contribuindo para a fragmentação da literatura científica (Barrense-Dias et al., 2020; Bond & Tyrrell, 2018; Crapolicchio et al., 2022; Finkelhor et al., 2022; Power et al., 2022; Walker et al., 2019; Wolak et al., 2017; Zagloul et al., 2022).

Ademais, outras limitações foram identificadas (por exemplo, termos diferentes, idade e sexo dos participantes) significam que o que realmente se sabe sobre o compartilhamento não consensual de imagens é escasso e difícil de quantificar e resumir. Também não foram encontrados artigos empíricos no Brasil, o que limita a generalização das descobertas para o contexto nacional. Para além disso, deve-se destacar as limitações do método empregado na revisão de escopo, que, embora possua transparência, rigor e replicabilidade, não tem o propósito de avaliar a qualidade das evidências produzidas pelos estudos rastreados.

Por fim, entende-se que é necessário um consenso sobre a definição desse comportamento, ademais, sugere-se a realização de uma revisão sistemática com o foco em avaliar a qualidade metodológica dos estudos sobre abuso sexual baseado em imagem, bem como, a adaptação e validação de um instrumento mais atualizado que mensure o fenômeno com precisão para o contexto brasileiro.

Referências

- Aromataris, E., & Munn, Z. (Eds.). (2020). *JBI Manual for Evidence Synthesis*. JBI.
<https://doi.org/10.46658/jbimes-20-01>
- Barrense-Dias, Y., Akre, C., Auderset, D., Leeners, B., Morselli, D., & Surís, J.-C. (2020). Non-consensual sexting: Characteristics and motives of youths who share received-intimate content without consent. *Sexual Health*, 17(3), 270. <https://doi.org/10.1071/sh19201>
- Bianchi, D., Morelli, M., Baiocco, R., Cattelino, E., & Chirumbolo, A. (2021). Patterns of love and sexting in teen dating relationships: The moderating role of conflicts. *New Directions for Child and Adolescent Development*. <https://doi.org/10.1002/cad.20427>
- Bianchi, D., Morelli, M., Nappa, M. R., Baiocco, R., & Chirumbolo, A. (2018). A bad romance: Sexting motivations and teen dating violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051881703. <https://doi.org/10.1177/0886260518817037>
- Bond, E., & Tyrrell, K. (2018). Understanding revenge pornography: A national survey of police officers and staff in england and wales. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051876001. <https://doi.org/10.1177/0886260518760011>
- Brighi, A., Amadori, A., Summerer, K., & Menin, D. (2023). Prevalence and risk factors for nonconsensual distribution of intimate images among Italian young adults: Implications for prevention and intervention. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 23(4), 100414. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2023.100414>
- Champion, A. R., Oswald, F., Khera, D., & Pedersen, C. L. (2022). Examining the gendered impacts of technology-facilitated sexual violence: A mixed methods approach. *Archives of Sexual Behavior*, 51(3), 1607–1624. <https://doi.org/10.1007/s10508-021-02226-y>
- Citron, D. K., & Franks, M. A. (2014). Criminalizing revenge porn. *Wake Forest Law Review*, 49, 345.
- Crapolicchio, E., Pecini, C., Di Bernardo, G. A., Regalia, C., Andriguetto, L., & Vezzali, L.

- (2022). Sexting and the experience of non-consensual dissemination of sexts. The moderator role of self-objectification. *Social Psychology Theory & Research*, 17(2), 207–224.
- del Rey, R., Ojeda, M., & Casas, J. (2021). Validation of the Sexting Behavior and Motives Questionnaire(SBM-Q). *Psicothema*, 2(33), 287–295. <https://doi.org/10.7334/psicothema2020.207>
- Festl, R., Reer, F., & Quandt, T. (2019). Online sexual engagement and psychosocial well-being: The mediating role of sexual victimization experiences. *Computers in Human Behavior*, 98, 102–110. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.04.010>
- Fido, D., Harper, C. A., Davis, M. A., Petronzi, D., & Worrall, S. (2019). Intrasexual competition as a predictor of women's judgments of revenge pornography offending. *Sexual Abuse*, 107906321989430. <https://doi.org/10.1177/1079063219894306>
- Finkelhor, D., Turner, H., & Colburn, D. (2022). Prevalence of online sexual offenses against children in the US. *JAMA Network Open*, 5(10), Artigo e2234471. <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2022.34471>
- Gámez-Guadix, M., & Incera, D. (2021). Homophobia is online: Sexual victimization and risks on the internet and mental health among bisexual, homosexual, pansexual, asexual, and queer adolescents. *Computers in Human Behavior*, 119, 106728. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.106728>
- Gámez-Guadix, M., Mateos-Pérez, E., Wachs, S., Wright, M., Martínez, J., & Íncera, D. (2022). Assessing image-based sexual abuse: Measurement, prevalence, and temporal stability of sextortion and nonconsensual sexting (“revenge porn”) among adolescents. *Journal of Adolescence*, 94, 789–799. <https://doi.org/10.1002/jad.12064>
- Harper, C. A., Smith, L., Leach, J., Daruwala, N. A., & Fido, D. (2022). Development and validation of the beliefs about revenge pornography questionnaire. *Sexual Abuse*,

107906322210826. <https://doi.org/10.1177/10790632221082663>
- Henry, N., Flynn, A., & Powell, A. (2019). *Responding to “revenge pornography”:* *Prevalence, nature and impacts.* Criminology Research Grants Program, Australian Institute of Criminology.
- Karasavva, V., Swanek, J., Smodis, A., & Forth, A. (2022). From myth to reality: Sexual image abuse myth acceptance, the Dark Tetrad, and non-consensual intimate image dissemination proclivity. *Journal of Sexual Aggression*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/13552600.2022.2032430>
- McGlynn, C., & Rackley, E. (2017). Image-Based Sexual Abuse. *Oxford Journal of Legal Studies*, 37(3), 534-561. <https://doi.org/10.1093/ojls/gqw033>
- Morelli, M., Chirumbolo, A., Bianchi, D., Baiocco, R., Cattelino, E., Laghi, F., Sorokowski, P., Misiak, M., Dziekan, M., Hudson, H., Marshall, A., Nguyen, T. T. T., Mark, L., Kopecky, K., Szotkowski, R., Demirtaş, E. T., Van Ouytsel, J., Ponnet, K., Walrave, M., ... Drouin, M. (2020). The role of HEXACO personality traits in different kinds of sexting:A cross-cultural study in 10 countries. *Computers in Human Behavior*, 113, 106502. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106502>
- Murça, A., Cunha, O., & Almeida, T. C. (2023). Prevalence and Impact of Revenge Pornography on a Sample of Portuguese Women. *Sexuality & Culture*. <https://doi.org/10.1007/s12119-023-10100-3>
- Oosten, J. M. F., & Vandenbosch, L. (2020). Predicting the willingness to engage in non-consensual forwarding of sexts: The role of pornography and instrumental notions of sex. *Archives of Sexual Behavior*, 49(4), 1121–1132. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01580-2>
- Pham, M. T., Rajić, A., Greig, J. D., Sargeant, J. M., Papadopoulos, A., & McEwen, S. A. (2014). A scoping review of scoping reviews: Advancing the approach and enhancing the

- consistency. *Research Synthesis Methods*, 5(4), 371–385. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1123>
- Pina, A., Holland, J., & James, M. (2017). The malevolent side of revenge porn proclivity. In *The dark web* (p. 1–17). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-3163-0.ch001>
- Powell, A., & Henry, N. (2016). Technology-Facilitated sexual violence victimization: Results from an online survey of Australian adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(17), 3637–3665. <https://doi.org/10.1177/0886260516672055>
- Powell, A., Henry, N., Flynn, A., & Scott, A. J. (2019). Image-based sexual abuse: The extent, nature, and predictors of perpetration in a community sample of Australian residents. *Computers in Human Behavior*, 92, 393–402. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.11.009>
- Rothman, K., Georgia Salivar, E., Roddy, M. K., Hatch, S. G., & Doss, B. D. (2019). Sexual assault among women in college: Immediate and long-term associations with mental health, psychosocial functioning, and romantic relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051987015. <https://doi.org/10.1177/0886260519870158>
- Said, I., & McNealey, R. L. (2022). Nonconsensual distribution of intimate images: Exploring the role of legal attitudes in victimization and perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052211228. <https://doi.org/10.1177/08862605221122834>
- Sparks, B., Stephens, S., & Trendell, S. (2023). Image-based sexual abuse: Victim-perpetrator overlap and risk-related correlates of coerced sexting, non-consensual dissemination of intimate images, and cyberflashing. *Computers in Human Behavior*, 107879. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2023.107879>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garrity, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (prisma-scr): Checklist and explanation. *Annals of*

- Internal Medicine*, 169(7), 467. <https://doi.org/10.7326/m18-0850>
- Walker, K., & Sleath, E. (2017). A systematic review of the current knowledge regarding revenge pornography and non-consensual sharing of sexually explicit media. *Aggression and Violent Behavior*, 36, 9–24. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.06.010>
- Walker, K., Sleath, E., Hatcher, R. M., Hine, B., & Crookes, R. L. (2019). Nonconsensual sharing of private sexually explicit media among university students. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051985341. <https://doi.org/10.1177/0886260519853414>
- Wolak, J., Finkelhor, D., Walsh, W., & Treitman, L. (2017). Sextortion of minors: Characteristics and dynamics. *Journal of Adolescent Health*, 62(1), 72–79. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.08.014>
- Zagloul, N. M., Farghaly, R. M., ELKhatib, H., Issa, S. Y., & El-Zoghby, S. M. (2022). Technology facilitated sexual violence: A comparative study between working and non-working females in Egypt before and during the COVID-19 pandemic. *Egyptian Journal of Forensic Sciences*, 12(1). <https://doi.org/10.1186/s41935-022-00278-2>
- Zhong, L. R., Kebbell, M. R., & Webster, J. L. (2020). An exploratory study of Technology-Facilitated Sexual Violence in online romantic interactions: Can the Internet's toxic disinhibition exacerbate sexual aggression? *Computers in Human Behavior*, 108, 106314. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106314>
- Zvi, L. (2021). The double standard toward female and male victims of non-consensual dissemination of intimate images. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052110501. <https://doi.org/10.1177/08862605211050109>

ARTIGO 2

**Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ): Evidências
Psicométricas no Contexto Brasileiro**

Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ): Psychometric Evidence in the
Brazilian Context

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira

Patrícia Nunes da Fonseca

Resumo

Objetivou-se adaptar para o contexto brasileiro a escala *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ) reunindo evidências de validade e precisão. No Estudo 1 ($n = 252$), Paraíba (30,2%), gênero feminino (54,4%) e 5,6% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização. Os participantes responderam a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ) e questionário sociodemográfico. Foi realizada a adaptação da BRPQ e realizada uma análise fatorial exploratória, que apontou uma estrutura trifatorial com adequados índices de ajuste e consistência interna. O Estudo 2 ($n = 210$), São Paulo (17,3%), gênero masculino (60,1%) e 5,3% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização. Os participantes responderam aos instrumentos descritos no Estudo 1 e adicionalmente, à *Double Standard Scale*. Realizou-se a análise confirmatória e Teoria de Resposta ao Item (TRI). Os resultados apontaram que a versão curta apresentou melhores índices de ajuste e indicaram, através da TRI, boa capacidade de avaliar a porção central do contínuo do abuso sexual baseado em imagem. Além de evidências de validade externa, com a BRPQ correlacionando-se positivamente com o duplo padrão sexual. Conclui-se que a BRPQ apresentou qualidades métricas satisfatórias e pode ser utilizada como uma alternativa para avaliar este tipo de comportamento.

Palavras-chave: Violência; Cibercrime; Vingança; Abuso sexual online; Validação psicométrica

Abstract

The aim of this study was to adapt the Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ) to the Brazilian context, gathering evidence of its validity and reliability. In Study 1 ($n = 252$), Paraíba (30.2%), predominantly female (54.4%), and 5.6% had previously had an intimate photo and/or video shared without their consent. They responded to the BRPQ and a sociodemographic questionnaire. The BRPQ was adapted, and an exploratory factor analysis was conducted, revealing a three-factor structure with adequate fit indices and internal consistency. Study 2 ($n = 210$), São Paulo (17.3%), predominantly male (60.1%), with 5.3% reporting having had an intimate photo and/or video shared without their consent. Participants responded to the same instruments as in Study 1, along with the Double Standard Scale. A confirmatory factor analysis was conducted and item Item Response Theory (IRT). The results indicated that the short version demonstrated better fit indices and, according to IRT, showed good ability to assess the central portion of the continuum of image-based sexual abuse. Additionally, external validity evidence was found, with the BRPQ positively correlating with sexual double standards. It is concluded that the BRPQ demonstrated satisfactory psychometric properties and can be used as an alternative instrument to assess this type of offensive behavior.

Keywords: Violence; Cybercrime; Revenge; Online sexual abuse; Psychometric validation

Introdução

O abuso sexual baseado em imagem, também conhecido como “pornografia de vingança”, refere-se à criação e/ou compartilhamento não consensual de imagens íntimas, incluindo ameaças de distribuição e material sexual digitalmente alterado (Fido et al., 2021; McGlynn & Rackley, 2017). O termo “abuso sexual” reflete as experiências negativas das vítimas, além de enquadrar o problema dentro da legislação e das políticas de crimes sexuais.

No Brasil, esse crime é tipificado pela Lei nº 13. 718, de 2018, prevendo pena de um a cinco anos de reclusão. Nesse sentido, verifica-se como esse fenômeno é preocupante, uma vez que afeta indivíduos globalmente, trazendo graves consequências para as vítimas como sofrimento emocional, perda de privacidade e danos à reputação (Powell et al., 2022). Outra consequência é a reprodução da violência de gênero, onde a maioria das vítimas são mulheres.

Apesar da modernização das visões sobre sexualidade nas últimas décadas, percepções de papéis tradicionais de gênero ainda são encontrados em muitas sociedades, manifestadas em diferentes expectativas quanto ao comportamento sexual masculino e feminino (Zvi, 2021). No entanto, pesquisadores têm buscado compreender variáveis que possam ajudar a explicar o abuso sexual baseado em imagem, como por exemplo, o Duplo Padrão Sexual (DPS).

De acordo com o DPS, a expressão sexual feminina é restrinida, enquanto a masculina é encorajada, como encontrado na pesquisa realizada por Handyside e Ringrose (2017), onde mulheres relataram como suas interações *online* são frequentemente sexualizadas, enquanto comportamentos semelhantes por parte dos homens foram interpretados de maneira mais branda. Reforçando a desigualdade de gênero e dificultando a responsabilização dos agressores, além de agravar o impacto sobre as vítimas.

Sendo assim, tal variável tem-se mostrado importante para ajudar a entender parte do contexto social que facilita e perpetua esse tipo de abuso, contribuindo ao criar normas e julgamentos diferentes para comportamentos sexuais de homens e mulheres, o que pode

influenciar a dinâmica de poder e as reações da sociedade a esses casos. Desse modo, torna-se essencial o desenvolvimento de estudos na área que possibilitem reunir maiores dados sobre o tema. E, embora haja um aumento no número de pesquisas sobre o abuso sexual baseado em imagem, há uma escassez de instrumentos que se propõem a avaliar tal fenômeno.

Na literatura encontram-se instrumentos que se propõem a avaliar o abuso sexual baseado em imagem. Destaca-se, por exemplo, a *The Technology-Facilitated Sexual Violence Victimization Scale* (TFSV-V; Powell & Henry, 2016) composta por 21 itens respondidos em uma escala dicotômica, variando de 1 (sim) a 2 (não), medindo a prevalência de quatro experiências principais de vitimização da violência sexual facilitada pela tecnologia: assédio sexual *online*, abuso sexual baseado em imagem, agressão/coerção sexual *online* e assédio baseado em gênero/sexualidade *online*.

Outro instrumento é o *Experiences of Non-consensual Dissemination Of Sexual Materials* (NDSM; Crapolicchio et al., 2022), que reúne três itens criados *ad hoc*, devido à falta de instrumentos específicos na literatura. Os itens medem comportamentos realizados sem consentimento por parceiros íntimos, como tirar, compartilhar ou postar fotos ou vídeos sexualmente explícitos, para outras pessoas ou na *web*. Os itens buscam medir a frequência que esses episódios ocorreram no último ano, sendo respondidos em escala tipo *Likert*, de sete pontos, variando desde 1 (Nunca) a 7 (Mais de vinte vezes por mês).

É importante ressaltar que os dois instrumentos anteriormente mencionados são *ad hoc*, o que pode apresentar limitações significativas em relação à validade, confiabilidade e interpretação, tornando-os inadequados para uma análise abrangente do abuso sexual baseado em imagem (Harper et al., 2022). No entanto, vale ressaltar que foi encontrado um instrumento com bons indicadores, a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (Harper et al., 2022).

Perante o exposto, Harper et al. (2022) propuseram o Questionário de Crenças sobre

Pornografia de Vingança (BRPQ), para compreender não apenas quais as crenças estão associadas ao compartilhamento não consensual de imagens, mas também de prever como essas crenças podem influenciar tanto a propensão para cometer o ato quanto os julgamentos sociais desses atos criminais. Os autores optaram por utilizar o termo “Pornografia de Vingança” para nomear o instrumento devido ao fato de já existirem trabalhos publicados que utilizaram a mesma terminologia (Fido et al., 2021), além de considerarem importante utilizar um termo popular, especialmente ao avaliar crenças.

Não obstante, compreender as crenças da população sobre o assunto é importante, pois, permite uma exploração mais profunda dos padrões socioculturais que influenciam as atitudes em relação à sexualidade e ao consentimento. Sendo assim, o instrumento apresentado por Harper et al. (2022) foi aplicado com participantes do Reino Unido (47%), Estados Unidos (26%), Canadá (7%) e Austrália (4%), reúne 45, respondidos em uma escala tipo *Likert* de 6 pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente).

Composta por quatro fatores: o primeiro fator, denominado *Vítimas promíscuas*, relacionado às características da sexualidade das vítimas que podem torná-las mais vulneráveis ao compartilhamento não consensual de imagens privadas ($\alpha = 0,94$; $\omega = 0,94$); o segundo fator, *Danos à vítima*, inclui atos que causam danos psicológicos à vítima e a necessidade de protegê-las ($\alpha = 0,87$; $\omega = 0,89$); o terceiro fator, *Evitando comportamento vulnerável*, relaciona-se com as estratégias que as pessoas podem empregar para evitar se tornarem vítimas ($\alpha = 0,90$; $\omega = 0,90$); e o quarto fator, *Minimização de ofensas*, inclui atos de minimizar os efeitos da violência ($\alpha = 0,74$; $\omega = 0,74$).

Os autores do instrumento realizaram quatro estudos. No Estudo um, participaram 511 adultos (56% mulheres; $M_{idade} = 30,05$ anos; $DP = 10,69$). Foi realizada uma análise fatorial exploratória, que exibiu índices satisfatórios de ajuste ao modelo teórico e foram observados os seguintes indicadores: $[\chi^2 (3,479) = 5,710, p < 0,001]$, RMSEA = 0,04 [IC 90%: 0,03 - 0,04],

TLI = 0,86. No Estudo dois, foram reunidas evidências complementares de validade convergente com medidas psicométricas de empatia, crença em um mundo justo, sadismo, personalidade sombria, aceitação do mito do estupro e preditores demográficos (sexo, idade, orientação política), demonstrando também que o instrumento apresentava adequada consistência interna.

No Estudo três, prevendo propensões à pornografia de vingança, contou com 227 participantes (56% mulheres; $M_{idade} = 29,92$ anos, $DP = 10,27$). Os resultados indicaram uma propensão direta para se envolver no compartilhamento não consensual de imagens correlacionada em um grau moderado com níveis mais baixos de empatia e níveis mais altos de crença em um mundo justo, todas as facetas da tétrade sombria e aceitação do mito do estupro. Sugerindo que alguém pode estar disposto a se envolver no compartilhamento não consensual de imagens se vir suas ações como sendo culpa da vítima.

E por fim, no Estudo quatro, participaram 232 pessoas (55% do sexo feminino; $M_{idade} = 30,64$ anos, $DP = 11,17$). Foram explorados cenários de pornografia de vingança, controlando crenças pré-existentes sobre o compartilhamento não consensual de imagens, usando a BRPQ: postagem sexualmente provocativa ($n = 78$), postagem conservadora ($n = 78$) e grupo controle (sem postagem de informações de conteúdo ($n = 76$)). A BRPQ esteve associada tanto à propensão ($n = 227$) quanto aos julgamentos sociais desse tipo de infração ($n = 232$). Dado o exposto, tais estudos possibilitaram reunir evidências de validade do instrumento.

No entanto, a produção científica nacional é escassa. Tal lacuna pode ser verificada por meio de uma busca realizada nas bases *PubMed*, *Embase*, *Scopus*, *Psycinfo* e *PsycNET* em maio de 2023, utilizando-se os descritores “*Revenge porn*” OR “*Sexual violence*” OR “*Self-produced sexual images*” OR “*Image based sexual abuse*” and “*Scale*” and “*Brazil*” and “*Portuguese*”, em português, inglês e espanhol sem estabelecer tempo. No levantamento não foram encontradas publicações no Brasil, o que indica que a medida ainda não foi validada para o contexto brasileiro, demonstrando ser uma lacuna que pode ser suprida por este estudo, justificando-o.

Dado que a literatura não descreve muitos instrumentos que medem o abuso sexual baseado em imagem, o presente estudo tem como objetivo reunir evidências de validade, precisão e parâmetros individuais dos itens da BRPQ no contexto brasileiro.

Estudo 1. Adaptação e Estrutura Fatorial Exploratória da *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)*

Método

Participantes

Contou-se com uma amostra por conveniência (não-probabilista) composta por 252 indivíduos (idades de 18 a 40 anos, $M_{idade} = 28,34$, $DP = 6,14$) da população geral. Os participantes eram do estado da Paraíba (30,2%), gênero feminino (54,4%), heterossexual (68,7%). Destes, 5,6% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização e 11,9% já foram ameaçados ou chantageados a fornecer fotos e/ou vídeos íntimos.

Instrumentos

Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ; Harper et al., 2022) – Este instrumento mede as crenças individuais sobre a distribuição não consensual de imagens íntimas com a intenção de humilhar ou prejudicar outra pessoa. A escala é composta por 45 itens, avaliados em uma escala Likert de seis pontos, variando de 1 (Discordo fortemente) a 6 (Concordo fortemente). Os itens se distribuem em quatro fatores, que demonstraram consistência interna adequada (α de Cronbach): Vítimas promíscuas ($\alpha = 0,83$; e.g., item 18: “Uma pessoa não deveria ficar chateada se suas fotos e/ou vídeos íntimos forem compartilhados sem autorização pelo seu/sua parceiro(a)”); Danos à vítima ($\alpha = 0,81$; e.g., item 5: “Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização afeta negativamente a autoestima da vítima”); Evitando comportamentos vulneráveis ($\alpha = 0,84$; e.g., item 34: “As pessoas deveriam pensar antes de tirar selfies ou fazer vídeos íntimos, mesmo que nunca os enviem”); e

Minimização de ofensas ($\alpha = 0,70$; e.g., item 27: “Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização é o pior crime que poderia acontecer a alguém”).

Questionário Sociodemográfico. Conjunto de perguntas que objetivam caracterizar os participantes (idade, gênero, cidade, além de questões sobre experiências, como ter tido imagens íntimas compartilhadas sem consentimento ou ter sido ameaçado(a) para fornecer esse tipo de material).

Procedimento

Inicialmente, buscou-se traduzir o BRPQ para o português do Brasil, utilizando o método *Back Translation*, por meio do qual a medida original em inglês foi traduzida para o português por um psicólogo bilíngue e um advogado, posteriormente, foi feita uma versão em inglês por dois professores bilíngues de língua inglesa, que não conheciam o instrumento. Comparando as duas versões em inglês e confrontando com a tradução em português, chegou-se à versão final do instrumento.

Posteriormente, realizou-se a validação semântica, seguindo os procedimentos sugeridos por Pasquali (2016). Em função disso, contou-se com a participação de 20 pessoas da população geral, igualmente distribuídos quanto ao gênero, com níveis de escolaridade entre ensino fundamental e ensino superior, em que foi verificada a compreensão dos itens. Após averiguação das instruções, escala de resposta e conteúdo, concluiu-se que os itens estavam comprehensíveis.

A coleta de dados se deu em formato eletrônico, através da plataforma *Google Docs*. Foi disponibilizado aos participantes da pesquisa um *link*, previamente divulgado em redes sociais (e.g., *Instagram*, *WhatsApp* e *Reddit*) ou enviado por *e-mail*. Utilizou-se a técnica “bola de neve” no recrutamento de participantes. Aos que aceitaram colaborar voluntariamente com a pesquisa, foram esclarecidos os propósitos do estudo, além de serem assegurados o anonimato e sigilo da participação, esclarecendo que não haveria qualquer ônus ou bônus direto, sendo possível desistir do estudo a qualquer momento.

Seguiram-se todos os procedimentos éticos de acordo com o que estabelecem as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo a realização do estudo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Universidade Federal localizada na região Nordeste (Parecer nº 5.814.916 / CAAE: 65642022.4.0000.5188). Não foi possível avaliar o tempo aproximado de resposta por ser uma coleta de dados em formato eletrônico.

Análise de Dados

Foram utilizados o SPSS-26 e o *software Factor*, versão 12.04.02. Com o SPSS foram realizadas análises descritivas para descrever os participantes. Com o *software Factor* foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala BRPQ (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017). A análise foi implementada utilizando uma matriz policórica devido ao fato de que a escala não pode ser considerada contínua, pois é do tipo *Likert*, composta de categorias ordenadas (Lara, 2014) e método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010).

A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi realizada por meio da técnica da Análise Paralela (Timmerman, & Lorenzo-Seva, 2011) e a rotação utilizada foi a *Robust Promin* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). Consideramos valores superiores a 0,40 como carga fatorial adequada para retenção do item na escala (Hair et al., 2018). Para consistência interna foram calculados o alfa de *Cronbach* (α) e o ômega de McDonald (ω), assumindo valores iguais ou superiores a 0,70 como aceitáveis (Zinbarg et al., 2005).

A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, com intervalo de confiança não atingindo 0,10, e valores de CFI e TLI devem ser acima de 0,90.

Resultados

Inicialmente, verificou-se a adequação do instrumento para a Análise Fatorial

Exploratória (AFE). O índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,89) e o teste de esfericidade de Bartlett [$\chi^2(44) = 2842,1$; $p < 0,001$] indicaram que os dados eram passíveis de fatoração . A análise paralela sugeriu quatro fatores, resultando em um índice de ajuste Global Fit Index (GFI) = 0,90. Adotou-se como critério de retenção cargas fatoriais $\geq |0,40|$ (Hair et al., 2018; Pasquali, 2016).

Entretanto, um dos fatores apresentou apenas dois itens, comprometendo sua estabilidade, visto que fatores com menos de três itens reduzem a confiabilidade da estimativa da variância comum e podem gerar resultados instáveis (Worthington & Whittaker, 2006). A avaliação do índice H (*Latent* e *Observed*) indicou que o fator não seria replicado de forma confiável em outras amostras. O índice H- *Latent*, abaixo do recomendado (0,70), sugeriu baixa consistência, assim como o H-*Observed*, reforçando a fraca definição do fator. Diante disso, optou-se por removê-lo, garantindo maior robustez ao modelo trifatorial.

Para que fossem avaliados os parâmetros dos itens da BRPQ, por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), foi empregado o *software* RStudio com uso do pacote mirt (Chalmers, 2012). Ademais, levando em consideração a natureza politômica ordinal dos itens fez-se uso do Modelo de Resposta Graduada (GRM; Samejima, 1969).

Tabela 1
Estrutura fatorial da BRPQ

Itens	F1	F2	F3	h^2
16 Se uma pessoa compartilha fotos e/ou vídeos íntimos com alguém, é justo que os amigos de quem recebeu também vejam o conteúdo.	0,84*	0,05	0,04	0,67
20 Pessoas que têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização, sentem orgulho em ter suas imagens divulgadas.	0,71*	-0,05	0,03	0,63
13 Pessoas que têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização gostam da atenção causada pela exposição.	0,68*	-0,02	0,12	0,66
23 Não é um problema compartilhar fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização de um(a) ex que foi infiel.	0,67*	0,11	0,10	0,50
18 Uma pessoa não deveria ficar chateada se suas fotos e/ou vídeos íntimos forem compartilhados sem autorização pelo seu/sua parceiro(a).	0,59*	-0,10	0,04	0,56
19 Pessoas famosas merecem ter suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização mais do que pessoas comuns.	0,56*	-0,01	0,03	0,43
32 Se uma pessoa não é virgem, não deve ser um grande problema ter suas fotos e/ou seus vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	0,46*	-0,15	0,18	0,49
40 Frequentemente, vítimas que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização se sentem humilhadas.	-0,06	0,80*	-0,06	0,76
8 Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode provocar medo nas vítimas.	-0,20	0,73*	0,03	0,78
45 Vítimas, que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização, ficam com dificuldade de confiar nos outros.	-0,07	0,71*	0,09	0,64
30 Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode causar sofrimento psicológico nas vítimas.	-0,24	0,70*	0,06	0,76
44 A maioria das pessoas não são acusadas ou condenadas quando compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização.	0,17	0,54*	-0,12	0,87
17 Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode prejudicar o relacionamento da vítima com familiares e amigos.	-0,25	0,53*	0,16	0,40
24 A polícia, muitas vezes, não investiga as acusações das vítimas que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	0,16	0,52*	-0,15	0,74
5 Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização afetam negativamente a autoestima da vítima.	-0,14	0,50*	0,16	0,46
14 A maioria dos casos de compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização não leva à prisão.	0,16	0,49*	-0,08	0,91
42 As pessoas compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização para envergonhar a vítima.	0,06	0,41*	0,00	0,80

34 As pessoas deveriam pensar antes de tirar <i>selfies</i> ou fazer vídeos íntimos, mesmo que nunca os enviem.	-0,29	0,05	0,76*	0,79
26 Se você se comporta corretamente, é fácil evitar o compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização.	0,00	-0,03	0,68*	0,50
35 Uma pessoa que envia fotos e/ou vídeos íntimos de si mesmo para outros, deve esperar que esses conteúdos sejam compartilhados sem autorização.	0,10	0,03	0,67*	0,61
29 Quando alguém provoca outras pessoas com fotos e/ou vídeos sensuais, provavelmente o conteúdo será compartilhado.	-0,07	0,00	0,66*	0,56
4 Uma pessoa não deve permitir que seu/sua parceiro(a) tire fotos e/ou façam vídeos íntimos dela.	0,28	-0,00	0,64*	0,92
33 Uma pessoa que envia mensagens sexuais deve esperar que suas fotos e/ou vídeos íntimos sejam compartilhados sem autorização.	0,12	-0,05	0,63*	0,69
43 As pessoas devem assumir a responsabilidade de garantir que não terão suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	-0,04	0,08	0,62*	0,80
38 Uma pessoa que envia fotos e/ou vídeos íntimos a seu/sua parceiro(a), não deveria ficar surpreso(a) se o conteúdo for exposto na internet.	0,18	0,01	0,56*	0,53
15 Os famosos que fazem fotos e/ou vídeos íntimos de si mesmos não devem esperar que esses conteúdos permaneçam privados.	0,28	0,05	0,44*	0,46
Número de itens	07	10	09	
Valor próprio (%)	35,02	8,20	5,51	
Alfa de Cronbach (α)	0,88	0,78	0,81	
Ômega de McDonald (ω)	0,90	0,80	0,85	

Nota: F1 = vítimas promíscuas; F2 = danos à vítima; F3 = evitando comportamento vulnerável; * item retido no fator; h2 = communalidade; carga fatorial = $| \geq 0,40 |$

Os itens apresentaram cargas fatoriais adequadas em seus respectivos fatores, sendo assim, foram mantidos 26 itens na AFE. Foram eliminados 19 itens ao total, sendo que doze itens não atingiram a carga fatorial mínima estabelecida |0,40|, foram eles: 2, 3, 6, 7, 9, 10, 12, 25, 28, 36, 37 e 41. Os outros cinco itens eliminados não saturaram no fator proposto por Harper et al. (2022): 11, 21, 22, 31 e 39. Por fim, dois itens pertencentes ao fator Minimizando Ofensas foram eliminados devido à sua baixa replicabilidade e consistência interna (1 e 27). Por sua vez, os índices de ajuste do instrumento foram adequados ($\chi^2 = 2,65$; RMSEA = 0,06; CFI = 0,99; SRMR = 0,06). A consistência interna dos fatores também se mostrou aceitável (acima de 0,70).

De acordo com as evidências que indicaram uma estrutura de três fatores, os parâmetros dos itens baseados na TRI para as subescalas de Vítimas Promíscuas, Danos a Vítima e Evitando Comportamento Vulnerável foram estimados separadamente para cada fator utilizando o Modelo de Resposta Graduada (Samejima, 1969). Os parâmetros incluem a discriminação (*a*) e as dificuldades (b1, b2, b3, b4 e b5) para cada item (ver Tabela 2).

Tabela 2
Parâmetros dos Itens Baseados na Teoria de Resposta ao Item (TRI)

Vítimas Promíscuas							
Itens	<i>a</i>	b1	b2	b3	b4	b5	<i>I(θ)</i>
32*	3,217	1,659	1,699	2,404	3,452	2,968	2,36
19*	2,832	1,453	1,616	2,160	2,529	2,423	3,56
20*	2,752	1,072	1,663	3,599	2,487	2,468	3,49
18*	2,708	1,496	1,757	2,452	2,611	2,870	3,77
16	2,573	1,630	1,841	2,509	2,673	2,943	3,82
13	2,463	0,905	1,499	2,437	2,559	2,999	6,52
23	1,358	1,404	1,839	3,057	3,349	3,824	3,71
Danos a Vítima							
Itens	<i>a</i>	b1	b2	b3	b4	b5	<i>I(θ)</i>
08*	2,612	3,631	1,534	1,197	1,405	1,810	2,87
30*	2,382	3,735	2,968	1,823	1,494	1,143	3,96
40*	2,341	2,783	1,471	1,093	1,499	1,273	3,65
45*	1,567	3,833	3,460	2,900	1,751	1,405	3,14
05	1,430	4,672	3,972	1,803	1,142	1,837	6,69
17	1,316	4,902	3,829	2,468	0,0	0,0	3,80
24	0,936	6,253	3,808	2,569	0,564	-0,676	2,94
42	0,674	8,278	4,861	3,489	1,622	-0,696	1,71
44	0,584	8,211	6,296	4,899	1,056	-0,518	4,19
14	-0,341	12,587	9,262	7,877	1,810	-0,535	2,87
Evitando Comportamento Vulnerável							
Itens	<i>a</i>	b1	b2	b3	b4	b5	<i>I(θ)</i>
33*	2,325	0,756	1,223	1,770	2,177	2,580	2,75
35*	2,258	0,218	0,668	1,045	1,518	2,199	3,61
38*	1,631	0,616	1,093	1,651	2,065	2,553	3,27
29*	1,469	-0,113	0,496	1,228	1,644	2,529	3,20
15	1,375	-0,732	0,069	0,948	1,777	2,886	3,98
17	1,316	4,902	3,829	2,468	1,405	0,0	0,73
26	1,278	0,095	0,795	1,665	2,002	2,761	4,17
43	0,98	-1,335	-0,331	0,611	1,74	2,649	2,13
34	0,919	-2,78	-2,004	-1,167	0,099	0,711	1,90
04	0,234	-8,858	-3,602	0,88	3,353	6,508	1,32

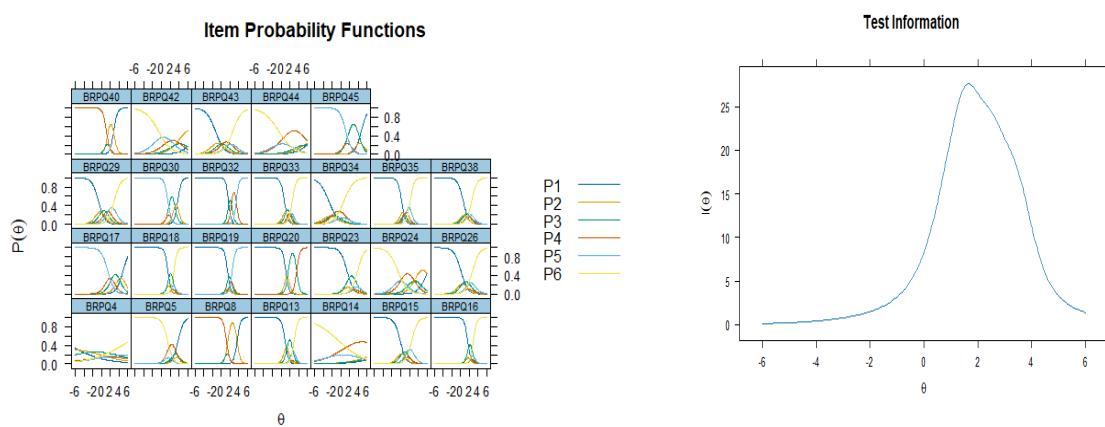
Nota. *a* = parâmetro de discriminação; *b₁₋₅* = parâmetro de dificuldade; * = versão da BRPQ com os 12 itens mais discriminativos; *I(θ)* = Quantidade de informação psicométrica entre -4 e + 4 desvios.

O GRM (Samejima, 1969) permitiu a avaliação dos índices de discriminação (parâmetro *a*) e dificuldade (parâmetro *b*) da medida (Tabela 2). Assim, seguindo a classificação proposta por Baker (2001), para o parâmetro de discriminação, sendo: 0,0 nenhuma discriminação; 0,01 – 0,34 discriminação muito baixa; 0,35 – 0,64 discriminação baixa; 0,65 – 1,34 discriminação moderada; 1,35 – 1,69 discriminação alta

e; $> 1,70$ discriminação muito alta.

Sendo assim, foi possível observar que, em conjunto, a BRPQ apresentou discriminação média alta em 12 itens. Especificamente, os itens com discriminação muito alta ($a > 1,70$) foram: 8, 18, 19, 20, 30, 32, 33, 35 e 40. Já os itens 29, 38 e 45 apresentaram discriminação alta (a variando de 1,35 até 1,69). A importância relativa de cada item para a mensuração do construto pode ser graficamente observada na Figura 1.

Figura 1
Curvas de informações dos itens e do teste da BRPQ (26 itens)



A avaliação gráfica das curvas de informação dos itens e do teste permitem indicar que o teste cobre uma ampla faixa do traço latente, além de ser possível classificar 12 itens como mais informativos e, portanto, mais centrais para mensurar as crenças sobre o abuso sexual baseado em imagem. Neste sentido, sugere-se uma versão reduzida da BRPQ, composta por 12 itens, avaliada via TRI, especificamente pelo modelo de Resposta Graduada (GRM), priorizando itens com melhor discriminação e funcionamento adequado ao longo do continuum latente.

Em suma, os resultados evidenciaram a validade e precisão da BRPQ, contudo, tendo em conta o caráter exploratório, procedeu-se um estudo adicional para assegurar as qualidades psicométricas e reunir evidências complementares.

Estudo 2. Estrutura confirmatória da *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)* e validade externa

Método

Participantes

Contou-se com uma amostra por conveniência (não-probabilística) composta por 210 indivíduos (idades de 18 a 53 anos, $M_{idade} = 26,47$, $DP = 6,12$) da população geral. Os participantes eram do estado de São Paulo (17,3%), gênero masculino (60,1%), heterossexual (64,9%) e com renda familiar acima de cinco salários-mínimos (29,8%). Destes, 5,3% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização e 10,1% já foram ameaçados ou chantageados a fornecer fotos e/ou vídeos íntimos.

Instrumentos

Os participantes responderam a versão traduzida e adaptada para o português brasileiro da BRPQ com 26 itens e 3 fatores.

Double Standard Scale (DSS; Caron, et al., 1993) - Utilizou-se a versão validada para o contexto brasileiro (Sierra et al., 2009) que tem como objetivo avaliar a diferença de julgamento moral e social aplicada a comportamentos sexuais de homens e mulheres. Compõe-se de nove itens ($\alpha = 0,76$; e.g., item 5, “*Uma “boa” mulher nunca teria um caso de uma noite, mas isso é esperado de um homem.*”), respondidos em escala *Likert*, variando de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente.

Procedimento

A coleta de dados foi similar ao estudo 1, bem como a participação no estudo estava condicionada à concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram adotados os mesmos procedimentos éticos do Estudo.

Análise de dados

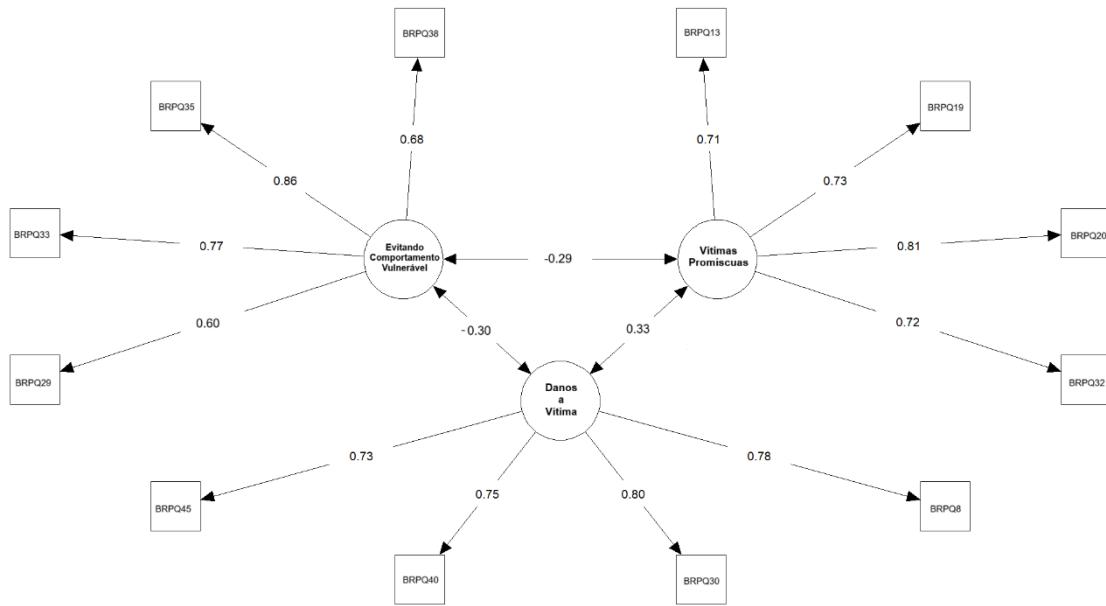
Foram realizadas as estimativas dos modelos através da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), por meio do *software* RStudio, versão 3.2.4, com pacote *lavaan* (Rossel, 2012). Nessa análise, foi empregado o método de estimação *Maximum Likelihood* (ML). Para avaliar a adequação do modelo, consideraram-se os seguintes indicadores de ajuste: χ^2/gl (aceitável ≤ 5), *Comparative Fit Index* ($CFI \geq 0,90$), *Tucker Lewis Index* ($TLI \geq 0,90$), *Root Mean Square Error Approximation* ($RMSEA \leq 0,08$ ou, preferencialmente \leq que 0,06); Byrne, 2013; Hair et al., 2018); *Standardized Root Mean Square Residual* ($SRMR \leq 0,10$), os quais são indicativos de boa qualidade de ajuste; o Critério de Akaike (AIC) e Critério de Informação Bayesiano (BIC) que possibilitam a comparação de modelos, sendo o menor valor o mais ajustado (Byrne, 2013).

Por fim, buscou-se reunir evidências adicionais de validade da BRPQ, verificando sua relação com variáveis externas. Sendo assim, realizou-se uma correlação de Pearson com a pontuação total da DSS. Considera-se que quando encontradas relações de magnitudes entre 0,20 e 0,50, são reunidas evidências de validade convergente com construtos relacionados (Nunes & Primi, 2010).

Resultados

Buscando reunir evidências psicométricas da BRPQ, testou-se o modelo identificado no Estudo 1 em duas versões: a completa, com 26 itens, e a reduzida, com 12 itens. Os índices de ajuste não foram satisfatórios para a versão de 26 itens ($\chi^2 = 2,32$, $p < 0,001$; $CFI = 0,86$, $TLI = 0,85$, $RMSEA = 0,06$ ($IC90\% = 0,05-0,07$)). Além disso, três itens foram eliminados (4, 14 e 44) por apresentarem cargas fatoriais inferiores a $|0,30|$, resultando em 23 itens. Por sua vez, a versão reduzida reuniu melhores indicadores de ajuste aos dados empíricos: $\chi^2/gl = 1,63$; $CFI = 0,97$; $TLI = 0,96$; $RMSEA = 0,05$ ($IC90\% = 0,03 - 0,07$) (ver Figura 2).

Figura 2.
Estrutura Fatorial da BRPQ composta por 12 itens



Por fim, calcularam-se os coeficientes de consistência interna da versão reduzida, o alfa de *Cronbach* (α) e Ômega de *McDonald* (ω), resultando em: Fator 1. Vítimas Promíscuas ($\alpha = 0,82$ e $\omega = 0,82$); Fator 2. Danos a Vítima ($\alpha = 0,84$ e $\omega = 0,84$); e Fator 3. Evitando comportamentos vulneráveis ($\alpha = 0,80$ e $\omega = 0,82$). Nota-se que, em relação aos modelos, o modelo com a versão reduzida (12 itens) apresentou melhores índices de ajuste (ver tabela 3).

Tabela 3
Índices de Qualidade de Ajuste dos Modelos

Modelo	χ^2/gl	CFI	TLI	RMSEA (IC 90%)	SRMR	AIC	BIC
12 itens*	1,63	0,97	0,96	0,05 (0,03 - 0,05)	0,04	5569,18	5659,56
23 itens	2,32	0,86	0,85	0,06 (0,05 - 0,07)	0,06	13922,20	14106,29

Nota: *Representa o menor valor em índices de ajuste.

Por fim, em relação às evidências de validade com base nas relações com medidas externas, verificou-se por meio da correlação de *Pearson* que a pontuação total da DSS

se relacionou de forma significativa com os fatores referentes a BRPQ, a saber: vítimas promíscuas ($r = -0,27$, $p < 0,01$); danos à vítima ($r = 0,20$, $p < 0,05$); evitando comportamentos vulneráveis ($r = -0,32$, $p < 0,001$).

Discussão

O presente estudo objetivou aprofundar o conhecimento sobre a mensuração do abuso sexual baseado em imagem. Para isso, foi adaptada uma medida para o contexto brasileiro, buscando explorar um campo ainda pouco investigado: as crenças relacionadas a esse tipo de cibercrime. Em síntese, entende-se que o objetivo foi alcançado, pois os estudos empíricos demonstraram evidências satisfatórias de validade fatorial e consistência interna da medida, que possibilitaram verificar a sua adequação para o contexto brasileiro.

No Estudo 1, por meio de AFE, foi verificado uma estrutura trifatorial, divergindo com a estrutura tetrafatorial proposta inicialmente por Harper et al. (2022). Essa diferença ocorreu porque o fator Minimização de ofensas foi eliminado, pois apresentava apenas dois itens, baixa consistência interna e um índice H (*Latent* e *Observed*) abaixo de 0,70 (Worthington & Whittaker, 2006). Isso pode estar atribuído a baixa correlação entre os itens que compunham o fator ou o número insuficiente de itens e possíveis inadequações que não representaram de forma satisfatória o construto que o fator deveria medir.

Um dos motivos provenientes dessa diversidade também pode estar relacionado às diferenças culturais no que diz respeito a forma como a violência é percebida e enfrentada. Em países como Reino Unido e Austrália, onde a escala original foi aplicada, há uma maior valorização de discursos e medidas explícitas para reconhecer e lidar com os impactos da violência. Em um estudo multinacional sobre abuso sexual baseado em imagem, os participantes que viviam na Nova Zelândia eram mais propensos a perpetrar esse tipo de abuso do que os participantes que viviam no Reino Unido ou na Austrália

(Powell et al., 2022). Já no Brasil, fatores como a normalização da violência, diferenças na abordagem da justiça social e a influência de valores culturais podem ter contribuído para que esse fator não emergisse com a mesma relevância (Njaine & Minayo, 2004).

As características amostrais podem ser outra questão a se considerar na tentativa de explicar tal divergência. Harper et al. (2022) recrutou participantes com idade média de 30 anos e em sua maioria do gênero feminino. Na presente pesquisa, a idade média dos participantes foi 28,34 anos, sendo a maioria do gênero feminino no primeiro estudo e 26,47 anos, com a maioria sendo do gênero masculino no segundo estudo.

A idade dos participantes pode refletir os respectivos ciclos de vida que se encontram. Para os jovens adultos, questões de identidade, confiança e exposição *online* podem ser mais relevantes, o que torna o abuso sexual baseado em imagem uma questão que afeta diretamente o modo como eles se relacionam com a tecnologia e com outros indivíduos. Por sua vez, a pressão para se mostrar perfeito nas redes sociais também pode aumentar o risco de tais abusos, pois indivíduos nessa faixa etária buscam constantemente aceitação e reconhecimento.

Como tal, a AFE permitiu reunir evidências psicométricas da BRPQ. Especificamente, foi possível encontrar uma estrutura de três fatores que reteve 26 itens. Ademais, avaliando cada item individualmente, foi observado que os itens apresentaram discriminação adequada (Baker, 2001), sendo informativos e cobriram uma ampla gama da faixa do traço latente avaliado.

Portanto, foram selecionados os itens com maior informação psicométrica para compor a versão curta da *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ). No caso, a versão de 12 itens se mostrou informativa, válida e precisa, sendo uma alternativa útil para o rastreio de pessoas que apresentam potencial para humilhar ou prejudicar outra pessoa em relação ao ato de distribuir imagens íntimas sem

consentimento, bem como os fatores que influenciam esses pensamentos, comportamentos, crenças culturais, sociais e de gênero. E, devido ao caráter exploratório da AFE, foram conduzidas AFC's, que corroboraram a estrutura trifatorial.

No Estudo 2, foi corroborada a estrutura trifatorial da BRPQ nas duas versões (26 e 12 itens), no entanto a versão com 26 itens teve três itens eliminados por apresentarem cargas fatoriais inferiores a |0,30|. Entretanto, os índices da versão completa (23 itens) não apresentaram resultados satisfatórios: $\chi^2 = 2,32$, $p < 0,001$; CFI = 0,86, TLI = 0,85, RMSEA = 0,06 (IC90% = 0,05-0,07).

Por sua vez, a versão reduzida (12 itens) apresenta indicadores de ajuste satisfatórios de acordo com a literatura (e.g.: CFI e TLI $\geq 0,95$ e RMSEA $< 0,08$; Tabachnick & Fidell, 2013), com coeficientes adequados de consistência interna (α e $\omega \geq 0,70$; Taber, 2018). Além disso, a versão composta por 12 itens, apresentou cargas fatoriais mínimas de |0,60|. De acordo com Hair et al. (2009) cargas fatorais $\geq 0,50$ são consideradas para uma significância prática, ajudando a definir uma melhor estrutura factorial do construto.

Além disso, foram verificadas evidências de validade com base em correlações com variáveis externas. Concretamente, verificou-se que os três fatores da BRPQ apresentaram correlações com uma escala que mede o duplo padrão sexual (Caron, et al., 1993), demonstrando evidências de validade externa. É importante ressaltar que em todos os fatores, houve correlações moderadas a fortes com a escala. Neste sentido, pôde-se avaliar se a aceitação ou a justificativa desse tipo de crime está relacionada a crenças sobre gênero e sexualidade, ajudando a compreender padrões sociais que perpetuam esse tipo de violência.

Estudos mostram que, em muitos casos, mulheres vítimas desse tipo de abuso são julgadas mais severamente do que homens, reforçando a ideia de que a sociedade tende a

responsabilizá-las pela exposição de suas imagens íntimas (Handyside & Ringrose, 2017). Com base na literatura existente na área, este comportamento pode ser explicado devido ao fato de o abuso sexual baseado em imagem ser um tipo de ofensa sexual de gênero, com desejos de poder, controle e dominação sendo as suas principais motivações (McGlynn & Rackley, 2017).

Com base no que foi explanado, pode-se afirmar que a BRPQ possui índices psicométricos satisfatórios. Assim, considerando que os itens estão agrupados em fatores teoricamente significativos, eles representam adequadamente o construto que se pretende avaliar e a versão reduzida para doze itens segue o critério da parcimônia (Pasquali, 2016) e avalia de forma similar o construto. Tais resultados são relevantes, pois demonstram evidências de validade referente à estrutura interna da BRPQ.

De acordo com essas descobertas, a versão brasileira da BRPQ pode ser denominada como um instrumento válido e confiável. Além disso, contribuirá com a literatura ainda escassa acerca da temática e ajudará na identificação de crenças prejudiciais que perpetuam a culpabilização das vítimas e minimizam a seriedade do problema.

Apesar de sua importante contribuição para a literatura, nosso estudo apresenta algumas limitações. Nesse sentido, aponta-se a amostra, uma vez que os participantes foram recrutados de maneira não probabilística (por conveniência), impossibilitando a generalização dos resultados. Outro ponto importante a destacar é a desejabilidade social, por se tratar de um construto relacionado à exposição íntima ou mesmo a vergonha de se envolver em tais situações, levando as pessoas a responderem de modo a revelar respostas mais favoráveis ou socialmente aceitas (Lawrence & Taft, 2013).

Ademais, é importante que estudos semelhantes sejam realizados com amostras diversificadas. Apesar de não ter havido equiparação quanto à orientação sexual dos

participantes, essa escala também foi aplicada em homens e mulheres homoafetivos, o que oferece uma nova contribuição à escala original de Harper et al. (2022), que não especificou a orientação sexual dos participantes. Estudos posteriores podem ampliar a pesquisa para homens e mulheres homossexuais a fim de verificar o fenômeno nessa amostra especificamente. Além de estudos futuros propondo outros tipos de validade referente a estrutura interna da medida (Hair et al., 2018).

Embora a BRPQ pretenda medir especificamente este tipo de comportamento ofensivo como um crime sexual específico, a obtenção ou distribuição de imagens sexuais íntimas, com ou sem o consentimento da parte não são práticas recentes. A disponibilidade de tecnologia e meios de comunicação que facilitam e intensificam essas atividades geraram novos meios de perpetrar o abuso sexual de imagem. Portanto, se faz importante compreender, confrontar e regular adequadamente o abuso sexual baseado em imagem para que homens e mulheres possam exercer os seus direitos à autonomia e expressão sexual da forma que escolherem.

Referências

- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2010). *Simple second order chi-square correction*. Unpublished manuscript. Available at
https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf
- Baker, F. B. (2001). The basics of item response theory (2th ed.). Retrieved from
<http://eric.ed.gov/?id=ED458219>
- Brown, T. (2015). *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research (2nd Ed)*. Guilford Press.
- Byrne, B. M. (2013). *Structural equation modeling with amos: Basic concepts, applications, and programming*. Taylor & Francis Group.
- Caron, S. L., Davis, C. M., Haltzman, W. A., & Stickle, M. (1993). Predictors of condom-related behaviors among first-year college students. *Journal of Sex Research*, 30(3), 252–259. <https://doi.org/10.1080/00224499309551709>
- Chalmers, R. P. (2012). Mirt: A multidimensional item response theory package for the environment. *Journal of Statistical Software*, 48(6). <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i06>
- Crapolicchio, E., Pecini, C., Di Bernardo, G. A., Regalia, C., Andrighetto, L., & Vezzali, L. (2022). Sexting and the experience of non-consensual dissemination of sexts. The moderator role of self-objectification. *Social Psychology Theory & Research*, 17(2), 207-224.
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 78(5), 762–780. <https://doi.org/10.1177/0013164417719308>
- Fido, D., Harper, C. A., Davis, M. A., Petronzi, D., & Worrall, S. (2021). Intrasexual

- competition as a predictor of women's judgments of revenge pornography offending. *Sexual Abuse*, 107906321989430. <https://doi.org/10.1177/1079063219894306>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2018). *Multivariate Data Analysis*. (8th ed.). Cengage Learning, U.K.
- Handyside, S., & Ringrose, J. (2017). Snapchat memory and youth digital sexual cultures: Mediated temporality, duration and affect. *Journal of Gender Studies*, 26(3), 347–360. <https://doi.org/10.1080/09589236.2017.1280384>
- Harper, C. A., Smith, L., Leach, J., Daruwala, N. A., & Fido, D. (2022). Development and validation of the beliefs about revenge pornography questionnaire. *Sexual Abuse*, 107906322210826. <https://doi.org/10.1177/10790632221082663>
- Lawrence, A. E., & Taft, C. T. (2013). Shame, posttraumatic stress disorder, and intimate partner violence perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 18(2), 191–194. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.10.002>
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2019). Robust Promin: A method for diagonally weighted factor rotation. *Liberabit: Revista Peruana de Psicología*, 25(1), 99–106. <https://doi.org/10.24265/liberabit.2019.v25n1.08>
- McGlynn, C., & Rackley, E. (2017). Image-Based Sexual Abuse. *Oxford Journal of Legal Studies*, 37(3), 534-561. <https://doi.org/10.1093/ojls/gqw033>
- Njaine, K., & Minayo, M. C. d. S. (2004). A violência na mídia como tema da área da saúde pública: Revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1), 201–211. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232004000100020>
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia, *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 101-128). Brasília:

- Conselho Federal de Psicologia.
- Pasquali, L. (2016). *TEP – Técnicas de exame psicológico: os fundamentos*. (2^a ed.). São Paulo, SP: Votor editora.
- Powell, A., & Henry, N. (2016). Technology-Facilitated sexual violence victimization: Results from an online survey of australian adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(17), 3637–3665. <https://doi.org/10.1177/0886260516672055>
- Powell, A., Scott, A. J., Flynn, A., & McCook, S. (2022). Perpetration of image-based sexual abuse: Extent, nature and correlates in a multi-country sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 0886260521107226. <https://doi.org/10.1177/0886260521107226>
- Rossel, P. (2012). Early detection, warnings, weak signals and seeds of change: A turbulent domain of futures studies. *Futures*, 44(3), 229–239. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2011.10.005>
- Samejima, F. (1969). Estimation of latent ability using a response pattern of graded scores. *Psychometrika*, 34(S1), 1–97. <https://doi.org/10.1007/bf03372160>
- Sierra, J. C., Costa, N., & Ortega, V. (2009). A validation study of the double standard scale and the rape supportive attitude scale in Brazilian women. *International Journal of Psychological Research*, 2(2), 90–98. <https://doi.org/10.21500/20112084.864>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using Multivariate Statistics* (6^a ed.). Boston, MA: Pearson.
- Taber, K. S. (2018). The use of cronbach's alpha when developing and reporting research instruments in science education. *Research in Science Education*, 48(6), 1273–1296. <https://doi.org/10.1007/s11165-016-9602-2>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered

- polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16(2), 209–220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- Worthington, R. L., & Whittaker, T. A. (2006). Scale development research. *The Counseling Psychologist*, 34(6), 806–838. <https://doi.org/10.1177/0011100006288127>
- Zinbarg, R. E., Revelle, W., Yovel, I., & Li, W. (2005). Cronbach's α , Revelle's β , and McDonald's ω_H : Their relations with each other and two alternative conceptualizations of reliability. *Psychometrika*, 70(1), 123–133. <https://doi.org/10.1007/s11336-003-0974-7>
- Zvi, L. (2021). The double standard toward female and male victims of non-consensual dissemination of intimate images. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052110501. <https://doi.org/10.1177/08862605211050109>

**Abuso Sexual Baseado Em Imagem, Valores Humanos E Duplo Padrão Sexual:
um modelo de mediação moderado**

Image-Based Sexual Abuse, Human Values, and the Sexual Double Standard: A
Moderated Mediation Model

Lays Brunnyeli Santos de Oliveira

Patrícia Nunes da Fonseca

Resumo

Objetivou-se conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino. Participaram 466 pessoas da população geral (idades de 18 a 52 anos, $M_{idade} = 27,29$, $DP = 6,59$). Os participantes eram de diferentes estados brasileiros: São Paulo (17,2%); Paraíba, distribuídos de forma igualitária quanto ao gênero. Responderam a *Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire* (BRPQ), *Double Standard Scale* (DSS), Questionário dos Valores Básicos (QVB) e questionário sociodemográfico. Realizaram-se correlações, seguidas de regressões. Realizaram-se estatísticas descritivas, correlações, regressões e a testagem de modelos de mediação e moderação. Modelos de mediação demonstraram a contribuição das subfunções valorativas, buscando verificar o poder preditivo do duplo padrão sexual, mediado pelos fatores da BRPQ. A moderação pelo gênero indicou que a interação não foi estatisticamente significativa, sugerindo que a força dessas relações não varia de maneira relevante entre homens e mulheres. Entretanto, ao testar os modelos separadamente para cada gênero, observou-se que uma mediação parcial no gênero feminino. Em suma, a internalização de normas de gênero rígidas e a responsabilização da vítima continuam a desempenhar um papel central na manutenção do abuso sexual baseado em imagem, ressaltando a importância de intervenções que promovam uma reflexão crítica sobre essas crenças e seus impactos na desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero, cibercrime, valores humanos

Abstract

The objective was to understand the mediating role of image-based sexual abuse in the relationship between human values and the double standard of sexuality, also exploring how this process occurs for individuals of male and female genders. A total of 466 individuals from the general population participated (ages ranging from 18 to 52 years, $M = 27.29$, $SD = 6.59$). Participants were from different Brazilian states: São Paulo (17.2%); Paraíba, with an equal gender distribution. They responded to the Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ), Double Standard Scale (DSS), Basic Values Questionnaire (BVQ), and a sociodemographic questionnaire. Correlations were conducted, followed by regressions. Descriptive statistics, correlations, regressions, and tests for mediation and moderation models were performed. Mediation models demonstrated the contribution of value subfunctions in predicting the double standard of sexuality, mediated by the BRPQ factors. Gender moderation indicated that the interaction was not statistically significant, suggesting that the strength of these relationships does not vary significantly between men and women. However, when testing the models separately for each gender, a partial mediation effect was observed in the female group. In summary, the internalization of rigid gender norms and victim-blaming continue to play a central role in maintaining image-based sexual abuse, highlighting the importance of interventions that foster a critical reflection on these beliefs and their impact on gender inequality.

Keywords: Gender, Cybercrime, Human Values

Introdução

O desenvolvimento e o crescente aumento no uso da tecnologia facilitaram novas formas de interação social. A internet fornece um espaço importante e valioso para ampla comunicação, educação e mobilização sobre questões importantes relacionadas à violência sexual e culpabilização das vítimas (Powell et al., 2019). Infelizmente, também está sendo utilizada como meio de propagação da violência sexual (Henry & Flynn, 2019).

Uma dessas novas manifestações de violência e abuso sexual é a criação e/ou distribuição não consensual de imagens sexuais íntimas, um fenômeno conceituado como Abuso Sexual Baseado em Imagem (ASBI; Henry et al., 2020). Embora o uso indevido de tais imagens não seja em si um fenômeno novo, a onipresença do smartphone e do acesso à Internet levou à fácil perpetração dessa forma de abuso sexual.

Nas últimas duas décadas, os incidentes de distribuição não consensual de imagens íntimas, incluindo o vazamento de fotos *hackeadas* de celebridades femininas e a disseminação de imagens íntimas, ganharam ampla atenção. As vítimas muitas vezes não tinham outro recurso senão uma difícil batalha para provar que a distribuição causou danos financeiros irreparáveis e foi feita de forma maliciosa e intencional (Said & McNealey, 2022).

Neste contexto há um crescente corpo de pesquisa que se concentra nos julgamentos sociais do abuso sexual baseado em imagem (Fido et al., 2021; Pina et al., 2018). Atualmente, os cibercrimes sexuais abrangem a exposição íntima através do uso de imagens das vítimas, cujo compartilhamento pode causar humilhação, constrangimento, extorsão, intimidação e assédio uma vez que tais conteúdos podem se disseminar rapidamente para diversas pessoas, dificultando sua remoção (McGlynn et al., 2017).

A Organização Não Governamental Safernet, dedicada a apoiar vítimas e fiscalizar violações dos direitos humanos na internet, em conjunto com a Polícia Federal e Ministério Público Federal brasileiros, constatou em 2018 que 70% dos casos de cibercrimes denunciados envolviam a exposição não autorizada de imagens íntimas na *internet* (Rocha et al., 2020). Ao contrário dos crimes sexuais tradicionais, os cibercrimes utilizam da mídia *online*, sem recorrer à força física, como agressão e intimidação.

Por ser um fenômeno relativamente novo, pesquisas empíricas ainda são limitadas; no entanto, existe um esforço de pesquisadores em compreender a relevância de características individuais, como, por exemplo, a influência do gênero (Barrense-Dias et al., 2020; Crapolicchio et al., 2022). Alguns estudos descobriram que, semelhante a outras formas de agressão íntima as mulheres são mais comumente alvos em comparação aos homens (Powell et al., 2019).

A literatura empírica revela que o gênero tem um efeito misto na perpetração e vitimização do ASBI. Alguns estudos evidenciaram as mulheres como mais propensas a sofrerem a violência por parte dos seus parceiros (Fido et al., 2019; Powell et al., 2019), nesse sentido, o estudo realizado por Barrense-Dias e colaboradores (2020), aponta que os participantes que divulgaram conteúdos íntimos recebidos sem consentimento apresentaram maior probabilidade de serem homens.

No entanto, pesquisas revelam que homens e mulheres têm a mesma probabilidade de serem perpetradores ou vítimas do abuso sexual baseado em imagem, indicando que ainda não há um consenso na literatura quanto ao gênero (Fido et al., 2019; Walker et al., 2019). Embora diferentes estudos tenham encontrado taxas semelhantes de vitimização de abuso sexual baseado em imagens para mulheres e homens (Powell et al., 2019; Henry et al., 2021), fica claro que os impactos e a perpetração são vivenciados de forma diferenciada.

Especificamente, imagens íntimas de vítimas masculinas podem corresponder à expectativa de gênero de demonstrar dominância física e sexual. De acordo com esse esquema, o comportamento dos homens de tirar fotos íntimas de si mesmos (*selfies*) pode ser visto como aceitável. Por outro lado, o material íntimo divulgado por mulheres viola as expectativas de gênero por castidade e respeitabilidade, e pode, portanto, levar à repreensão social e à culpabilização.

Nesta direção, pesquisadores têm buscado compreender variáveis que possam ajudar a explicar o abuso sexual baseado em imagem, como por exemplo, o Duplo Padrão Sexual (DPS). Sendo definido como à valorização social e o reconhecimento positivo que os homens recebem, mas não as mulheres, quando são sexualmente ativos (Fasula et al., 2014; Milhausen & Herold, 2002).

Indivíduos com maior adesão ao DPS tendem a conceder mais liberdade sexual aos homens do que às mulheres em determinados contextos e comportamentos sexuais (por exemplo, sexo antes do casamento, múltiplos parceiros sexuais, início da vida sexual em idades precoces, relações casuais sem compromisso ou um papel ativo no sexo). Por outro lado, uma menor adesão ao DPS está associada a uma maior aceitação da igualdade entre os gêneros (Crawford & Popp, 2003; García-Cueto et al., 2015; Sierra et al., 2007).

Um maior conhecimento sobre a prevalência do DPS é relevante tanto do ponto de vista clínico quanto psicossocial. Pesquisas anteriores indicam que o DPS está associado à vitimização sexual (Eaton & Matamala, 2014; Sierra, et al., 2014), à agressão sexual (López-Ossorio, et al., 2017); a um maior risco de infecções sexualmente transmissíveis (Fasula et al., 2014) e a uma menor satisfação sexual (Santos-Iglesias et al., 2009).

Do ponto de vista psicossocial, é provável que exista uma relação entre uma maior adesão ao Duplo Padrão Sexual e a predisposição dos indivíduos para aceitar a

desigualdade de gênero. O sistema patriarcal promove um poder estrutural masculino (Sidanius, 1993), determinando quais roteiros sexuais ou representações sociais do comportamento sexual são considerados normativos em uma cultura específica (Simon & Gagnon, 2003). Esses roteiros também moldam mapas intrapsíquicos, orientando como sentir, pensar e agir em determinadas situações, sustentando a crença de que os homens devem assumir um papel ativo (em oposição ao papel passivo das mulheres) nas interações性uais.

Sendo assim, dentre as variáveis de cunho psicológico que podem contribuir para a explicação da relação entre o abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual, destacam-se os valores humanos, à luz da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH; Gouveia, 2003, Gouveia et al., 2014). A teoria propõe que os valores humanos guiam percepções, atitudes e comportamentos, incluindo aqueles relacionados à sexualidade, gênero e moralidade.

Pessoas que passaram por um trauma podem descobrir que, decorrente de uma mudança de prioridades e valores, são capazes de identificar caminhos mais gratificantes para o seu futuro (Guangzh et al, 2018). Por sua vez, os valores são as representações mentais dos propósitos importantes e motivações que as pessoas têm e através das quais se comunicam para coordenar seu comportamento (Marques et al., 2017).

Os valores humanos são definidos como princípios-guia da vida (Gouveia, 2019) e tem sido um conceito relevante nas ciências sociais desde o seu desenvolvimento, sendo associado a variáveis psicossociais na explicação de comportamentos antissociais e delitivos (Medeiros et al., 2017), *Cyberstalking* (Silva, 2021), entre outros.

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos assume que os valores podem ser divididos em dois eixos principais: o horizontal, relacionado ao tipo de orientação, que guiam as ações humanas; e o vertical, que corresponde ao tipo motivador, que expressa

cognitivamente às necessidades humanas. O eixo horizontal subdivide-se em três critérios de orientação: pessoal, central e social. O eixo vertical, por sua vez, é formado por dois tipos de motivadores: materialista ou pragmáticos, e humanitário ou idealista (Gouveia, 2019). A junção dos dois eixos (horizontal e vertical) apontados por Gouveia (2016) resultam em seis subfunções valorativas: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa (Gouveia, 2013).

A subfunção experimentação está relacionada às necessidades fisiológicas de satisfação em sentido amplo, ou seja, indivíduos que priorizam essa subfunção tendem a enfatizar o prazer imediato e a satisfação de desejos. Pessoas que valorizam emoção, prazer e sexualidade podem, por exemplo, justificar a divulgação de imagens íntimas como algo trivial ou até mesmo aceitável em determinados contextos (Gouveia, 2016). A subfunção realização foca em realizações materiais (Gouveia, 2019). Pessoas que valorizam êxito, prestígio e poder podem perceber a divulgação de imagens íntimas como uma forma de reafirmação de poder ou como um meio de obter vantagem sobre outra pessoa. A subfunção existência representa as necessidades mais básicas de sobrevivência do homem e pode estar ligada a crenças que enfatizam a proteção da própria privacidade e integridade (Gouveia, 2019). Indivíduos que valorizam a estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência podem considerar a divulgação de imagens íntimas uma ameaça significativa ao bem-estar emocional e social, rejeitando sua prática com maior veemência.

A subfunção suprapessoal representa as necessidades de estética, cognição e a busca por conhecimento e pode influenciar a forma como as pessoas interpretam e julgam o abuso sexual baseado em imagem (Gouveia, 2019). Aqueles que priorizam valores como beleza, conhecimento e maturidade podem adotar uma visão mais crítica e reflexiva sobre o tema, considerando seus impactos éticos e psicológicos. A subfunção interativa

representa as necessidades de pertença, amor e afiliação, tendo maior ênfase em estabelecer e manter as relações entre as pessoas. Sendo assim, pessoas que valorizam afetividade, apoio social e convivência podem condenar mais fortemente a divulgação de imagens íntimas, reconhecendo seus danos às vítimas e suas repercussões na confiança e nas conexões sociais. Por fim, a subfunção normativa, centrada no cumprimento de regras sociais, tende a estar relacionada à rejeição da divulgação de imagens íntimas com base na moralidade e na obediência às normas culturais. Indivíduos que priorizam valores como obediência, religiosidade e tradição podem ver essa prática como uma violação grave dos padrões éticos e legais, considerando-a inaceitável independentemente do contexto.

Nessa direção, o presente estudo se justifica pela importância do construto. No Brasil, onde a violência contra a mulher ainda é um problema grave, essa pesquisa pode orientar mudanças na educação e na cultura digital, contribuindo para um ambiente mais igualitário e seguro, auxiliando na compreensão das dinâmicas sociais que perpetuam a desigualdade e a violência de gênero, pois no Brasil ainda existe uma resistência à educação sexual nas escolas, dificultando discussões sobre consentimento, respeito e segurança digital.

Levando em conta as características sociais em comum no desenvolvimento dessas variáveis, questiona-se: o abuso sexual baseado em imagem irá mediar a relação entre valores humanos e duplo padrão sexual? Dessa forma o presente estudo tem como objetivo conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino. Dada a importância da temática, justifica-se o esforço para a realização do estudo empírico apresentado a seguir.

Método

Participantes

Contou-se com uma amostra por conveniência (não-probabilista) composta por 466 pessoas da população geral (idades de 18 a 52 anos, $M_{idade} = 27,29$, $DP = 6,59$). Os participantes eram de diferentes estados do Brasil, como exemplo, São Paulo (17,2%), Paraíba (13,1%), Bahia (10,7%) e Minas Gerais (10,7%), distribuídos de forma igualitária quanto ao gênero. Destes, 5,6% já tiveram uma foto e/ou vídeo íntimo compartilhado sem autorização, 12% já foram ameaçados ou chantageados a fornecer fotos e/ou vídeos íntimos, 66,7% costumam enviar fotos ou vídeos íntimos para outras pessoas, 65% têm medo do conteúdo ser compartilhado na internet sem autorização e 63,5% já receberem conteúdo íntimo de outra pessoa sem solicitar.

Instrumentos

Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ- Br; manuscrito) – O instrumento tem como objetivo medir as crenças individuais sobre a distribuição não consensual de imagens íntimas com a intenção de humilhar ou prejudicar outra pessoa. É composto de 12 itens respondidos em escala tipo *Likert*, de seis pontos, variando desde 1 (Discordo fortemente) a 6 (Concordo fortemente). Tais itens são distribuídos em três fatores que apresentaram coeficientes de consistência interna (alfa de Cronbach) aceitáveis: vítimas promíscuas ($\alpha = 0,82$; e.g., item 20, “*Pessoas que têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização, sentem orgulho em ter suas imagens divulgadas*”), danos à vítima ($\alpha = 0,84$; item 30, “*Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode causar sofrimento psicológico nas vítimas*”), evitando comportamentos vulneráveis ($\alpha = 0,80$; e.g., item 03, “*Uma pessoa que envia fotos e/ou vídeos íntimos de si mesmo para outros, deve esperar que esses conteúdos sejam compartilhados sem autorização*”).

Double Standard Scale (DSS; Caron, et al., 1993) - Utilizou-se a versão validada

para o contexto brasileiro (Sierra et al., 2009) para avaliar o grau de aceitação dos duplos padrões sexuais. Compõe-se de nove itens ($\alpha = 0,76$; e.g., item 5, “*Uma “boa” mulher nunca teria um caso de uma noite, mas isso é esperado de um homem.*”), respondidos em escala *Likert*, variando de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente. Ressalta-se que o item 08 apresenta pontuação inversa (e.g., *é aceitável que uma mulher carregue preservativos*).

Questionário dos Valores Básicos (QVB; Gouveia, 2013), formado por 18 itens que são avaliados de acordo com a importância de cada valor como um princípio-guia na vida dos respondentes (e.g., item 2; “*ÊXITO, obter o que se propõe, ser eficiente em tudo que faz*”; item 5; “*EMOÇÃO, desfrutar desafiando o perigo, buscar aventuras*”). Os itens representam valores específicos e respondidos em uma escala de sete pontos variando de 1 (Totalmente não importante) a 7 (Totalmente importante), a escala apresenta alfas variando de 0,48 (interativa) a 0,63 (normativa), e bons indicadores de ajustes.

Questionário Sociodemográfico. Conjunto de perguntas que objetivam caracterizar os participantes (idade, cidade, além de questões sobre experiências, como ter tido imagens íntimas compartilhadas sem consentimento ou ter sido ameaçado(a) para fornecer esse tipo de material).

Procedimento

A coleta foi realizada em formato eletrônico, por meio do *Google Docs*, onde foi disponibilizado aos participantes da pesquisa por intermédio de um link divulgado em diferentes redes digitais (e.g., *e-mail, whatsapp, Instagram e Reddit*). Na ocasião, as pessoas foram convidadas a participar da pesquisa e informadas sobre o objetivo geral do estudo, seu caráter voluntário, anonimato e possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer consequência. Antes de responder aos instrumentos, foi solicitado que certificassem que aceitavam participar por meio do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, presente na primeira página do questionário online.

Seguiram-se todos os procedimentos éticos de acordo com o que estabelecem as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo a realização do estudo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Universidade Federal localizada na região Nordeste do Brasil (Parecer nº 5.814.916 / CAAE: 65642022.4.0000.5188). Não foi possível avaliar o tempo aproximado de resposta por ser uma coleta de dados em formato eletrônico.

Análise de Dados

Com o software Jamovi (versão 2.5.5), foram empregadas estatísticas descritivas e de dispersão, além de análises de correlação e análises de regressão hierárquicas (*stepwise*) e o módulo MedMod para testar o modelo de mediação moderada. Primeiramente, foram realizadas análises descritivas e correlações de Pearson entre as variáveis. Em seguida, foi realizada uma regressão múltipla para testar o efeito direto das variáveis independentes sobre a variável dependente. Posteriormente, um modelo de mediação moderada foi testado, investigando se a variável mediadora (fatores do abuso sexual baseado em imagem) explicava a relação entre a variável independente (subfunções valorativas) e a variável dependente (duplo padrão sexual). Além disso, foi analisado se essa mediação era moderada pelo gênero.

A análise seguiu as diretrizes de Hayes (2018), sendo os efeitos estimados por meio de regressões lineares, incluindo os coeficientes de interação para verificar a moderação. Os intervalos de confiança de 95% foram utilizados para inferência estatística e os efeitos indiretos foram testados com intervalos de confiança baseados no método bootstrap (5.000 reamostragens). Os critérios de significância adotados foram $p < 0,05$ para efeitos diretos e interativos e a significância da mediação foi avaliada pelo intervalo de confiança do efeito indireto. Resultados com intervalos de confiança que não incluem

zero serão interpretados como evidência de um efeito indireto significativo.

Resultados

Com o intuito de verificar o padrão de relação entre as subfunções valorativas, fatores do abuso sexual baseado em imagem e do duplo padrão sexual foram realizadas correlações r de Pearson. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 1, sugerindo que as correlações foram positivas e estatisticamente significativas entre a subfunção interativa e os fatores danos a vítima ($r = 0,16; p < 0,001$) e evitando comportamento vulnerável ($r = -0,13; p < 0,01$), duplo padrão sexual ($r = 0,10; p < 0,05$). A subfunção suprapessoal correlacionou com o fator danos a vítima ($r = 0,18; p < 0,001$) e o duplo padrão sexual ($r = 0,14; p < 0,01$). A subfunção experimentação teve relação com o fator evitando comportamento vulnerável ($r = -0,14; p < 0,01$) e o duplo padrão sexual ($r = 0,18; p < 0,01$). Por sua vez, a subfunção normativa teve relação com os fatores vítimas promíscuas ($r = 0,16; p < 0,001$) e danos a vítima ($r = -0,10; p < 0,05$) e duplo padrão sexual ($r = -0,24; p < 0,001$). A subfunção existência teve relação com o fator danos a vítima ($r = 0,10; p < 0,05$). Por fim, o Duplo Padrão Sexual teve relações significativas com os fatores vítimas promíscuas ($r = -0,33; p < 0,001$), danos a vítima ($r = 0,15; p < 0,001$) e evitando comportamento vulnerável ($r = -0,28; p < 0,001$).

Na Tabela 2 observa-se os coeficientes de correlação separados por gênero. As análises indicaram relações significativas entre as subfunções valorativas, abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual. Em relação ao fator vítima promíscuas, observaram-se correlações negativas e significativas com as subfunções suprapessoal ($r = -0,21, p < 0,001$), experimentação ($r = -0,21, p < 0,001$) e existência ($r = -0,17, p < 0,01$) apenas para o gênero feminino. Já a subfunção normativa apresentou correlação positiva e significativa tanto para o gênero feminino ($r = 0,21, p < 0,01$) quanto para o gênero masculino ($r = 0,23, p < 0,001$).

Para o fator Danos à Vítima, identificaram-se correlações positivas com as subfunções interativa ($r = 0,14, p < 0,05$) para o gênero feminino e para o gênero masculino ($r = 0,15, p < 0,05$). As demais subfunções suprapessoal ($r = 0,25, p < 0,001$), existência ($r = 0,17, p < 0,01$) e normativa ($r = -0,14; p < 0,05$) apresentaram correlações significativa apenas para o gênero feminino.

No que se refere ao fator Evitando Comportamento Vulnerável, houve correlações negativas com as subfunções interativa ($r = -0,14, p < 0,05$), suprapessoal ($r = -0,15, p < 0,05$) e experimentação ($r = -0,27, p < 0,001$), todas para o gênero feminino. Já a subfunção normativa apresentou correlação positiva apenas para o gênero masculino ($r = 0,14, p < 0,05$).

As correlações com o Duplo Padrão Sexual indicaram associações positivas para o gênero feminino com as subfunções interativa ($r = 0,13, p < 0,05$), suprapessoal ($r = 0,23, p < 0,001$), experimentação ($r = 0,26, p < 0,001$) e existência ($r = 0,19, p < 0,01$). Para a subfunção normativa, observaram-se correlações negativas para ambos os gêneros ($r = -0,26, p < 0,001$) para mulheres e ($r = -0,28, p < 0,001$) para homens. A subfunção realização apresentou correlação negativa apenas para o gênero masculino ($r = -0,19, p < 0,01$).

Por fim, o Duplo Padrão Sexual correlacionou-se negativamente com o fator vítimas promíscuas para ambos os gêneros ($r = -0,33, p < 0,001$), enquanto apresentou correlações positivas com danos à vítima ($r = 0,14, p < 0,05$ para homens e $r = 0,17, p < 0,01$ para mulheres). Além disso, verificaram-se correlações negativas entre o DSS e evitando comportamento vulnerável ($r = -0,31, p < 0,001$) para homens e mulheres ($r = -0,24, p < 0,001$).

Tabela 1.
Correlações das variáveis

Fatores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Interativa	--									
2 Suprapessoal	0,29***	--								
3 Experimentação	0,32***	0,32***	--							
4 Normativa	0,27***	0,14**	0,05	--						
5 Existência	0,39***	0,40***	0,26***	0,26***	--					
6 Realização	0,21***	0,41***	0,32***	0,34***	0,30***	--				
7 Vítimas promíscuas	-0,04	-0,08	-0,06	0,16***	-0,02	0,02	--			
8 Danos a vítima	0,16***	0,18***	0,05	-0,10*	0,10*	-0,04	-0,49***	--		
9 Evitando comportamento vulnerável	-0,13**	-0,08	-0,14**	0,05	0,01	0,01	0,45***	-0,34***	--	
10 Duplo padrão sexual	0,10*	0,14**	0,18**	-0,24***	0,06	-0,08	-0,33***	0,15***	-0,28***	--

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Tabela 2.

Correlações das variáveis para o gênero feminino e masculino

Fatores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Interativa	--	0,32***	0,37***	0,25***	0,49***	0,28***	-0,11	0,14*	-0,14*	0,13*
2 Suprapessoal	0,25***	--	0,34***	0,12	0,41***	0,41***	-0,21***	0,25***	-0,15*	0,23***
3 Experimentação	0,29***	0,29***	--	0,08	0,32***	0,39***	-0,21***	0,10	-0,27***	0,26***
4 Normativa	0,24***	0,12	0,02	--	0,18**	0,33***	0,21**	-0,14*	0,10	-0,26***
5 Existência	0,31***	0,38***	0,21**	0,34***	--	0,25***	-0,17**	0,17**	-0,02	0,19**
6 Realização	0,14*	0,39***	0,27***	0,31***	0,34***	--	-0,03	-0,01	-0,02	0,02
7 Vítimas promíscuas	0,01	0,02	0,04	0,23***	0,08	0,08	--	-0,45***	0,42***	-0,33***
8 Danos a vítima	0,15*	0,10	-0,00	-0,12	0,04	-0,07	-0,50***	--	-0,33***	0,17**
9 Evitando comportamento vulnerável	-0,09	0,00	-0,04	0,14*	0,06	0,09	0,46***	-0,34***	--	-0,24***
10 Duplo padrão sexual	0,08	0,04	0,09	-0,28***	-0,08	-0,19**	-0,33***	0,14*	-0,31***	--

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Acima da diagonal principal apresentam-se os coeficientes de correlação para o gênero feminino, abaixo para o gênero masculino.

Posteriormente, por meio de uma regressão linear múltipla (*stepwise*), foi reforçado o poder preditivo das subfunções valorativas no DSS. O modelo apresentou um ajuste significativo [$R = 0,35$; $R^2_{ajustado} = 0,117$; $F (4;461) = 16,4$; $p < 0,001$], indicando que os valores humanos explicam aproximadamente 12,5% da variância do DSS.

Entre os preditores, as subfunções interativa ($\beta = 0,11$, $p < 0,01$), suprapessoal ($\beta = 0,11$, $p < 0,01$) e experimentação ($\beta = 0,12$, $p < 0,01$) demonstraram uma relação positiva e significativa com o DSS, sugerindo que indivíduos que valorizam a interação social, a contenção de impulsos e a busca por novas experiências tendem a apresentar maiores níveis de DPS. Por outro lado, a subfunção normativa ($\beta = -0,29$, $p < 0,001$) teve uma relação negativa significativa, indicando que indivíduos que priorizam normas sociais tendem a apresentar menores níveis de DPS.

Por fim, uma regressão múltipla com os fatores vítimas promíscuas, danos à vítima e evitando comportamento vulnerável como preditores do DSS foi significativa [$R = 0,36$; $R^2_{ajustado} = 0,127$; $F (3;462) = 23,5$; $p < 0,001$], explicando 13,2% do DSS ($R^2 = 0,132$). Entre os preditores, apenas danos à vítima ($\beta = -0,03$, $p < 0,001$) e evitando comportamento vulnerável ($\beta = -0,16$, $p < 0,001$) se mostraram estatisticamente significativos, enquanto vítimas promíscuas ($\beta = -0,26$, $p > 0,05$) não apresentou efeito relevante, sendo excluída do modelo explicativo final. Os resultados foram sintetizados na Tabela 3.

Tabela 3
Variáveis Preditoras do Duplo Padrão Sexual (DSS)

Duplo Padrão Sexual						
Valores Humanos	R (0,35)	R ² ajustado (0,117)	F (4;461)	β	t	p
Interativa			16,4	0,11	2,38	0,01**
Suprapessoal				0,11	2,50	0,01**
Experimentação				0,12	2,58	0,01**
Normativa				-0,29	-6,55	0,001***
Abuso Sexual Baseado em Imagem	R (0,36)	R ² ajustado (0,127)	F (3;462)	β	t	p
Vítimas promíscuas			23,5	-0,26	-5,08	0,530
Danos à vítima				-0,03	-0,62	0,001***
Evitando comportamento vulnerável				-0,16	-3,43	0,001***

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Realizou-se uma regressão linear múltipla (*stepwise*) tendo o fator danos à vítima como variável dependente e as subfunções valorativas, como variável independente. Na qual observou-se um efeito de predição estatisticamente significativo [$R = 0,27$; R^2 ajustado = 0,06; $F (4;461) = 9,50$, $p < 0,001$], para as subfunções interativa ($\beta = 0,17$, $t = 3,57$; $p < 0,001$), suprapessoal ($\beta = 0,17$, $t = 3,55$; $p < 0,001$) e normativa ($\beta = -0,17$, $t = -3,79$; $p < 0,001$). Por sua vez, o fator evitando comportamento vulnerável como variável dependente e as subfunções valorativas como variável independente. Apenas as subfunções interativa ($\beta = -0,11$, $t = -2,33$; $p < 0,05$), experimentação ($\beta = -0,10$, $t = -2,07$; $p < 0,05$) e normativa ($\beta = 0,09$, $t = 2,05$; $p < 0,05$) tiveram efeitos estatisticamente significativos [$R = 0,19$; R^2 ajustado = 0,03; $F (4;461) = 4,65$, $p < 0,001$].

A fim de comparar o modelo para homens e mulheres, a amostra foi dividida e testada separadamente (ver tabela 4). Para o gênero feminino, o modelo de regressão linear apresentou ajuste significativo [$R = 0,45$, $R^2 = 0,202$, R^2 ajustado = 0,185, $F(5; 227) = 11,5$, $p < 0,001$]. A subfunção normativa apresentou associação negativa significativa ($\beta = -0,33$, $p < 0,001$), sugerindo que mulheres com maior valorização de normas sociais tendem a apresentar menor

adesão ao duplo padrão sexual. Já a subfunção suprapessoal teve efeito positivo significativo ($\beta = 0,14, p < 0,05$), indicando que quanto maior esse valor, maior o DSS e a subfunção experimentação também demonstrou efeito positivo significativo ($\beta = 0,19, p < 0,01$), sugerindo que indivíduos que valorizam a busca por novas experiências apresentam maior adesão ao duplo padrão. As demais subfunções valorativas (interativo e existência) não foram preditores significativos ($p > 0,05$). Em seguida, uma regressão múltipla com os fatores vítimas promíscuas, danos à vítima e evitando comportamento vulnerável como preditores do DSS foi significativa para o gênero feminino [$R = 0,35, R^2 = 0,122, R^2$ ajustado = 0,111, $F(3; 229) = 10,7, p < 0,001$]. O fator vítimas promíscuas demonstrou uma associação negativa significativa ($\beta = -0,27, p < 0,001$), enquanto os fatores evitando comportamento vulnerável e danos à vítima não foram significativos.

Para o gênero masculino, o modelo de regressão linear também apresentou ajuste significativo [$R = 0,30, R^2 = 0,09, R^2$ ajustado = 0,084, $F(2; 230) = 11,7, p < 0,001$]. Dentre as subfunções valorativas, a normativa apresentou associação negativa significativa com o duplo padrão sexual ($\beta = -0,24, p < 0,001$), indicando que indivíduos que priorizam essa subfunção tendem a relatar menor adesão ao duplo padrão. A subfunção realização não apresentou efeito significativo ($p > 0,05$). Em relação aos fatores vítimas promíscuas, danos à vítima e evitando comportamento vulnerável como preditores do DSS, o modelo de regressão linear revelou um ajuste significativo [$R = 0,38, R^2 = 0,150, R^2$ ajustado = 0,139, $F(3; 229) = 13,5, p < 0,001$]. O fator vítimas promíscuas apresentou associação negativa significativa ($\beta = -0,27, p < 0,001$), assim como evitando comportamento vulnerável ($\beta = -0,20, p < 0,01$), indicando que indivíduos que adotam mais estratégias de prevenção contra a vitimização tendem a relatar menor adesão ao duplo padrão sexual. O fator danos à vítima não foi significativo ($p > 0,05$).

Tabela 4

Variáveis Preditoras do Duplo Padrão Sexual (DSS) para o gênero feminino e masculino

Duplo Padrão Sexual – Gênero feminino						
Valores Humanos	R (0,45)	R ² ajustado (0,18)	F (5;227)	β	t	p
Interativa			11,5	0,03	0,49	0,61
Suprapessoal				0,14	2,16	0,05*
Experimentação				0,19	2,86	0,01**
Normativa				-0,33	-5,40	0,001***
Existência				0,12	1,68	0,09
Abuso Sexual Baseado em Imagem	R (0,35)	R ² ajustado (0,111)	F (3;229)	β	t	p
Vítimas promíscuas			10,7	-0,27	-3,76	0,001***
Danos à vítima				0,00	0,02	0,97
Evitando comportamento vulnerável				-0,12	-1,78	0,07
Duplo Padrão Sexual – Gênero masculino						
Valores Humanos	R (0,30)	R ² ajustado (0,08)	F (2;230)	β	t	p
Normativa			11,7	-0,24	-3,73	0,001***
Realização				-0,11	-1,75	0,08
Abuso Sexual Baseado em Imagem	R (0,38)	R ² ajustado (0,139)	F (3;229)	β	t	p
Vítimas promíscuas			13,5	-0,27	-3,66	0,001***
Danos à vítima				-0,06	-0,93	0,35
Evitando comportamento vulnerável				-0,20	-3,01	0,01**

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Para finalizar, realizou-se uma regressão linear múltipla (*stepwise*) tendo o fator vítimas promíscuas como variável dependente e as subfunções valorativas suprapessoal, normativa e experimentação como variável independente. Para o gênero feminino, o modelo de regressão linear foi significativo [$R = 0,36$, $R^2 = 0,133$, R^2 ajustado = 0,121, $F(3; 229) = 11,7$, $p < 0,001$], indicando que as subfunções valorativas explicam aproximadamente 13,3% da percepção de vítimas promíscuas. Entre os preditores, a subfunção suprapessoal apresentou uma associação negativa significativa ($\beta = -0,18$, $p < 0,01$), sugerindo que mulheres que atribuem maior importância ao bem-estar coletivo, tendem a apresentar menor concordância com a ideia de

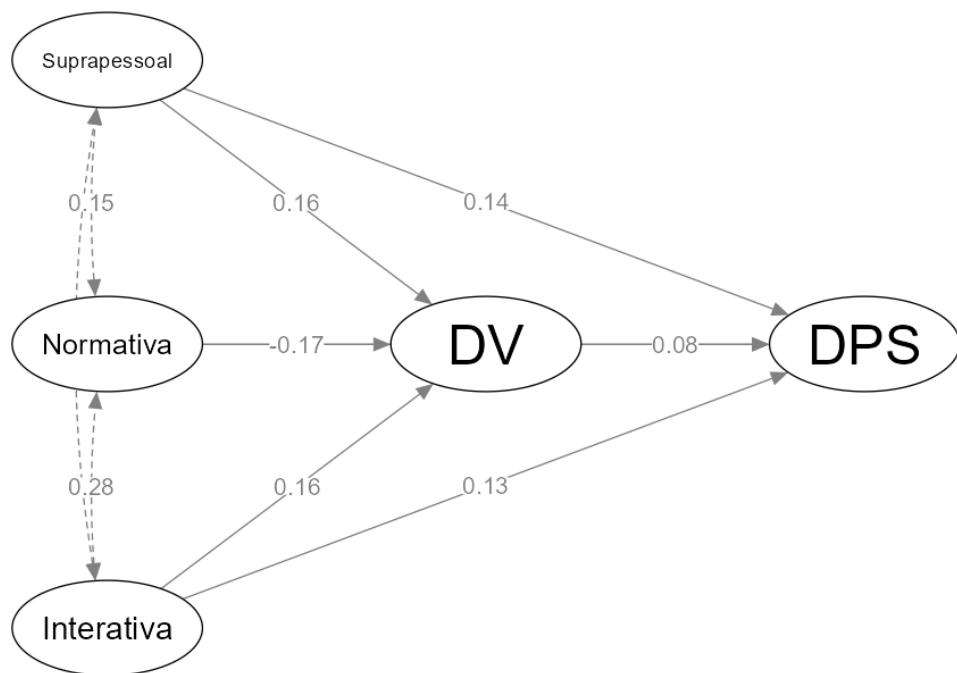
que certas características da sexualidade das vítimas as tornam mais vulneráveis ao compartilhamento não consensual de imagens. A subfunção normativa teve um efeito positivo significativo ($\beta = 0,25, p < 0,001$), indicando que mulheres com maior valorização de normas sociais tendem a atribuir maior promiscuidade às vítimas. Por fim, a subfunção experimentação teve um efeito negativo significativo ($\beta = -0,17, p < 0,01$), sugerindo que uma maior valorização da experimentação e à liberdade está associada a uma menor atribuição de promiscuidade às vítimas.

A análise de regressão linear, para o gênero masculino, tendo o fator vítimas promíscuas como variável dependente e as subfunções valorativas normativa como variável independente indicou que o modelo apresentou um ajuste significativo [$R = 0,23, R^2 = 0,054, R^2$ ajustado = 0,0456, $F(2; 230) = 6,54, p < 0,01$]. A subfunção normativa mostrou-se um preditor positivo significativo ($\beta = 0,23, p < 0,001$) sugerindo que homens com maior valorização da ordem, tradição e obediência às normas sociais tendem a atribuir mais características promíscuas às vítimas. E, para finalizar, o fator evitando comportamento vulnerável como variável dependente e a subfunção normativa. A análise de regressão linear indicou que o modelo não foi significativo [$R = 0,14, R^2 = 0,02, R^2$ ajustado = 0,01, $F(2; 230) = 2,37, p > 0,05$]. A subfunção normativa não apresentou efeito significativo ($p > 0,05$).

Tendo em vista o poder preditivo estatisticamente significativo das variáveis estudadas, foi possível investigar dois modelos de mediação estabelecendo como variável independente as subfunções interativa, suprapessoal e normativa, o fator danos a vítima como mediadora, o duplo padrão sexual como dependente e o gênero como variável moderadora. Esse resultado pode ser observado na Figura 1.

Figura 1

Mediação do fator danos à vítima na relação entre as subfunções valorativas e o duplo padrão sexual na amostra completa



Nota. DV – Danos à vítima; DPS: Duplo Padrão Sexual

Observa-se que a variável DV não desempenhou papel mediador significativo na relação entre as subfunções valorativas e DPS. O efeito total da subfunção interativa sobre DPS foi $\beta = 0,14$ ($b = 0,72$, IC 95% = 0,27; 1,16, $p < 0,01$), enquanto o efeito direto foi $\beta = 0,13$ ($b = 0,65$, IC 95% = 0,20; 1,10, $p < 0,01$), indicando que a mediação por DV não foi significativa. Da mesma forma, a subfunção suprapessoal apresentou um efeito total de $\beta = 0,14$ ($b = 0,31$, IC 95% = 0,12; 0,50, $p < 0,001$), e o efeito direto permaneceu significativo $\beta = 0,13$ ($b = 0,28$, IC 95% = 0,09; 0,48, $p < 0,01$), sugerindo que a mediação por DV foi irrelevante. Já a subfunção normativa demonstrou um efeito total negativo sobre DPS ($\beta = -0,30$, $b = -0,31$, IC 95% = -0,40; -0,22, $p < 0,001$). O efeito direto manteve-se significativo e negativo ($\beta = -0,29$, $b = -0,30$, IC 95% = -0,39; -0,20, $p < 0,001$), reforçando a ausência de mediação por DV.

Esses achados sugerem que DV não desempenha um papel mediador robusto na relação entre as subfunções valorativas e DPS, visto que nenhum dos efeitos indiretos atingiu

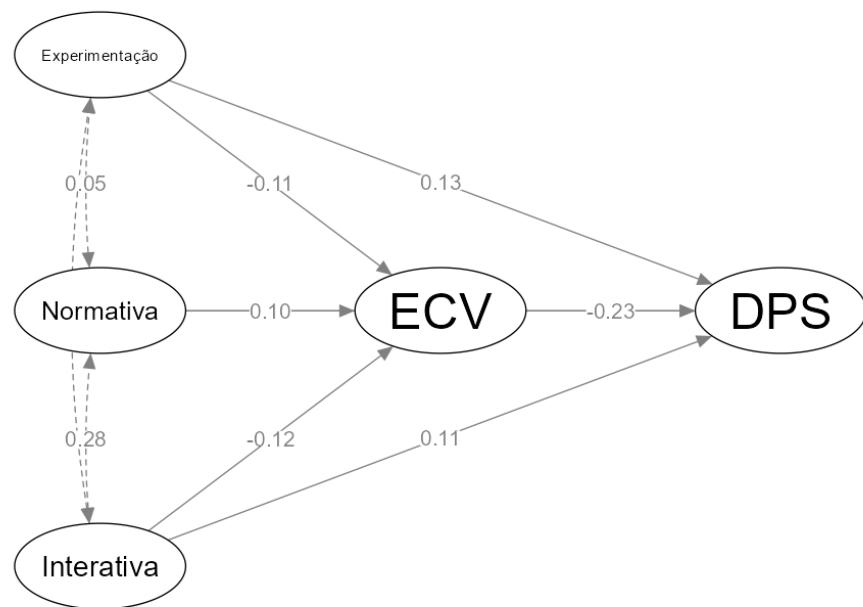
significância. No entanto, as relações diretas entre interativa, normativa e suprapessoal com DPS foram estatisticamente significativas, indicando que essas variáveis influenciam diretamente os níveis de DPS.

Em seguida, análises de moderação da relação entre DV e DPS indicaram que a interação entre gênero e DV não foi estatisticamente significativa ($b = 0,11$; EP = 0,19; $p = 0,544$). Como o valor de p é muito maior que 0,05, isso indica que a moderação pelo gênero não foi estatisticamente significativa. Por outro lado, os efeitos simples (*Simple Slope Analysis*) mostraram que DV tem um efeito significativo sobre DPS tanto em níveis baixos (-1 DP, $p < 0,05$) quanto em níveis altos (+1 DP, $p < 0,01$) do moderador. No entanto, como a interação entre DV e gênero não foi significativa, isso sugere que a força dessa relação não varia de maneira relevante entre os diferentes níveis de gênero.

No modelo 02, as subfunções interativa, experimentação e normativa como variável independente, o fator evitando comportamento vulnerável como mediadora, o duplo padrão sexual como dependente e o gênero como variável moderadora (ver Figura 2).

Figura 2

Mediação do fator evitando comportamento vulnerável na relação entre as subfunções valorativas e o duplo padrão sexual na amostra completa



Nota. ECV – Evitando comportamento vulnerável; DPS: Duplo Padrão Sexual

No modelo 2, observa-se que a variável ECV desempenhou um papel mediador significativo na relação entre as variáveis preditoras e DPS. O efeito total da subfunção interativa sobre DPS foi $\beta = 0,66$ ($b = 0,23$, IC 95% = 0,20 - 1,12, $p < 0,01$), enquanto o efeito direto foi $\beta = 0,52$ ($b = 0,22$, IC 95% = 0,07 - 0,97, $p < 0,05$), indicando que a mediação por ECV foi significativa. A subfunção experimentação apresentou um efeito total de $\beta = 0,24$ ($b = 0,07$, IC 95% = 0,09; 0,38, $p < 0,001$), e o efeito direto permaneceu significativo $\beta = 0,20$ ($b = 0,07$, IC 95% = 0,06 - 0,34, $p < 0,001$), sugerindo que parte do efeito foi mediado por ECV. Já a subfunção normativa demonstrou um efeito total negativo sobre DPS ($\beta = -0,29$, $b = -0,04$, IC 95% = -0,38; -0,20, $p < 0,001$). O efeito direto manteve-se significativo e negativo ($\beta = -0,27$, $b = -0,04$, IC 95% = -0,36; -0,18, $p < 0,001$), reforçando um efeito direto sem mediação.

Ou seja, os resultados indicam que ECV mediou parcialmente a relação entre as subfunções interativa e experimentação sobre DPS, mas não apresentou mediação para a subfunção normativa. No entanto, os efeitos diretos permaneceram significativos, demonstrando que essas variáveis influenciam diretamente os níveis de DPS.

As análises de moderação da relação entre ECV e DPS indicaram que a interação entre ECV e o gênero não foi significativa ($b = 0,00$; EP = 0,10; $p = 0,974$). Isso sugere que o efeito de ECV sobre DPS não varia significativamente entre o gênero. Por outro lado, os efeitos simples (*Simple Slope Analysis*) mostram que ECV tem um efeito significativo sobre DPS tanto em níveis baixos (-1 DP, $p < 0,001$) quanto em níveis altos (+1 DP, $p < 0,001$) do moderador. No entanto, como a interação entre ECV e gênero não foi significativa, isso indica que a força dessa relação não muda de maneira relevante entre o gênero.

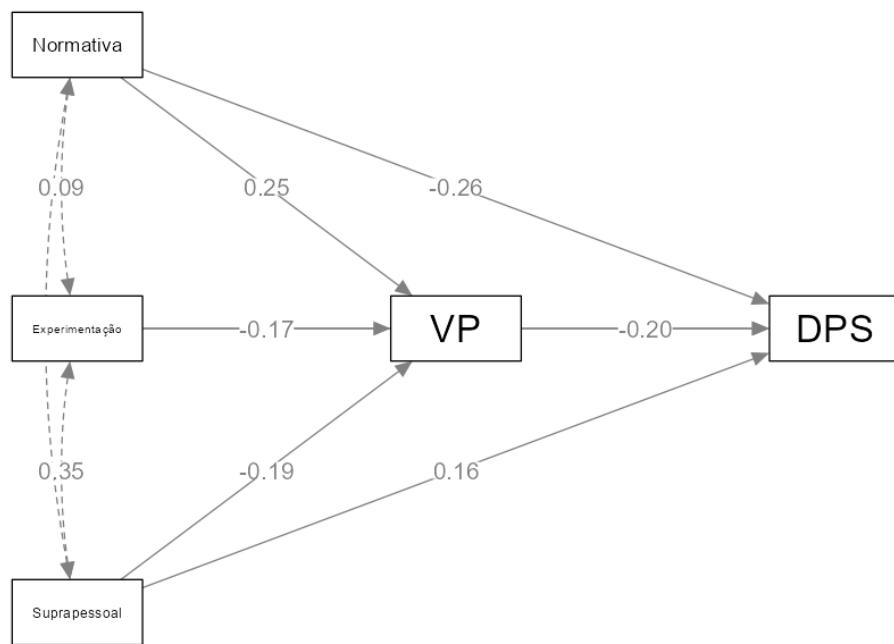
A fim de comparar o modelo para homens e mulheres, a amostra foi dividida ($N_{mulheres} = 233$; $N_{homens} = 233$) e testada separadamente. No caso do gênero feminino (Figura 3), observa-se uma mediação parcial do efeito das variáveis preditoras sobre DPS por meio de VP. O efeito direto da subfunção suprapessoal sobre DPS passou de $\beta = 0,42$ [$b = 0,41$, IC 95% (0,09 –

$0,79$, $z = 3,06$, $p < 0,01$] para $\beta = 0,33$ [$b = 0,34$, IC 95% $(-0,02 - 0,71)$, $z = 2,47$, $p < 0,001$], indicando uma redução na magnitude do efeito quando VP é incluído no modelo.

De maneira semelhante, o efeito direto de experimentação sobre DPS foi reduzido de $\beta = 0,35$ [$b = 0,35$, IC 95% $(0,16 - 0,58)$, $z = 3,56$, $p < 0,001$] para $\beta = 0,30$ [$b = 0,29$, IC 95% $(0,08 - 0,52)$, $z = 3,04$, $p < 0,01$], sugerindo que parte do efeito dessa variável sobre DPS ocorre via VP. Por outro lado, o efeito direto da subfunção normativa sobre DPS foi reduzido de $\beta = -0,33$ [$b = -0,33$, IC 95% $(-0,46 - -0,21)$, $z = -5,18$, $p < 0,001$] para $\beta = -0,27$ [$b = -0,27$, IC 95% $(-0,41 - -0,15)$, $z = -4,29$, $p < 0,001$], evidenciando que VP medeia parcialmente essa relação negativa. Esses achados confirmam que no gênero feminino, VP desempenha um papel mediador parcial na relação entre as subfunções valorativas e o DPS, reduzindo a magnitude dos efeitos diretos, mas sem eliminá-los completamente.

Figura 3

Mediação do fator vítimas promíscuas na relação entre as subfunções valorativas e o duplo padrão sexual para o gênero feminino



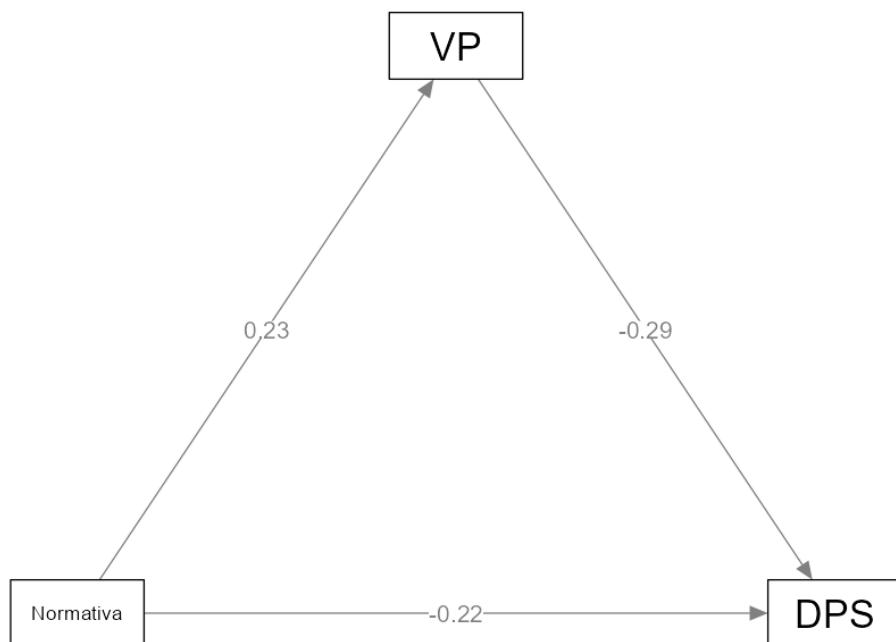
Nota. ECV – Evitando comportamento vulnerável; DPS: Duplo Padrão Sexual

Por fim, testando o modelo para gênero masculino (Figura 4), observa-se que a variável

VP não desempenhou um papel mediador significativo na relação entre a subfunção normativa e DPS. O efeito total da subfunção normativa sobre DPS foi $\beta = -0,28$ ($b = -0,31$, IC 95% = -0,47; -0,15, $p < 0,001$), enquanto o efeito direto foi $\beta = -0,21$ ($b = -0,24$, IC 95% = -0,40; -0,09, $p < 0,001$), indicando que a mediação por VP não foi significativa. Já o efeito indireto da subfunção normativa sobre DPS, mediado por VP, foi $\beta = -0,06$ ($b = -0,07$, IC 95% = -0,14; -0,03, $p = 0,01$). Ou seja, os resultados indicam que VP não mediou a relação entre a subfunção normativa e DPS. No entanto, os efeitos diretos foram significativos, demonstrando que a subfunção normativa influencia diretamente os níveis de DPS.

Figura 4

Mediação do fator vítimas promíscuas na relação entre as subfunções valorativas e o duplo padrão sexual para o gênero masculino



Nota. VP – Vítimas promíscuas; DPS: Duplo Padrão Sexual

Discussão

A presente pesquisa, objetiva conhecer o papel mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino. Os resultados reforçam a influência dos valores humanos, duplo padrão sexual e as crenças sobre abuso sexual baseado em imagem. Por meio da análise de correlação e regressão múltipla, foi possível identificar os principais preditores dessas variáveis e suas interações, destacando diferenças entre os gêneros.

Os resultados sugerem que diferentes subfunções valorativas influenciam a percepção dos danos sofridos por vítimas de abuso sexual baseado em imagem. A relação positiva entre a subfunção interativa e o fator danos à vítima indica que indivíduos que atribuem grande importância à interação social tendem a reconhecer os impactos negativos dessa forma de violência. Esse resultado é coerente com estudos que apontam que um maior envolvimento interpessoal e empatia social estão associados a uma maior sensibilidade ao sofrimento das vítimas (Harper & Hogue, 2022; Henry et al., 2020).

Ao verificar de forma individual para homens e mulheres a subfunção interativa também apresentou relação com o fator danos à vítima, sugerindo que as pessoas que valorizam interações sociais e relações interpessoais percebem com mais intensidade os impactos negativos da exposição não consensual de imagens íntimas (Gouveia et al., 2022).

Da mesma forma, a subfunção suprapessoal e o fator danos à vítima. Este resultado sugere que valores que transcendem interesses individuais, como justiça social e preservação do bem-estar coletivo, contribuem para um maior reconhecimento das consequências adversas do abuso sexual baseado em imagem. Estudos indicam que pessoas com um forte senso de justiça e equidade social demonstram maior rejeição a discursos que minimizam ou relativizam a dor das vítimas, o que pode explicar essa relação (Pina et al., 2017).

Além disso, as subfunções suprapessoal, existência e normativa também apresentaram associações significativas com danos à vítima, mas apenas para o gênero feminino. Reforçando que, entre as mulheres, a valorização do conhecimento, do bem-estar pessoal e do cumprimento de normas pode contribuir para um maior reconhecimento dos prejuízos psicológicos e sociais enfrentados pelas vítimas desse tipo de violência (Gouveia et al., 2014; Harper et al., 2022).

Por outro lado, a correlação negativa entre a subfunção normativa e danos à vítima sugere que indivíduos que valorizam fortemente a obediência a normas e convenções sociais podem ser menos propensos a perceber a gravidade do sofrimento das vítimas. Esse achado pode estar relacionado à internalização de discursos morais que, em alguns contextos, atribuem responsabilidade à própria vítima por sua exposição digital, minimizando os impactos psicológicos e sociais dessa forma de violência (Bates, 2019). Pesquisas indicam que crenças tradicionais sobre gênero e sexualidade podem contribuir para a culpabilização da vítima, reforçando a necessidade de intervenções educativas voltadas para a desconstrução desses estereótipos (Hayes et al., 2016).

A análise por gênero revelou diferenças importantes ao analisar os fatores relacionados ao abuso sexual baseado em imagem. Para o gênero feminino, a subfunção normativa não se mostrou associada à percepção de que a vítima é promíscua. Pelo contrário, valores normativos correlacionaram-se negativamente com essa crença, indicando que mulheres que prezam por normas sociais tendem a rejeitar a ideia de que a vítima tem um comportamento inadequado. Tal resultado sugere que, para esse grupo, as normas internalizadas podem estar mais alinhadas com princípios de justiça e proteção à vítima do que com a preservação de papéis tradicionais de gênero.

Por outro lado, para os homens, a subfunção normativa correlacionou-se positivamente com a crença de que vítimas de exposição não consensual de imagens íntimas apresentam um comportamento promíscuo. Nesse grupo, a adesão a normas pode reforçar visões tradicionais

da sexualidade feminina, levando a julgamentos morais mais rígidos sobre a conduta da vítima (Harper & Baber, 2020). O estudo de Strömwall e colaboradores (2014), indicam que homens com maior valorização da normatividade tendem a endossar crenças que reforçam a responsabilização da vítima em contextos de violência baseada no gênero.

Ainda no que se refere ao abuso sexual baseado em imagem, a subfunção suprapessoal e a subfunção experimentação apresentaram correlações negativas com o fator vítimas promíscuas apenas para o gênero feminino. Esse resultado indica que mulheres que valorizam crescimento pessoal, conhecimento e novas experiências tendem a rejeitar a ideia de que vítimas de exposição não consensual de imagens íntimas são promíscuas (Glick & Fiske, 2001). Tal resultado corrobora com a literatura que aponta que indivíduos que priorizam valores voltados à autorrealização e ao desenvolvimento pessoal costumam adotar perspectivas mais progressistas sobre gênero e sexualidade (Gouveia et al., 2015).

Por fim, para o fator evitando comportamento vulnerável e as subfunções interativa e experimentação apresentaram relações negativas significativas. Isso indica que indivíduos que valorizam interação social e novas experiências tendem a ser menos cautelosos na adoção de estratégias de autoproteção. A literatura já sugere que pessoas que priorizam conexões interpessoais e buscam ativamente novas vivências podem estar mais dispostas a se expor a situações de risco, especialmente em contextos digitais (Pina et al., 2017; Ruvalcaba & Eaton, 2020).

Esses achados sugerem que indivíduos com alta valorização da socialização e da exploração podem minimizar riscos ou subestimar possíveis consequências de suas ações. No ambiente digital, por exemplo, essa disposição pode levá-los a compartilhar informações pessoais de maneira impulsiva ou a interagir sem precauções, aumentando sua vulnerabilidade ao compartilhamento não consensual de imagens íntimas (Katz & Brock, 2021). Assim, estratégias de prevenção e conscientização voltadas a esses perfis devem considerar abordagens

mais dinâmicas e interativas, que reforcem a importância da segurança sem comprometer a necessidade de conexão e liberdade exploratória.

Por outro lado, a subfunção normativa demonstrou um efeito positivo com o fator evitando comportamento vulnerável, sugerindo que indivíduos que valorizam normas sociais e a conformidade tendem a demonstrar maior cautela e preocupação com a proteção pessoal. Esse resultado reforça a ideia de que o controle social e a internalização de normas podem atuar como fatores de proteção contra a exposição a riscos digitais (Schwartz, 2012).

No entanto, os achados diferiram entre os gêneros. Para as mulheres, houve correlações negativas com as subfunções interativa, suprapessoal e experimentação, indicando que aquelas que valorizam relações interpessoais, crescimento pessoal e experiências novas tendem a rejeitar a ideia de que a vítima deveria ter sido mais cuidadosa para evitar a exposição de suas imagens íntimas (Gouveia et al., 2014; Harper et al., 2022). Esse resultado reforça a hipótese de que mulheres com uma orientação mais voltada para o desenvolvimento pessoal e relações interpessoais podem apresentar maior sensibilidade ao impacto da vitimização e menor propensão a responsabilizar a vítima (Harper & Baber, 2020).

Entretanto, para os homens, identificou-se uma correlação positiva entre o fator evitando comportamento vulnerável e a subfunção normativa. Esse achado sugere que aqueles que valorizam normas sociais tendem a acreditar que as vítimas poderiam ter evitado a situação se tivessem tomado mais precauções. Isso pode indicar que, para os homens, priorizar valores normativos pode reforçar a responsabilização da vítima ao enfatizar a importância do cumprimento de regras e comportamentos considerados socialmente adequados. A literatura aponta que, em contextos em que normas rígidas de gênero são reforçadas, há uma maior tendência de atribuir às mulheres a responsabilidade pela autoproteção contra riscos sexuais (Harper et al., 2020).

O DPS também apresentou relação com o abuso sexual baseado em imagem. A relação

negativa com o fator vítimas promíscuas sugere que uma maior aceitação de normas sexuais está relacionada a uma menor tendência a culpar a vítima por sua conduta sexual (Zvi, 2021). Em contrapartida, a relação positiva com o fator danos à vítima indica que aqueles que aceitam o DPS tendem a reconhecer mais os impactos negativos do abuso (Zvi, 2021). Por fim, a correlação negativa com o fator Evitando Comportamento Vulnerável revela que a aceitação do DPS está associada a uma menor crença de que a vítima poderia ter evitado sua exposição, sugerindo que normas sexuais diferenciadas podem existir trazendo menos culpa em alguns aspectos (Harper et al., 2022).

Por fim, foram testados dois modelos de mediação com a amostra total. No modelo 01, os resultados indicam que as subfunções interativa, suprapessoal e normativa influenciam diretamente os níveis de DPS sem que a variável danos à vítima tenha um papel mediador, ou seja, independente da percepção dos danos causados à vítima, as crenças e normas individuais sustentam diretamente o DPS (Kreager et al., 2024). Esses resultados corroboram com estudos que apontam que normas socioculturais e crenças sobre gênero são fatores-chave na perpetuação do DPS independentemente do reconhecimento dos impactos negativos sobre as vítimas, corroborando estudos prévios que destacam o peso das normas de gênero nesse fenômeno (England & Bearak, 2014; Kreager et al., 2024; Sierra et al., 2018).

No modelo 2, o fator evitando comportamento vulnerável foi o mediador, observou-se que esta variável desempenhou um papel significativo, mediando parcialmente a relação entre as subfunções interativa e experimentação e o DPS. Estudos indicam que a adoção de estratégias de autoproteção pode contribuir para a internalização e reprodução do DPS, uma vez que a responsabilização da vítima, sobretudo em relação às mulheres, tende a reforçar a percepção de que certos comportamentos aumentam a vulnerabilidade e, portanto, devem ser evitados (Grubb & Turner, 2012; Kreager et al., 2024). Esse fator, ao ser mediador, reforça a ideia de que as normas sociais continuam a atribuir às mulheres a responsabilidade pela

prevenção de sua própria vitimização, perpetuando uma lógica de controle e restrição sobre a expressão sexual feminina.

As análises de moderação pelo gênero indicaram que a interação entre danos a vítima e DPS, bem como entre evitando comportamento vulnerável e DPS, não foi significativa, sugerindo que a força dessas relações não varia de maneira relevante entre homens e mulheres. Esses achados também foram encontrados no estudo de Karasavva et al. (2002), eles descobriram que o gênero não foi significativo ou preditivo na propensão à distribuição não consensual de material íntimo.

Nesta direção, os modelos foram testados separadamente para cada gênero. Foi possível observar que o fator vítimas promíscuas teve uma mediação parcial no grupo feminino, reduzindo a magnitude dos efeitos diretos das subfunções suprapessoal, experimentação e normativa sobre o DPS. Esses resultados estão alinhados com pesquisas anteriores que apontam as mulheres como mais propensas a internalizar normas socioculturais relacionadas à proteção e ao cuidado, podendo influenciar suas atitudes em relação ao DPS uma vez que a expressão sexual feminina é restrita (Bordini & Sperb, 2013; Rudman & Glick, 2008).

Por outro lado, no grupo masculino, vítimas promíscuas não desempenhou um papel mediador significativo na relação entre a subfunção normativa e DPS, sugerindo que a internalização de normas sociais restritivas pode ter um efeito mais direto sobre as crenças sexuais dos homens. Isso está alinhado com estudos que indicam que homens tendem a aderir mais rigidamente a normas tradicionais de gênero, o que pode influenciar a perpetuação do DPS (Sierra et al., 2018).

Em suma, os resultados evidenciam que o DPS é sustentado por múltiplos fatores, ou seja, a forma como a sociedade define o que é aceitável para homens e mulheres em termos de comportamento sexual contribui para que o DPS continue existindo. Enquanto evitando comportamento vulnerável, pode mediar parcialmente essa relação, o impacto direto das

subfunções valorativas sobre o DPS sugere que mudanças estruturais e educacionais são necessárias.

Embora contribua para a literatura sobre os valores humanos, o abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual, o estudo realizado apresentou algumas limitações. Primeiramente, destacamos a impossibilidade de inferir relações causais, dada a natureza correlacional do estudo. Outro aspecto relevante a ser considerado é a influência da desejabilidade social, uma vez que esse construto está associado à exposição de aspectos íntimos ou ao desconforto de admitir envolvimento em determinadas situações (Lawrence & Taft, 2013). Isso pode levar os indivíduos a fornecerem respostas que sejam mais bem vistas socialmente ou que estejam alinhadas com normas socialmente aceitas.

Outrossim, os pesquisadores devem levar em consideração essas limitações ao realizarem pesquisas futuras. Estudos futuros devem testar outras associações usando amostras diferentes (LGBTQIA+). A orientação sexual pode não ser apenas uma fonte de preconceito, mas também há algumas evidências que sugerem que lésbicas, gays e bissexuais são estatisticamente mais propensos a ter suas imagens íntimas compartilhadas sem consentimento (Henry & Flynn, 2019). Além de estudos futuros propondo outras variáveis mediadoras e moderadoras, pois isto pode produzir resultados interessantes, bem como explorar a relação com sexism ambivalente, personalidade sombria e empatia.

Portanto, a pesquisa apresentada neste estudo fornece uma primeira compreensão do abuso sexual baseado em imagem e sua relação com os valores e o duplo padrão sexual. Nessa perspectiva, os resultados apresentados podem orientar futuras pesquisas e intervenções que promovam visões mais igualitárias de gênero podendo ser uma estratégia eficaz para mitigar esse fenômeno (Powell & Henry, 2016).

Referências

- Barrense-Dias, Y., Akre, C., Auderset, D., Leeners, B., Morselli, D., & Surís, J.-C. (2020). Non-consensual sexting: Characteristics and motives of youths who share received-intimate content without consent. *Sexual Health, 17*(3), 270. <https://doi.org/10.1071/sh19201>
- Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2012). Sexual double standard: A review of the literature between 2001 and 2010. *Sexuality & Culture, 17*(4), 686–704. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9163-0>
- Conley, T. D., Moors, A. C., Matsick, J. L., Ziegler, A., & Valentine, B. A. (2011). Women, Men, and the Bedroom: Methodological and Conceptual Insights That Narrow, Reframe, and Eliminate Gender Differences in Sexuality. *Current Directions in Psychological Science, 20*(5), 296-300. <https://doi.org/10.1177/0963721411418467>
- Crapolicchio, E., Pecini, C., Di Bernardo, G. A., Regalia, C., Andriguetto, L., & Vezzali, L. (2022). Sexting and the experience of non-consensual dissemination of sexts. The moderator role of self-objectification. *Social Psychology Theory & Research, 17*(2), 207-224.
- Crawford, M., & Popp, D. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research, 40*, 13-26.
- Eaton, A. A., & Matamala, A. (2014). The relationship between heteronormative beliefs and verbal sexual coercion in college students. *Archives of Sexual Behavior, 43*(7), 1443–1457. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0284-4>
- Fasula, A. M., Carry, M., & Miller, K. S. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the sexual health of young black women in the U.S. *Journal of Sex Research, 51*, 170---183. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Fido, D., Harper, C. A., Davis, M. A., Petronzi, D., & Worrall, S. (2021). Intrasexual competition as a predictor of women's judgments of revenge pornography offending. *Sexual*

Abuse, 107906321989430. <https://doi.org/10.1177/1079063219894306>

García-Cueto, E., Rodríguez-Díaz, F. J., Bringas-Molleda, C., López-Cepero, J., Paíno-Quesada, S., & Rodríguez-Franco, L. (2015). Development of the gender role attitudes scale (GRAS) amongst young spanish people. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 15(1), 61–68. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2014.10.004>

Gouveia V.V. (2019) Human Values: Contributions from a Functional Perspective. In Koller S. (Ed.) *Psychology in Brazil*. Springer, Cham.

Gouveia, V. V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gouveia, V. V., Milfont, T. L. & Guerra, V. M. (2014). The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement – A reply to Schwartz (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 250-253.

<https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.03.025>

Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fonsêca, P. N., & Vlar, R. (2022). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. Em C. V. Torres, & E. R. Neiva (Orgs.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes* (2^a ed., pp. 296-313). Porto Alegre, RS: ArtMed.

Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior*, 17(5), 443–452. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>

Harper, C. A., Smith, L., Leach, J., Daruwala, N. A., & Fido, D. (2022). Development and validation of the beliefs about revenge pornography questionnaire. *Sexual Abuse*, 107906322210826. <https://doi.org/10.1177/10790632221082663>

Henry, N., & Flynn, A. (2019). Image-Based sexual abuse: Online distribution channels and illicit communities of support. *Violence Against Women*, 25(16), 1932–

1955. <https://doi.org/10.1177/1077801219863881>

Henry N., McGlynn C., Flynn A., Johnson K., Powell A., Scott A. J. (2020). *Image based sexual abuse: A study on the causes and consequences of non-consensual nude or sexual imagery*. Routledge.

Karasavva, V., Swanek, J., Smodis, A., & Forth, A. (2022). From myth to reality: Sexual image abuse myth acceptance, the Dark Tetrad, and non-consensual intimate image dissemination proclivity. *Journal of Sexual Aggression*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/13552600.2022.2032430>

Lawrence, A. E., & Taft, C. T. (2013). Shame, posttraumatic stress disorder, and intimate partner violence perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 18(2), 191–194. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.10.002>

López-Ossorio, J. J., González Álvarez, J. L., Buquerín Pascual, S., García, L. F., & Buela-Casal, G. (2017). Risk factors related to intimate partner violence police recidivism in Spain. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 17(2), 107–119. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2016.12.001>

Marques, C., Silva, A. D., & Taveira, M. C. (2017). Valores como Preditores da Satisfação com a Vida em Jovens. *Psico-USF*, 22(2), 207-215. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220202>.

McGlynn, C., Rackley, E., & Houghton, R. (2017). Beyond ‘revenge porn’: The continuum of image-based sexual abuse. *Feminist Legal Studies*, 25(1), 25–46. <https://doi.org/10.1007/s10691-017-9343-2>

Medeiros, E. D., Sá, E. C. N., Monteiro, R. P., Santos, W. S., & Gusmão, E. E. S. (2017). Valores humanos, comportamentos antissociais e delitivos: evidências de um modelo explicativo. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(1), 147-163. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n1/11.pdf>

- Milhausen, R. R., & Herold, E. S. (2002). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 13, 63-86. http://dx.doi.org/10.1300/J056v13n02_05
- Monteiro, R. P., Medeiros, E. D., Pimentel, C. E., Soares, A. K. S., Medeiros, H. A., & Gouveia, V. V. (2017). Valores humanos e bullying: Idade e sexo moderam essa relação? *Temas em Psicologia*, 25(3), 1314–1328. <https://doi.org/10.9788/tp2017.3-18pt>
- Pina, A., Holland, J., & James, M. (2018). The malevolent side of revenge porn proclivity. In *The dark web* (pp. 1–17). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-3163-0.ch001>
- Powell, A., & Henry, N. (2016). Technology-Facilitated sexual violence victimization: Results from an online survey of australian adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(17), 3637–3665. <https://doi.org/10.1177/0886260516672055>
- Powell, A., Henry, N., Flynn, A., & Scott, A. J. (2019). Image-based sexual abuse: The extent, nature, and predictors of perpetration in a community sample of Australian residents. *Computers in Human Behavior*, 92, 393–402. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.11.009>
- Rudman, L. A., & Glick, P. (2008). *The Social Psychology of Gender: How Power and Intimacy Shape Gender Relations*. New York: Guilford Press.
- Santos-Iglesias, P., Sierra, J. C., García, M., Martínez, A., Sánchez, A., & Tapia, M. I. (2009). Índice de Satisfacción Sexual (ISS): un estudio sobre su fiabilidad y validez. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 9, 259-273.
- Said, I., & McNealey, R. L. (2022). Nonconsensual distribution of intimate images: Exploring the role of legal attitudes in victimization and perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052211228. <https://doi.org/10.1177/08862605221122834>
- Sidanius, J. (1993). The psychology of group conflict and the dynamics of oppression: A social dominance perspective. In W. McGuire, & S. Iyengar (Eds.), *Current approaches to political Psychology* (pp. 183-219). Durham, NC: Duke University Press.

- Sierra, J. C., Moyano, N., Vallejo-Medina, P., & Gómez-Berrocal, C. (2018). An abridged Spanish version of Sexual Double Standard Scale: Factorial structure, reliability and validity evidence. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 18(1), 69–80. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2017.05.003>
- Silva, P. G. N., Fonseca, P. N. F., Medeiros, E. D., Couto, R. N. & Pereira, R. S. (2021). Intimate Partner Cyberstalking Scale (IPCS): evidências psicométricas no Brasil. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 59(2), 5-17. <https://doi.org/10.21865/RIDEP59.2.01>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2003). Sexuais scripts: Origin, influences, and change. *Qualitative Sociology*, 26, 491-497.
- Walker, K., Sleath, E., Hatcher, R. M., Hine, B., & Crookes, R. L. (2019). Nonconsensual sharing of private sexually explicit media among university students. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626051985341. <https://doi.org/10.1177/0886260519853414>
- Zvi, L. (2021). The double standard toward female and male victims of non-consensual dissemination of intimate images. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052110501. <https://doi.org/10.1177/08862605211050109>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente teve como objetivo analisar a relação entre os valores humanos, o abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual. Deste modo, foram realizados três artigos. O artigo 1 de natureza teórica e de cunho exploratório, permitiu mapear os estudos empíricos sobre o abuso sexual baseado em imagem, possibilitando uma contextualização teórica da variável, além de fornecer lacunas que poderiam ser estudadas nos estudos posteriores, como a falta de consenso quanto ao gênero, bem como a falta de um instrumento que pudesse investigar o construto.

Sendo assim, o artigo 2 forneceu uma escala com parâmetros psicométricos adequados para avaliar o abuso sexual baseado em imagem. O instrumento é composto por três fatores (Vítimas promíscuas, Danos à vítima e Evitando comportamento vulnerável) e 12 itens. Esse instrumento supriu uma lacuna no que se refere a uma medida para avaliar o abuso sexual baseado em imagem e seus correlatos no contexto brasileiro. Ademais, esse instrumento pode ser utilizado por psicólogos sociais para auxiliar no entendimento das crenças que podem influenciar a normalização ou a condenação desse tipo de comportamento.

Por último, no artigo 3, testou-se o mediador do abuso sexual baseado em imagem na relação entre os valores humanos e o duplo padrão sexual, explorando também como esse processo ocorre para pessoas do gênero masculino e feminino. Os resultados indicaram dois modelos de mediação. O primeiro trouxe a contribuição dos valores sociais (subfunção interativa) e valores pessoais (subfunção experimentação) buscando verificar o poder preditivo do duplo padrão sexual mediado pelo abuso sexual baseado em imagem (fator evitando comportamento vulnerável). O segundo modelo foi realizado com um banco de dados apenas com o gênero feminino, nesse, pôde-se observar valores pessoais (subfunção experimentação), centrais (subfunção suprapessoal) e sociais (subfunção normativa), verificando o poder preditivo do duplo padrão sexual mediado pelo abuso sexual baseado em imagem (vítimas

promíscuas).

Confirmando as hipóteses iniciais, a presente tese encontrou relação entre o abuso sexual baseado em imagem e duplo padrão sexual, bem como foram encontradas diferenças no padrão de interação das variáveis quanto ao gênero. Embora o gênero não tenha moderado a relação entre as variáveis, mas foram encontrados resultados significativos quanto a análise dos dados de forma separada. Os resultados sugerem que as mulheres acabam sendo mais suscetíveis a serem vítimas do abuso sexual baseado em imagem. E por fim, corroborando com a hipótese 3, tendo em conta os demais aspectos, o abuso sexual baseado em imagem medeiam parcial e significativamente a relação entre os valores e o duplo padrão sexual. Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que a tese defendida, foi confirmada, uma vez que os objetivos propostos foram alcançados.

Os três artigos elaborados permitiram ampliar os conhecimentos acerca do abuso sexual baseado em imagem no cenário nacional. Neste estudo, os valores humanos influenciam significativamente as crenças sobre abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual. Pessoas com valores mais voltados para a tradição e normatividade tendem a responsabilizar as vítimas e minimizar os danos causados pela exposição não consensual de imagens íntimas. Já indivíduos que prezam por liberdade, conexão interpessoal e significado de vida tendem a rejeitar a culpabilização das vítimas e reconhecer os danos associados a essa prática. Além disso, a relação entre o abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual indica que crenças sobre desigualdade de gênero no âmbito sexual podem impactar a forma como as pessoas interpretam o compartilhamento não consensual de imagens íntimas.

Com esses resultados, a tese se configura uma importante contribuição para profissionais, pesquisadores e interessados na temática, porém, não está isenta de limitações. Dentre estas, pode-se citar o tipo de amostragem usado nos dois artigos empíricos, amostragem por conveniência. A forma de selecionar participantes, devido a sua natureza não

probabilística, impossibilita a generalização dos resultados. Por isso, sugere-se que novos estudos sejam realizados buscando reunir novas evidências de validade e precisão da escala e replicação do modelo proposto com amostras representativas e de diferentes contextos.

Cabe comentar ainda acerca da desejabilidade social, pois foram utilizados instrumentos de autorrelato, favorecendo que as respostas dadas sejam influenciadas com base no que é aceito socialmente. Por fim, sugere-se que estudos futuros possam usar medidas implícitas na mensuração do abuso sexual baseado em imagem tentando minimizar os efeitos da desejabilidade social.

Diante disso, os resultados podem fornecer subsídios para intervenções educativas voltadas para a conscientização e combate à culpabilização das vítimas. Intervenções preventivas frequentemente sugerem que estratégias de gerenciamento de risco devem ser empregadas para evitar cair neste tipo de cibercrime. No entanto, assim como estratégias de gerenciamento de risco em casos de abuso sexual, estratégias que visam evitar o abuso sexual baseado em imagem transferem a responsabilidade por tais incidentes para a vítima, absolvendo assim o perpetrador (Bates, 2017).

Em vez disso, trabalhar com um material educativo que se concentra em quebrar os mitos que cercam o abuso sexual baseado em imagem pode ser mais eficaz na redução da propensão a perpetrá-lo (Karasavva et al., 2022). Conforme demonstrado por Martini e De Piccoli (2020), tentar mudar atitudes para reduzir a culpabilização da vítima e promover a intervenção de espectadores pode fornecer melhor suporte às vítimas. Portanto, acredita-se que a presente tese tenha contribuído para a literatura nacional ao iniciar pesquisas sobre a temática voltadas para a área da psicologia, fornecendo uma medida válida e precisa, contribuindo para a continuidade de pesquisas na área.

Referências

- Burris A. (2014). Hell hath no fury like a woman pornd: Revenge porn and the need for a federal nonconsensual pornography statute. *Florida Law Review*, 66, 2325–2359.
- Citron D. K., & Franks M. A. (2014). Criminalizing revenge porn. *Wake Forest Law Review*, 49, 345.
- Couto, R. N., Fonseca, P. N., Guerra, V. M., & Gouveia, V. V. (2021). Crescimento pós-traumático após divórcio: Contribuição dos valores para além das variáveis demográficas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e375147>
- Echeburúa, E., & Fernández-Montalvo, J. (1998). Hombres maltratadores. Aspectos teóricos. En E. Echeburúa, & P. Corral (Eds.), *Manual de violencia familiar* (pp. 73-90). Madrid: Siglo XXI.
- Emmerink, P. M. J., van den Eijnden, R. J. J. M., Bogt, T. F. M., & Vanwesenbeeck, I. (2017). A scale for the assessment of sexual standards among youth: Psychometric properties. *Archives of Sexual Behavior*, 46(6), 1699–1709. <https://doi.org/10.1007/s10508-017-1001-x>
- Fonseca, P. N., Lopes, B. J., Gusmão, E. É. S., Pessoa, V. S. A., Couto, R. N., & Silva, M. I. F. (2017). Perdão conjugal: Uma explicação a partir dos valores humanos. *Temas em Psicologia*, 25(4), 1913–1926. <https://doi.org/10.9788/tp2017.4-20pt>
- Gómez-García, G., Romero-Rodríguez, J. M., Rodríguez-Jiménez, C., & Navas-Parejo, M. R. (2020). Sexting among University Students: Links to Internet Addiction and Psychological Variables. *Journal of Drug and Alcohol Research*, 9(6), 1-16. <https://doi.org/10.4303/jdar/236105>
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo e del colectivismo: una comparación intra e intercultural* [Tese de doutorado

- não publicado]. Universidade Complutense de Madri.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 431–443. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2003000300010>
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Fundamentos, Aplicações e Perspectivas*. Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V. (2019). *Human values: Contributions from a functional perspective*. In S. Koller (Ed.), *Psychology in Brazil* (pp. 67-82). Springer.
- Hall M., & Hearn J. (2017). *Revenge pornography: Gender, sexualities and motivations*. Routledge: Abingdon.
- Harper, C. A., & Fido, D. (2020). *Non-Consensual image-based sexual offending: Bridging legal and psychological perspectives*. Springer International Publishing AG.
- Harper, C. A., Fido, D., & Petronzi, D. (2021). Delineating non-consensual sexual image offending: Towards an empirical approach. *Aggression and Violent Behavior*, 58, 101547. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101547>
- Heise, L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262- 290.
- Henry, N., & Powell, A. (2014). Beyond the ‘sext’: Technology-facilitated sexual violence and harassment against adult women. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 48(1), 104–118. <https://doi.org/10.1177/0004865814524218>
- Henry, N., & Powell, A. (2016). Technology-Facilitated sexual violence: A literature review of empirical research. *Trauma, Violence, & Abuse*, 19(2), 195–208. <https://doi.org/10.1177/1524838016650189>
- Jaishankar, K. (2018). Cyber Criminology as an Academic Discipline: History, Contribution and Impact. *International Journal of Cyber Criminology*, 12(1), 1-8. Retrieved from:

<http://www.cybercrimejournal.com/JaiEditorialVol12Issue1IJCC2018.pdf>

Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (2018). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União, Brasília.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

Matthews, M., Saunders, J., Miller, L. L., Keller, K. M., & Greathouse, S. M. (2016). *Review of the literature on sexual assault perpetrator characteristics and behaviors*. RAND Corporation, The.

McGlynn, C., Rackley, E., & Houghton, R. (2017). Beyond ‘revenge porn’: The continuum of image-based sexual abuse. *Feminist Legal Studies*, 25(1), 25–46. <https://doi.org/10.1007/s10691-017-9343-2>

Milhausen, R. R., & Herold, E. S. (2002). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 13(2), 63–83. https://doi.org/10.1300/j056v13n02_05

Moral, M. de la V., & Fernández, S. (2019). Uso problemático de internet en adolescentes españoles y su relación con autoestima e impulsividad. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(1), 103-119.

<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5029>

Nascimento, A. M. D. (2015). Satisfação com a vida: uma explicação pautada na crença no mundo justo e nos valores humanos. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.

- Pulerwitz, J., & Barker, G. (2007). Measuring attitudes toward gender norms among young men in brazil. *Men and Masculinities*, 10(3), 322–338. <https://doi.org/10.1177/1097184x06298778>
- Salter, M., & Crofts, T. (2015). Responding to revenge porn: Challenges to online legal impunity. In Comella L., & Tarrant S. (Eds.), *New views on pornography: Sexuality, politics, and the law* (pp. 233–256). Westport: Prager Publisher.
- Sánchez-Fuentes, M. M., Moyano, N., Gómez-Berrocal, C., & Sierra, J. C. (2020). Invariance of the sexual double standard scale: A cross-cultural study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1569. <https://doi.org/10.3390/ijerph17051569>
- Šepc, M., & Lango, M. (2020). Virtual revenge pornography as a new online threat to sexual integrity. *Balkan Social Science Review*, 15, 118–135. <https://doi.org/10.46763/bssr20150118sh>
- Sierra, J. C., Gutiérrez-Quintanilla, R., Bermúdez, M. P., & Buela-Casal, G. (2009). Male sexual coercion: Analysis of a few associated factors. *Psychological Reports*, 105(1), 69–79. <https://doi.org/10.2466/pr0.105.1.69-79>
- Sosa, C. D., Capafons, J. I., Pérez-Correa, S. M., Hernández-Zamora, G. L., Capafons, J. I., & Prieto, P. (2019). Use of New Technologies (Internet, social networks, videogames) by young people: a study with a Canary Island population. *Revista Española de Drogodependencias*, 44(2019), 26-42.
- Walker, K., & Sleath, E. (2017). A systematic review of the current knowledge regarding revenge pornography and non-consensual sharing of sexually explicit media. *Aggression and Violent Behavior*, 36, 9–24. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.06.010>
- Zaikman, Y., & Marks, M. J. (2016). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles*, 76(7-8), 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677->

Z

ANEXO I. Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire (BRPQ)

INSTRUÇÕES: A seguir, você encontrará algumas afirmações que uma pessoa poderia usar e compartilhar a seu respeito sem a sua autorização. Por favor, leia cada frase e selecione a que melhor lhe descreve. Quando não estiver seguro(a), baseie sua resposta no que você sente, não no que você pensa ser o correto. Escolha a melhor pontuação que descreve você, utilizando a escala de resposta a seguir:

1	2	3	4	5	6
Discordo fortemente	Discordo parcialmente	Discordo	Concordo	Concordo parcialmente	Concordo fortemente

01. Algumas pessoas gostam que outros vejam suas fotos e/ou vídeos íntimos.	1	2	3	4	5	6
02. Compartilhar fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização de outra pessoa com seus amigos não é tão ruim quanto publicá-las na internet.	1	2	3	4	5	6
03. Uma pessoa que envia suas fotos e/ou vídeos íntimos para alguém, deve esperar que o conteúdo seja compartilhado.	1	2	3	4	5	6
04. Uma pessoa não deve permitir que seu/sua parceiro(a) tire fotos e/ou façam vídeos íntimos dela.	1	2	3	4	5	6
05. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização afetam negativamente a autoestima da vítima.	1	2	3	4	5	6
06. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização não é tão ruim quanto um estupro.	1	2	3	4	5	6
07. É mais adequado que um policial do mesmo sexo da vítima conduza o interrogatório quando ela denunciar que teve fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
08. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode provocar medo nas vítimas.	1	2	3	4	5	6
09. Uma pessoa condenada por compartilhar fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização deveria ser registrada como agressora sexual.	1	2	3	4	5	6
10. Uma das razões pelas quais as pessoas relatam terem suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização é porque querem que os outros vejam.	1	2	3	4	5	6
11. Geralmente, só pessoas que se vestem de maneira sexualizada têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
12. Os meios de comunicação não deveriam divulgar os nomes das vítimas que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
13. Pessoas que têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização gostam da atenção causada pela exposição.	1	2	3	4	5	6
14. A maioria dos casos de compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização não leva à prisão.	1	2	3	4	5	6
15. Os famosos que fazem fotos e/ou vídeos íntimos de si mesmos não devem esperar que esses conteúdos permaneçam privados.	1	2	3	4	5	6
16. Se uma pessoa compartilha fotos e/ou vídeos íntimos com alguém, é justo que os amigos de quem recebeu também vejam o conteúdo.	1	2	3	4	5	6

17. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode prejudicar o relacionamento da vítima com familiares e amigos.	1	2	3	4	5	6
18. Uma pessoa não deveria ficar chateada se suas fotos e/ou vídeos íntimos forem compartilhados sem autorização pelo seu/sua parceiro(a).	1	2	3	4	5	6
19. Pessoas famosas merecem ter suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização mais do que pessoas comuns.	1	2	3	4	5	6
20. Pessoas que têm fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização, sentem orgulho em ter suas imagens vazadas.	1	2	3	4	5	6
21. As pessoas compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização para ter uma sensação de domínio e controle sobre a vítima.	1	2	3	4	5	6
22. Às vezes, pessoas compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização de seu/sua ex-parceiro(a) apenas para se exibir.	1	2	3	4	5	6
23. Não é um problema compartilhar fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização de um(a) ex que foi infiel.	1	2	3	4	5	6
24. A polícia, muitas vezes, não investiga as acusações das vítimas que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
25. Não é classificado como crime quando é o(a) parceiro(a) quem compartilha fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização.	1	2	3	4	5	6
26. Se você se comporta corretamente, é fácil evitar o compartilhamento de fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização.	1	2	3	4	5	6
27. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados, sem autorização, é o pior crime que poderia acontecer a alguém.	1	2	3	4	5	6
28. Só pessoas promíscuas (que trocam de parceiros sexuais constantemente) têm suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
29. Quando alguém provoca outras pessoas com fotos e/ou vídeos sensuais, provavelmente o conteúdo será compartilhado.	1	2	3	4	5	6
30. Ter fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização pode causar sofrimento psicológico nas vítimas.	1	2	3	4	5	6
31. Pessoas que exibem seu corpo ou fazem postagens provocativas nas redes sociais merecem ter suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
32. Se uma pessoa não é virgem, não deve ser um grande problema ter suas fotos e/ou seus vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
33. Uma pessoa que envia mensagens性uais deve esperar que suas fotos e/ou vídeos íntimos sejam compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
34. As pessoas deveriam pensar antes de tirar selfies ou fazer vídeos íntimos, mesmo que nunca os enviem.	1	2	3	4	5	6
35. Uma pessoa que envia fotos e/ou vídeos íntimos de si mesmo para outros, deve esperar que esses conteúdos sejam compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
36. Pessoas que compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização devem receber sentenças criminais mais severas.	1	2	3	4	5	6
37. Se uma pessoa compartilha uma foto íntima de seu/sua parceiro(a) com seus amigos, quando está bêbada, ela não pode ser responsabilizada.	1	2	3	4	5	6
38. Uma pessoa que envia fotos e/ou vídeos íntimos a seu/sua parceiro(a), não deveria ficar surpreso(a) se o conteúdo for exposto na	1	2	3	4	5	6

internet.						
39. Apenas pessoas de nível socioeconômico baixo compartilham fotos e/ou vídeos íntimos de outros sem autorização.	1	2	3	4	5	6
40. Frequentemente, vítimas que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização se sentem humilhadas.	1	2	3	4	5	6
41. Não se pode dizer que é crime compartilhar, sem autorização, fotos e/ou vídeos íntimos, mesmo quando feitos de forma consentida ou recebidos de outros.	1	2	3	4	5	6
42. As pessoas compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização para envergonhar a vítima.	1	2	3	4	5	6
43. As pessoas devem assumir a responsabilidade de garantir que não terão suas fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização.	1	2	3	4	5	6
44. A maioria das pessoas não são acusadas ou condenadas quando compartilham fotos e/ou vídeos íntimos sem autorização.	1	2	3	4	5	6
45. Vítimas, que tiveram fotos e/ou vídeos íntimos compartilhados sem autorização, ficam com dificuldade de confiar nos outros.	1	2	3	4	5	6

ANEXO II. Double Standard Scale (DSS)

INSTRUÇÕES: Por favor, circule sua resposta para as seguintes perguntas sobre suas atitudes sobre os papéis sexuais de homens e mulheres. Tenha em mente que não há respostas certas ou erradas. Por favor, responda honestamente.

1	2	3	4	5
Concordo plenamente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo plenamente

01. Espera-se que uma mulher tenha menos experiência sexual do que seu parceiro.	1	2	3	4	5
02. Uma mulher sexualmente ativa tem menos probabilidade de ser considerada uma parceira desejável.	1	2	3	4	5
03. Uma mulher nunca deve aparentar estar preparada para um encontro sexual.	1	2	3	4	5
04. É importante que os homens tenham experiência sexual para ensinar as mulheres.	1	2	3	4	5
05. Uma “boa” mulher nunca teria um caso de uma noite, mas isso é esperado de um homem.	1	2	3	4	5
06. É importante para um homem ter múltiplas experiências sexuais para ganhar experiência.	1	2	3	4	5
07. No sexo, o homem deve assumir o papel dominante e a mulher deve assumir o papel passivo.	1	2	3	4	5
08. É aceitável que uma mulher carregue preservativos.	1	2	3	4	5

ANEXO III - Questionário dos Valores Básicos (QVB)

INSTRUÇÕES. Leia as afirmações abaixo e indique o quanto cada uma delas é importante para você. Faça isso escrevendo um número ao lado de cada valor para indicar em que medida a considera importante, segundo o que você acha.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente Não Importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou Menos Importante	Importante	Muito Importante	Totalmente Importante

01. **SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. **PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planificada.
14. **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. **MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO IV. Parecer Consustanciado Comitê De Ética

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS

Pesquisador: LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65642022.4.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.264.181

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma Emenda com pequenas mudanças na metodologia de pesquisa de uma tese de doutorado que tem como origem o PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL, do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA, com término previsto para março de 2025. Tratar-se-á de um estudo transversal do tipo ex-post-facto, cuja pesquisadora pretende analisar a relação entre o abuso sexual baseado em imagem, valores humanos e duplo padrão sexual. Ainda apresentou mudança no título, tendo por base os estudos que estão sendo realizados, a pesquisadora verificou que o termo Pornografia de Vingança utilizado no título da pesquisa não estava correto. O termo pornografia é impreciso, pois sugere que a distribuição do conteúdo é autorizada e, portanto, falha em capturar as violações de confiança e privacidade que o comportamento incorpora, juntamente com a gravidade do dano causado à vítima, o termo dá um sentido de escolha e legitimidade e não captura a natureza não consensual da prática (Henry & Powell, 2014; McGlynn et al., 2017). Igualmente problemático é o termo vingança, que destaca o motivo do perpetrador e ignora razões alternativas para o compartilhamento de imagens. Pode-se, portanto, argumentar que a própria terminologia aumenta ainda mais o mal-entendido do ato sendo facilitado puramente para fins de vingança. Sendo assim, a presente tese adotará o termo abuso

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar	CEP: 58.051-900
Bairro: Cidade Universitária	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
E-mail: comiteeetica@ccs.ufpb.br	

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.264.181

sexual baseado em imagem, pois abrange claramente duas dimensões cruciais: a distribuição intencional e sem autorização do conteúdo e a exposição da vítima. Para além disso, fiz a correção no TCLE e incluí nos arquivos a versão adaptada para o contexto brasileiro da Beliefs about revenge pornography questionnaire (anexo I).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a relação entre Abuso Sexual Baseado em Imagem, Valores Humanos e Duplo Padrão Sexual.

Objetivo Secundário:

(1) Realizar um levantamento de evidências empíricas acerca do abuso sexual baseado em imagem; (2) Adaptar para o contexto brasileiro a escala Beliefs About Revenge Pornography Questionnaire; (3) Testar o papel mediador dos valores humanos na relação entre abuso sexual baseado em imagem e o duplo padrão sexual em adultos; e (4) Avaliar o efeito dos valores humanos nos comportamentos do abuso sexual baseado em imagem e duplo padrão sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa apresenta riscos para o sujeito. Este estudo apresenta riscos mínimos à integridade dos participantes, bem como em relação à sua saúde física e emocional. Entretanto, é possível que algumas pessoas sintam algum desconforto ao responderem algumas perguntas. Nesses casos, para tentar minimizar essa situação, os pesquisadores se colocarão à disposição para um contato posterior à pesquisa, via e-mail, ligação celular ou Google Meets. E, caso necessário, será feito um encaminhamento para contato com psicólogo.

Benefícios:

Ao participar do estudo, o participante contribuirá com o desenvolvimento de estudos sobre o tema. Posto isso, ao conhecer os fatores que podem influenciar na propensão a pornografia de vingança, é possível auxiliar tanto os agressores quanto as vítimas que lidam com esse tipo de questão, pois ao entender como funcionam os mecanismos presentes no ato de compartilhar fotos ou vídeos sem consentimento e as variáveis que podem exercer influência nesse processo é possível auxiliar na identificação e conscientização sobre a perpetração desse crime virtual. Além disso, a partir da possível publicação dos resultados da pesquisa, o participante pode ser beneficiado com discussões sobre a pornografia de vingança e os cuidados com a saúde mental, bem como, de forma mais generalista, com a possibilidade de fomento de estratégias de

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.264.181

intervenção que irão colaborar para desenvolvimento de atividades voltadas à prevenção, promoção do bem-estar psicológico e da manutenção da qualidade de vida das vítimas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo proposto apresenta relevância acadêmica, científica e social, com potencial em fornecer uma análise importante da relação entre Abuso Sexual Baseado em Imagem, Valores Humanos e Duplo Padrão Sexual.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta todos os termos considerados obrigatórios, bem como justificativa para não necessitar apresentar carta de anuência, uma vez que a pesquisa não será realizada em ambientes coletivos de forma presencial, e sim de modo online, através das redes sociais na internet. Desse modo, a anuência para a realização da pesquisa se dará através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (assinalar a “opção concordo e desejo participar”) para cada participante da pesquisa, na ocasião da coleta de dados, através do formulário online organizado na plataforma Google Forms.

Recomendações:

A pesquisadora responsável MANTENHA A METODOLOGIA PROPOSTA E APROVADA PELO CEP-CCS-UFPB.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o protocolo de pesquisa se encontra adequadamente instruído e que apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes das Resoluções n. 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, somos favoráveis ao desenvolvimento da investigação.

Não há óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço:	Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro:	Cidade Universitária
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone:	(83)3216-7791
	CEP: 58.051-900
	Fax: (83)3216-7791
	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.264.181

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2188669_E1.pdf	15/08/2023 16:27:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	3_Projeto.pdf	15/08/2023 16:24:52	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	6_JustificativAusencia.pdf	15/08/2023 16:20:20	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	1_folhaderosto.pdf	15/08/2023 15:58:40	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	2_CERTIDAOADREFERENDUM.pdf	10/08/2023 14:13:12	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TCLE.pdf	01/08/2023 15:09:39	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	8_Instrumentos.pdf	01/08/2023 15:04:06	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	5_cronograma.pdf	28/11/2022 22:34:37	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Orcamento	4_Orcamento.pdf	28/11/2022 22:34:27	LAYS BRUNNYELI SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 28 de Agosto de 2023

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar	CEP: 58.051-900
Bairro: Cidade Universitária	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

APÊNDICE

APÊNDICE I. Questionário Sociodemográfico

- Agora, gostaríamos de saber um pouco a seu respeito:

01. Sexo: 1. Masculino 2. Feminino 3. Outro: _____.

02. Idade: _____ anos.

03. Estado civil:

- | | |
|---|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Solteiro(a) | 3. <input type="checkbox"/> Separado(a)/Divorciado(a) |
| 2. <input type="checkbox"/> Casado(a) / União estável | 4. <input type="checkbox"/> Viúvo(a) |

04. Cidade: _____

05. Estado: _____

06. Qual a sua renda familiar mensal? (em salários-mínimos)

- | | |
|---|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Até 1 salário-mínimo | 3. <input type="checkbox"/> De 3 a 5 salários-mínimos |
| 2. <input type="checkbox"/> De 1 a 2 salários-mínimos | 4. <input type="checkbox"/> Mais de 5 salários-mínimos |
| 3. <input type="checkbox"/> De 2 a 3 salários-mínimos | |

07. Escolaridade:

- | | |
|--|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto | 5. <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| 2. <input type="checkbox"/> Fundamental completo | 6. <input type="checkbox"/> Superior completo |
| 3. <input type="checkbox"/> Médio incompleto | 7. <input type="checkbox"/> Pós-graduação |
| 4. <input type="checkbox"/> Médio completo | |

08. Tempo de uso da internet por dia:

- | | |
|---|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Não uso | 3. <input type="checkbox"/> Entre 4 e 6 horas |
| 2. <input type="checkbox"/> Até 2 horas | 4. <input type="checkbox"/> Por mais de 6 horas |
| 3. <input type="checkbox"/> Entre 2 e 4 horas | |

09. Qual rede social que você usa com mais frequência?

- | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Não uso | 3. <input type="checkbox"/> Twitter | 6. <input type="checkbox"/> Outra: _____ |
| 2. <input type="checkbox"/> Instagram | 4. <input type="checkbox"/> WhatsApp | |
| 3. <input type="checkbox"/> Facebook | 5. <input type="checkbox"/> Snapchat | |

10. Atualmente você está em um relacionamento amoroso? 1. Sim 2. Não

11. Você já enviou um vídeo ou uma imagem sexual/sexy de si mesmo?? 1. Sim 2. Não

12. Você já teve alguma foto ou vídeo íntimo compartilhado sem a sua autorização? 1. Sim
2. Não

13. Você já recebeu fotos ou vídeos íntimos de alguém sem ter solicitado? 1. Sim 2. Não

14. Você já compartilhou em alguma rede social (*twitter*, grupo de *whatsapp*, etc.) fotos ou vídeos íntimos de alguém sem autorização (anônimo ou famoso)?

1. Sim 2. Não

15. Você costuma trocar fotos íntimas com o/a seu(sua) parceiro(a)? 1. Sim 2. Não

16. Você tem medo de ter fotos ou vídeos íntimos vazados?

1. Sim 2. Não

17. Alguém já tirou ou fez uma foto e/ou vídeo sexual seu sem a sua autorização?

1. Sim 2. Não

18. Alguém já ameaçou, tentou forçá-lo(a) ou pressioná-lo(a) fortemente a fornecer fotos e/ou vídeos sexuais online ou por meio de um telefone celular?

1. Sim 2. Não

Deixe seu e-mail para receber o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

AGRADECEMOS A SUA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE II. Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) para participar deste estudo intitulado “ABUSO SEXUAL BASEADO EM IMAGEM: CONTRIBUIÇÕES DO DUPLO PADRÃO SEXUAL E DOS VALORES HUMANOS”, sob a responsabilidade da doutoranda Lays Brunnyeli Santos de Oliveira e orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonseca, ambas, do departamento de Psicologia – (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba).

A pesquisa tem como principal objetivo analisar a relação entre Abuso Sexual Baseado Em Imagem, Valores Humanos e Duplo Padrão Sexual. Esse estudo se mostra importante, pois contribuirá para o aumento do conhecimento sobre algumas variáveis que influenciam a propensão da pornografia de vingança, bem como, ampliar a discussão sobre o tema. E por consequente, levar mais informação para o meio acadêmico e social, podendo assim, refletir sobre estratégias que venham ajudar os indivíduos, minimizando possíveis desdobramentos negativos para a saúde mental do mesmo.

Este questionário que você responderá de forma anônima, via plataforma online, apresenta algumas perguntas sobre o seu cotidiano nos tempos atuais. O tempo que você levará para responder ao conjunto de itens será de no máximo 15 minutos. Você poderá interromper e desistir de responder ao questionário a qualquer momento. Reforçamos que todos os preceitos éticos recomendados pelas resoluções n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde estão sendo respeitados. A presente pesquisa foi submetida na Plataforma Brasil e recebeu parecer favorável à sua execução sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 65642022.4.0000.5188. Firmamos a garantia do sigilo absoluto de suas informações prestadas, a sua confidencialidade e o seu anonimato.

Este estudo apresenta riscos mínimos à integridade dos participantes, bem como em relação à sua saúde física e emocional. Entretanto, é possível que algumas pessoas sintam algum desconforto ao responderem algumas perguntas. Caso isso ocorra, ou você deseje algum esclarecimento, nos colocamos à inteira disposição para o contato, favor ligar para a pesquisadora Lays Brunnyeli Santos de Oliveira, telefone: (83) 9 9679-3053/E-mail: lays_brunnyeli@hotmail.com ou para a Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonseca, telefone: (83) 9 9633-1899/E-mail: pnfonseca.ufpb@gmail.com. Cabe ressaltar, que a presente pesquisa poderá apresentar alguns benefícios para a área estudada, contribuindo para o melhor entendimento sobre o tema e possibilitando o fomento de estratégias para a promoção do bem-estar psicológico e da manutenção da qualidade de vida das vítimas.

Este termo de consentimento encontra-se como parte introdutória do *Google Forms*. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, os(as) Srs.(as) poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, no seguinte endereço: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde/UFPB (1º andar) Campus I - Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB Telefone: (83) 3216-7791 / E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br Work-page: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb/> Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira, 08h às 12h e das 14h às 17h.

Para prosseguirmos com o estudo, precisamos do seu consentimento para participar da pesquisa. Caso esteja de acordo, dê o seu consentimento clicando na opção concordo e desejo participar. Caso contrário, gentileza desconsiderar este formulário ou clique em não concordo e não desejo participar.

() Concordo e desejo participar. Diante do exposto, concordo em participar do estudo mencionado acima, realizado por Lays Brunnyeli Santos de Olive. Tenho conhecimento de que este estudo não implica nenhuma obrigatoriedade e tenho como garantias o sigilo e o anonimato, com a possibilidade de desistência em respondê-lo a qualquer momento, sem que isso gere qualquer penalização. Tenho ciência e concordo que os dados apresentados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para eventuais publicações e/ou eventos científicos.

() Não concordo e não desejo participar.